



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
GILMARA OLIVEIRA DA SILVA**

**METROPOLIZAÇÃO E VULNERABILIDADE SOCIOESPACIAL:
DINÂMICAS TERRITÓRIAS E LUTA PELA MORADIA NA PORÇÃO SUL
DE ANANINDEUA-PA.**

**BELÉM-PA
2022**

GILMARA OLIVEIRA DA SILVA

**METROPOLIZAÇÃO E VULNERABILIDADE SOCIOESPACIAL:
DINÂMICAS TERRITORIAIS E LUTA PELA MORADIA NA PORÇÃO SUL
DE ANANINDEUA-PA.**

Dissertação de pesquisa apresentado para defesa de mestrado do programa de Pós-graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, como requisito á obtenção do título de mestre em geografia.

Área de concentração: Dinâmicas Territoriais da Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Jovenildo Cardoso Rodrigues

**BELÉM-PA
2022**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586m Silva, Gilmara Oliveira da.
Metropolização e vulnerabilidade socioespacial: dinâmicas territoriais e luta pela moradia na porção sul de Ananindeua-PA /Gilmara Oliveira da Silva. — 2022.
102 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Jovenildo Cardoso Rodrigues
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2022.

1. Território. 2. Metropolização. 3. Vulnerabilidade.
4. Moradia. 5. Infraestrutura. I. Título.

CDD 015.811075

GILMARA OLIVEIRA DA SILVA

**METROPOLIZAÇÃO E VULNERABILIDADE SOCIOESPACIAL:
DINÂMICAS TERRITORIAIS E LUTA PELA MORADIA NA PORÇÃO SUL
DE ANANINDEUA-PA.**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jovenildo Cardoso Rodrigues (Orientador-PPGEO/UFPA)

Prof. Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima (Examinador Interno-UNIFAP)

Prof.^a Dra. Léa Maria Gomes da Costa (Examinador Externo-UEPA)

DATA:29/08/2022

**BELÉM-PA
2022**

*À minha mãe Maria do Socorro,
que sempre esteve ao meu lado.*

“Esse é o grande mistério das cidades: elas crescem, se modificam, guardando, porém, sua alma profunda apesar das transformações do seu conteúdo demográfico, econômico e da diversificação das suas pedras”.

Milton Santos

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pelo dom da vida, pela saúde reestabelecida durante o período do mestrado e por estar sempre comigo em todos os momentos da minha vida. Em seguida quero agradecer a minha mãe Maria do Socorro Oliveira por todo o amor, energia e orações para o restabelecimento da minha saúde e para minha trajetória educacional. Ao meu avô Moacir Castelo *in memória* por toda a representatividade que possui em minha vida, inclusive acadêmica. Ao PPGeo-Programa de pós-graduação em Geografia pela busca e incentivo ao conhecimento durante o período do mestrado, mesmo num momento tão difícil como na pandemia da covid 19. A coordenação, a secretária Rosane Brito que gentilmente nos atendeu e acolheu em todas as nossas dúvidas relacionadas a documentos e prazos, aos professores das disciplinas ministradas como o professor e amigo Adolfo de Oliveira Neto pelo acompanhamento ao longo dessa fase acadêmica e especialmente ao meu professor, orientador e amigo Jovenildo Cardoso Rodrigues pelo conhecimento, incentivo, paciência e apoio psicológico durante a construção desse trabalho. A família LAHAM por todo suporte destinado a esse trabalho, pelas tardes de discussão de texto, pelos seminários apresentados, pelo acompanhamento nos trabalhos de campo, sobretudo, as queridas Tanizy Barata, Paula Menezes, Izabel Dias, Rodrigo Machado, ao professo Jondison Rodrigues e Professora Léa Costa, pelas trocas de conhecimento, imagens da área de estudo, acompanhamento no trabalho de campo e produção cartográfica. Aos amigos da academia Nelson Sandeaux e Carlos Mascarenhas por toda a força e parceria ao longo deste trabalho. Meu muito obrigado aos meus colegas de trabalho que entenderam a minha ausência em detrimento das atividades acadêmicas. Aos moradores dos bairros Águas Lindas, Júllia Seffer, Águas Brancas e Aurá pelo tempo cedido para responder o questionário de pesquisa proposto, em especial ao querido Rafael Souza morador da porção sul de Ananindeua que se prontificou a caminhar conosco pelo bairro apresentando pontos de suma importância para esta pesquisa. A todos os amigos que de uma maneira ou de outra estiveram comigo durante a produção deste trabalho e ao longo da vida.

RESUMO

O processo de urbanização se faz presente desde a antiguidade, intensificando-se com o processo de industrialização no século XVIII e no Brasil a partir da metade do século XIX. Na Amazônia esse processo ocorreu a partir da década de 1960 com transformações que impactaram profundamente seus territórios. Contemporaneamente, com o processo de metropolização, para além de uma fase do desenvolvimento urbano, esses territórios são cada vez mais atingidos pelos interesses do capital, sobretudo no que se refere à produção e condições de moradia, onde parcela da população vive em condições degradante e em constante vulnerabilidade socioespacial, como o que ocorre no município de Ananindeua-PA, cidade que compõe a região metropolitana de Belém-PA e que por ela é atingida em todas suas mudanças estruturais. Neste sentido, apresentamos a seguinte problemática central: Como o processo de metropolização, como as ações do Estado (regularização fundiária e projeto de implementação da Rodovia da Liberdade) além da expansão do mercado de terras no espaço metropolitano de Belém vem interferindo nas condições de vulnerabilidade socioespacial (infraestrutura e moradia) da porção sul do território ananindeuense entre os anos de 2020 e 2022. O trabalho tem como objetivo principal analisar como o processo de metropolização, como as ações do Estado (regularização fundiária e projeto de implementação da Rodovia da Liberdade) além da expansão do mercado de terras no espaço metropolitano de Belém vem interferindo nas condições de vulnerabilidade socioespacial (infraestrutura e moradia) da porção sul do território ananindeuense entre os anos de 2020 e 2022. No presente trabalho utilizaremos o método materialismo histórico e dialético, pois foca na materialidade da história dos homens em sociedade. A pesquisa é quantitativa e qualitativa, onde a primeira faz uma quantificação dos dados sobre o crescimento da população do município, sobretudo da sua porção sul, e a segunda, faz um levantamento dos dados qualitativos, que obtém a descrição sobre os bairros da porção sul de Ananindeua e seu crescimento urbano sobre unidades de conservação e territórios de comunidades tradicionais amazônicas. A análise é interescalar que considera o tempo e o espaço das relações urbanas. Conta com uma observação sistemática da área de estudo e aplicação de questionários, além da produção cartográfica mostrando o avanço da urbanização frente à porção sul de Ananindeua. O referido trabalho se justifica do ponto de vista teórico e metodológico pela necessidade de se entender as novas dinâmicas territoriais, nas condições de infraestrutura e moradia, a partir da expansão metropolitana presente na porção sul de Ananindeua. De um ponto de vista teórico-prático este trabalho tem a relevância de contribuir para subsidiar as ações públicas e a construção do direito ao território. O presente trabalho nos mostrou que as condições de moradia na porção sul de Ananindeua são fruto do processo desigual de metropolização onde parcelas da população vivem com uma boa infraestrutura em detrimento de uma maioria da população que vive sem a mínima condição de saneamento básico. Somado a isso, o trabalho nos mostrou que a população sul ananindeuense tem-se os constantes conflitos territoriais das comunidades tradicionais que ali se encontram frente a expansão urbana.

Palavras-chave: Território, metropolização, vulnerabilidade, moradia, infraestrutura e saneamento.

ABSTRACT

The urbanization process has been present since ancient times, intensifying with the industrialization process in the 18th century and in Brazil from the mid-19th century on. In the Amazônia this process occurred from the 1960s with transformations that deeply impacted its territories. Contemporarily, with the process of metropolization, beyond a phase of urban development, these territories are increasingly affected by the interests of capital, especially with regard to production and housing conditions, where part of the population lives in degrading conditions and in constant socio-spatial vulnerability, as occurs in the municipality of Ananindeua-PA, a city that makes up the metropolitan region of Belém-PA and that is affected by it in all its structural changes. In this sense, we present the following central problem: How the process of metropolization, such as the actions of the State (land title regularization and the implementation project of the Liberdade Highway) in addition to the expansion of the land market in the metropolitan space of Belém has been interfering in the conditions of socio-spatial vulnerability (infrastructure and housing) of the southern portion of Ananindeua territory between the years 2020 and 2022. The main objective of this work is to analyze how the metropolization process, the actions of the State (land title regularization and the implementation project of the Liberdade Highway) and the expansion of the land market in the metropolitan space of Belém have been interfering in the conditions of socio-spatial vulnerability (infrastructure and housing) of the southern portion of Ananindeua's territory between the years 2020 and 2022. In the present work we will use the historical and dialectical materialism method, because it focuses on the materiality of the history of men in society. The research is quantitative and qualitative, where the first makes a quantification of the data on the growth of the population of the municipality, especially of its southern portion, and the second, makes a survey of qualitative data, which obtains the description about the neighborhoods of the southern portion of Ananindeua and its urban growth over conservation units and territories of traditional Amazonian communities. The analysis is inter-scalar that considers the time and space of urban relations. It counts on a systematic observation of the study area and the application of questionnaires, in addition to the cartographic production showing the advance of urbanization in the southern part of Ananindeua. This work is justified from a theoretical and methodological point of view by the need to understand the new territorial dynamics, in the conditions of infrastructure and housing, from the metropolitan expansion present in the southern portion of Ananindeua. From a theoretical and practical point of view, this work has the relevance of contributing to subsidize public actions and the construction of the right to territory. The present work showed us that the housing conditions in the southern part of Ananindeua are the result of the unequal process of metropolization where some parts of the population live with a good infrastructure in detriment of the majority of the population who live without the minimum conditions of basic sanitation. Added to this, the work showed us that the southern population of Ananindeua has the constant territorial conflicts of traditional communities that are there in the face of urban expansion.

Keywords: Territory, metropolization, vulnerability, housing, infrastructure and sanitation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Área de Abacatal e localização na rede hidrográfica	47
Figura 2: Planta da Vila Maguary	48
Figura 3: Entrega de títulos de regularização fundiária no bairro do Aurá.....	82
Figura 4: Moradores do bairro de Águas Lindas reivindicam saneamento básico	88
Figura 5: Comunidade quilombola protesta contra o projeto de Rodovia	90

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Residencial Nascente das Águas- Águas Lindas.....	66
Foto 2: Casa ao longo da Avenida União – Águas Lindas.	68
Foto 3: Conjunto Júlia Seffer.....	69
Foto 4: Residencial Jardim Amazônia II-Águas Brancas.....	71
Foto 5: Canal das Toras.	72
Foto 6: Conjunto Girassol.....	73
Foto 7: Bairro do Aurá.....	74
Foto 8: Ocupações irregulares.	75
Foto 9: Residencial Pouso do Aracanga.....	80
Foto 10: Subestação de energia de Marituba.....	83
Foto 11: Condomínio Torres do Aurá II.....	86
Foto 12: Condomínio Torres do Aurá II.....	86

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Mapa de localização da porção sul do município de Ananindeua-PA	19
Mapa 2: Macrozoneamento do Município de Ananindeua-PA.....	59
Mapa 3: Mapa da densificação urbana na porção sul do município de Ananindeua-PA (1985).	63
Mapa 4: Mapa da densificação urbana na porção sul do município de Ananindeua-PA (2020).	64
Mapa 5: Mapa do avanço das obras urbanas na porção sul do município de Ananindeua-PA. .	84

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dimensiones Indicadores en Encuesta Permanente de hogares	42
Tabela 2: Exemplos de características que influenciam a vulnerabilidade social	44
Tabela 3: Dinâmica populacional no município de Ananindeua, Pará.....	52
Tabela 4: Principais conjuntos habitacionais implantados em Ananindeua até 2005.	53
Tabela 5: Principais condomínios fechados implantados em Ananindeua até 2005.....	54
Tabela 6: Principais loteamentos implantados até 2005.	54
Tabela 7: Principais conjuntos verticalizados até 2005.	55
Tabela 8: Deficit Habitacional de Ananindeua-PA.....	56
Tabela 9: Carência de Infraestrutura de Ananindeua-PA.....	57
Tabela 10: 20 piores cidades no ranking do saneamento nos últimos 8 anos.	57
Tabela 11: População dos bairros da porção sul de Ananindeua-PA.....	65
Tabela 12: Inadequação Fundiária de Ananindeua-PA.....	81

LISTA DE SIGLAS

ACHAJUS- Associação do conjunto habitacional Júlia Seffer
AMPQUA- Associação de Moradores e Produtores de Abacatal e Aurá
ASMOJE- Associação dos moradores Moara e Jerusalém
APA-Área de Proteção Ambiental
BNH- Banco Nacional de Habitação
CENTUR- Centro Cultural e Turístico Tancredo Neves
COHAB-Companhia de Habitação
COHASP-Companhia Habitacional dos Servidores Públicos da Amazônia
EFB- Estrada de ferro de Bragança
ESF- Estratégia Saúde da família
FHC-Fernando Henrique Cardoso
FCP- Fundação Casa Popular
FGTS- Fundo de garantia do tempo de serviço
FJP- Fundação João Pinheiro
IAPS-Instituto de aposentadoria e pensões
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ITERPA-Instituto de Terras do Pará
LAHAM-Laboratório de habitação e Moradia
OIT- Organização Internacional do Trabalho
ONU- Organização das nações unidas
PAC- Programa de aceleração do crescimento
PDA- Plano Diretor de Ananindeua
PHISA- Programa habitacional de Interesse social de Ananindeua
PLANHAB- Plano Nacional de Habitação
PLANHAP-Plano Nacional de Habitação Popular
PMCMV-Programa Minha Casa Minha Vida
PNH-Política Nacional de Habitação
PPGEO- Programa de Pós-graduação em Geografia
REVISMA-Refúgio de vida Silvestre da metrópole da Amazônia
SECULT- Secretaria de Estado de Cultura
SNUC-Sistema Nacional de Unidades de conservação
SFH-Sistema Financeiro de Habitação
SUDAM- Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
UFPA- Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
ABORDAGEM METODOLÓGICA	20
CAPÍTULO 1 – TERRITÓRIO USADO, METROPOLIZAÇÃO E VULNERABILIDADE SOCIOESPACIAL: REVISITAÇÃO TEÓRICA E CONCEITUAL	24
1.1. Território: suas perspectivas teóricas e conceituais.	24
1.2- Espaço e metropolização: noções e elementos teóricos conceituais para pensar a moradia.	28
1.3- Vulnerabilidade socioespacial: o direito ao território.	41
CAPÍTULO 2 – METROPOLIZAÇÃO E USOS DO TERRITÓRIO NO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA-PA.	47
2.1. Os elementos de formação do território ananindeuense.	47
2.2- As dinâmicas de metropolização e sua expressão em Ananindeua-Pa.	49
2.3. O uso no território na porção sul de Ananindeua-PA.....	58
CAPÍTULO 3 – TERRITÓRIO PRATICADO, CONDIÇÕES DE MORADIA E O DIREITO AO TERRITÓRIO EM ANANINDEUA-PA.	62
3.1. Território e infraestrutura nos espaços de moradia na porção sul de Ananindeua-PA.....	62
3.2. Regulação do território e as desigualdades socioespaciais: lógicas, racionalidades e ações.	78
3.3. Territorialidade, contra racionalidades e a luta pelo direito ao território.	85
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
5. REFERÊNCIAS	95

INTRODUÇÃO

O processo de urbanização se faz presente desde a Antiguidade, contudo é na Idade Moderna, com novas ordens e leis de apoio à ação capitalista, que o processo de urbanização ganhou reforço, transformando a terra em mercadoria (SPOSITO, 2020). Com o desenvolvimento do capitalismo, a terra antes com a finalidade de valor de uso, agora passa a ter o valor de troca, para suprir os objetivos do capital. E com o desenvolvimento técnico-científico, a industrialização, o processo de urbanização revolucionou as cidades. (SPOSITO, 2020).

De modo geral é a partir do século XVIII, que no Brasil, a urbanização começa a se desenvolver, mas é necessário mais um século para que ela atinja a sua maturidade, século XIX, contudo é no século XX que ela apresenta as características que conhecemos hoje (SANTOS, 1993). E mais precisamente no fim do século XX que se conhece a aceleração do fenômeno da urbanização. A partir de 1940-50 a nova lógica econômica e social baseada na industrialização prevalece (SANTOS, 1993). Não uma industrialização baseada na criação das atividades industriais nos lugares, mas em sua mais ampla significação, como processo social complexo que tanto inclui a formação de um mercado nacional, quanto aos esforços do território para torná-lo integrado. Assim, essa nova lógica econômica ultrapassa o nível regional, para se situar na escala do país. A partir daí temos uma urbanização cada vez mais envolvente e mais presente no território que se dá com o crescimento demográfico sustentado das cidades médias e maiores, incluindo as capitais do Estado (SANTOS, 1993).

De acordo com Monteiro e Veras (2017) o crescimento da população brasileira impulsionou a expansão das cidades, somado ao fluxo migratório rural-urbano, culminou na aglomeração populacional da área urbana. Consequência da expansão da industrialização nas cidades, que atraía os trabalhadores do campo. E também pela mecanização do campo que diminuía a mão-de-obra e impulsionava a busca por trabalho na cidade. A industrialização provocou assim novas configurações do espaço urbano. O aumento da população implicou a necessidade de ampliar a oferta de serviços e equipamentos urbanos, bem como a oferta de moradias para as famílias.

Acrescentam os autores que todo esse processo resultou em mudanças na estrutura urbana das cidades em transformações no modo de morar da população, pois essas pessoas chegando à metrópole, muitas vezes se inseriam de forma precária, através de autoconstrução, como as favelas e loteamentos irregulares ou passavam a habitar cortiços. A questão da habitação se torna um problema atrelado ao processo de

urbanização acelerado que não estavam preparadas para atender um número tão grande de novos moradores, tendo essa demanda procurado um dos maiores símbolos de habitação do período: o cortiço.

O cortiço, símbolo da precariedade das habitações no Brasil, foi uma das soluções mais populares até 1930, sendo mais uma solução de mercado do que propriamente de moradia. Eram alugados aqueles com renda mínima, normalmente operários ou profissionais liberais que começavam a se aglutinar nos centros urbanos emergentes. Neste sentido, tornou-se “um negócio” lucrativo. Porém, representava ameaça a saúde pública devido às condições sanitárias precárias. (PMA-PHISA, 2012, p. 17).

A partir de 1930, na era Vargas, intensificou-se o processo de industrialização e urbanização, assim como a criação de políticas habitacionais. Neste período, tem-se a criação dos Institutos de aposentadorias e pensões (IAPS), que marcaram a produção de moradia à classe trabalhadora assalariada associada aos institutos, deixando desamparada a classe baixa. A primeira ação governamental voltada à população de baixa renda foi implementada no governo Dutra (1946-1951) com a Fundação Casa Popular-FCP, contudo por estar assentada com recursos próprios do governo ficou aquém das políticas habitacionais brasileira. Foi somente com a criação do Banco Nacional de Habitação (1964-1986) que se centralizaram ações no campo da habitação, com base no FGTS. E apesar das críticas resultou na construção de 4,3 milhões de unidades habitacionais, contudo ainda relegando a população de mais baixa renda.

Com o fim do BNH (1986), o país ficou desamparado em relação às políticas habitacionais. O governo FHC, marca a retomada dos financiamentos de habitação e saneamento com base no FGTS. Programas de financiamento tais como carta de crédito individual e associativa sendo incorporada também no governo Lula. (PHISA, 2012).

Um dos passos fundamentais no sentido da implementação de uma nova política habitacional preconizada pelo governo Lula, foi a aprovação e promulgação do Estatuto da Cidade, 2001, que regulamentou os artigos 182 e 183 da constituição e criou instrumentos capazes de interferir no acesso à terra aspecto fundamental para equacionar a questão da habitação. O estatuto da cidade abriu para os municípios uma ampla gama de alternativas para regular o processo de desenvolvimento urbano, requerendo para isto a formulação de Plano diretor que incorpore os novos instrumentos e uma gestão da política urbana que garanta sua implementação. (PMA-PHISA, 2012, p. 19).

Com a criação do ministério da cidade a política nacional de habitação passa a ser vista sob o prisma do desenvolvimento urbano integrado, no qual a habitação não se restringe a casa, mas também a infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade e

transporte coletivo, equipamentos e serviços urbanos e sociais, buscando garantir o direito à cidade. (PHISA, 2012).

Balmim e Krause (2014) acrescentam que nesse período também foram criados o Plano Nacional de Habitação de interesse social (FNHIS) em 2005, assim como novos programas como o PAC urbanização de favelas em 2007, o programa Minha Casa Minha Vida em 2009. Contudo, reafirmam que a cidade e o urbano no Brasil são exatamente a expressão acabada do modelo de aprofundamento das desigualdades que marcam o país.

Marra (2010) corrobora deste pensamento e nos diz que mesmo tendo a Constituição Federal e a Declaração universal dos direitos humanos da ONU-Organização das Nações Unidas, ter tratado do tema moradia como algo de suma relevância para a preservação da dignidade da pessoa humana, ainda podemos observar altíssimos índices de déficit habitacional que de acordo com a Fundação João Pinheiro-FJP o déficit habitacional nacional em 2019 totalizava 5.876.99, sendo 5.044.322 somente na área urbana.

O processo de urbanização e de metropolização, este como o processo mais avançado de urbanização, com estratégias de reprodução capitalista, cria novas morfologias urbanas com limites dinâmicos e difusos (LENCIONI, 2003). Esse crescimento e remodelação do espaço urbano em nível de Amazônia pode ser observado a partir dos projetos de desenvolvimento para mesma, como a construção da Belém-Brasília e da criação das regiões metropolitanas como a de Belém em 1973, composta por Belém e Ananindeua e que no decorrer dos anos foi tendo áreas anexadas à região como os municípios de Marituba, Benevides, Santa Izabel e Castanhal. (MENDES, 2018). Atualmente o processo de metropolização continua anexando e influenciando novas áreas de acordo com os interesses do capital, gerando conflitos, desigualdades e vulnerabilidades socioespaciais. O município de Ananindeua representa essa dinâmica espacial, transformada pelo processo de metropolização. Por isso esse trabalho intitulado *Metropolização e Vulnerabilidade socioespacial: Dinâmicas territoriais e luta pela moradia na porção sul de Ananindeua-PA*, levanta a seguinte problemática central:

- Como o processo de metropolização, como as ações do Estado (regularização fundiária e projeto de implementação da Rodovia da Liberdade) além da expansão do mercado de terras no espaço metropolitano de Belém vem interferindo nas condições de vulnerabilidade socioespacial (infraestrutura e moradia) da porção sul do território ananindeuense entre os anos de 2020 e 2022?

O trabalho também levanta questões norteadoras que subsidiarão a pesquisa

como as pontuadas a seguir:

- Quais as práticas espaciais e os usos territoriais que ocorrem na porção sul do território municipal de Ananindeua-PA?
- Como vem se dando as condições de infraestrutura e moradia na porção sul do território municipal de Ananindeua-PA?
- Como a metropolização, bem como, as ações do Estado (regularização fundiária e o projeto de implantação da Rodovia da Liberdade), além da expansão do mercado de terras no espaço metropolitano ananindeuense vem interferindo nas condições de vulnerabilidade e desigualdades socioespaciais (infraestrutura e moradia) na porção sul do território municipal de Ananindeua-PA?

Como objetivo geral o trabalho procura:

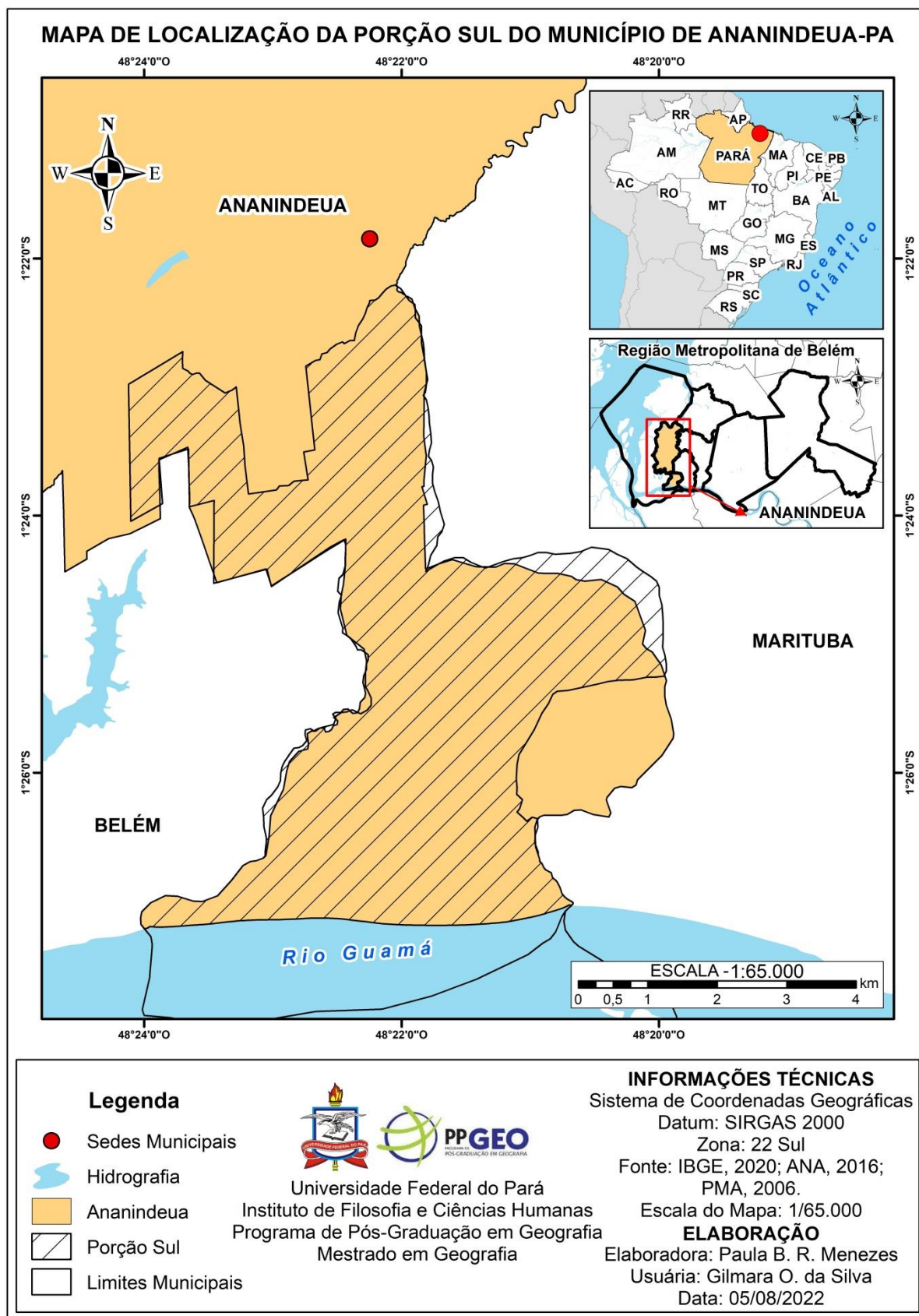
- Analisar o processo de metropolização, como as ações do Estado (regularização fundiária e projeto de implementação da Rodovia da Liberdade) além da expansão do mercado de terras no espaço metropolitano de Belém vem interferindo nas condições de vulnerabilidade socioespacial (infraestrutura e moradia) da porção sul do território ananindeuense entre os anos de 2020 e 2022.

E como objetivos específicos:

- Identificar e caracterizar as práticas espaciais e os usos territoriais que ocorrem na porção sul do território municipal de Ananindeua-PA.
- Investigar as condições de infraestrutura e moradia na porção sul do território municipal de Ananindeua-PA.
- Analisar a metropolização, bem como, as ações do Estado (regularização fundiária e o projeto de implantação da Rodovia da Liberdade), além da expansão do mercado de terras no espaço metropolitano ananindeuense vem interferindo nas condições de vulnerabilidade e desigualdades socioespaciais (infraestrutura e moradia) na porção sul do território municipal de Ananindeua-PA.

Ananindeua é um município pertencente à mesorregião metropolitana de Belém. A sede municipal tem as seguintes coordenadas geográficas 01° 21' 58'' de latitude sul e 48° 22' 22'' de longitude oeste de Greenwich. Seus limites são ao Norte, o município de Belém, ao sul, o rio Guamá, ao leste, municípios de Marituba e a oeste, município de Belém. No Mapa 1 podemos visualizar a RMB, o município de Ananindeua e a sua porção sul, área de análise deste trabalho. (PARÁ, 2009).

Mapa 1: Mapa de localização da porção sul do município de Ananindeua-PA



Fonte: IBGE, 2020, ANA, 2016, PMA, 2006 e Menezes, 2022.

O trabalho tem como hipótese estruturadora da pesquisa que a expansão metropolitana tem afetado ainda mais as áreas até então preservada dentro da metrópole, até mesmo as amparadas por lei. A porção sul de Ananindeua tem sido afetada pela construção de condomínios, de empresas concessionárias de energia, rodovias, entre outros que contribuem para os conflitos territoriais no sul ananindeuense. O referido trabalho se justifica do ponto de vista teórico e metodológico pela necessidade de se entender as novas dinâmicas territoriais, de infraestrutura e moradia, a partir da expansão metropolitana presente na porção sul de Ananindeua-PA. De um ponto de vista teórico prático este trabalho tem a relevância de contribuir para subsidiar as ações públicas e a construção do direito ao território.

ABORDAGEM METODOLÓGICA

A pesquisa utiliza como método o materialismo histórico e dialético, de Karl Marx, que segundo Pires (1997) caracteriza-se pelo movimento do pensamento através da materialidade histórica da vida dos homens em sociedade, e também pelo princípio da contradição presente nesta lógica que indica que para pensar a realidade é possível aceitar a contradição, caminhar por ela e apreender o que dela é essencial.

A pesquisa será quantitativa e qualitativa. Segundo Godoy (1995) a primeira preocupa-se com a medição e quantificação do resultado, busca a precisão, evitando as distorções na etapa da análise e interpretação dos dados. A segunda, por sua vez parte de questões ou focos de interesses amplos que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve, preocupa-se com a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos, pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo.

A análise utiliza uma abordagem de pesquisa interescalar para a qual de acordo com Sposito (2006) os fenômenos e dinâmicas geográficas devem ser abordados considerando o tempo e o espaço e suas múltiplas relações, tanto pretéritas quanto futuras. Para a autora um nível escalar temporal e espacial se expressam respectivamente por um intervalo de anos ou décadas, e por meio de uma área (espacial) que representa uma escala cartográfica. Conseqüentemente no diálogo da escala temporal, assim como a espacial escolhida com outras escalas temporal e territorial pretéritas ou futuras, influenciam-se mutuamente uma vez que acontecimentos em determinadas escalas rebatem diretamente sobre a área estudada.

A escala geográfica se faz de suma importância também para análise da

pesquisa, esta que de acordo com Melazzo e Castro (2008) seria uma teoria de estruturação do espaço, onde as diferenças espaciais poderiam ser apreendidas com resultado de disputas e de relações de poder, atenta para os diferentes níveis de abstração que cada escala comporta, sistematiza ambientes pouco explorados da vida social e explicita as articulações uni e pluriescalares de diferentes grupos sociais.

Como procedimentos metodológicos é feito um levantamento e análise bibliográfica que de acordo com Gil (2002) é um procedimento desenvolvido com base em material já elaborado, constituído principalmente por livros e artigos científicos. Em nossa pesquisa foram utilizadas bibliografias de autores que tratam o território e seus usos como Santos (1999) o qual trata o território como uma análise do todo, da vida de todos, em constante mudança. Um território que relaciona as horizontalidade e verticalidades que tornaria possível as diferentes dimensões em todas as escalas local, nacional e global. Bibliografias que tratam do conceito de metropolização, que para Lencioni (2003), é a expressão de uma nova época, na qual a metrópole se coloca ao mesmo tempo como uma condição, um meio e um produto do capital, bem como do conceito de vulnerabilidade socioespacial que de acordo com Acserald (2006) caracteriza-se pela exposição de riscos e suscetibilidade de pessoas, infraestrutura e mobilidade espacial.

Houve também um levantamento e análise documental que de acordo com Gil (2002) é desenvolvida com base material, mas com grande diversidade de fonte, que pode ser dividida em documentos que ainda não receberam um tratamento analítico como os que se encontram em arquivo público, associações, igrejas, partidos políticos e os que já receberam um tratamento analítico como relatórios de pesquisa, tabelas estatísticas, dissertações e artigos científicos sobre o tema. Também faremos um levantamento documental, onde buscamos referências sobre a formação territorial do município de Ananindeua, sobre o plano diagnóstico e diretor do município, documentos sobre a APA- área de proteção metropolitana de Belém, REVISMA- Refúgio de vida Silvestre da Metrópole da Amazônia, territórios quilombolas (Abacatal), bem como consulta a Constituição Federal e a declaração dos direitos humanos universais da ONU que trata do direito à moradia.

As fontes para a produção da pesquisa do ponto de vista teórico e conceitual e de formação da cidade Ananindeua-PA estão baseadas em periódicos dos sites acadêmicos como a Scielo, Prefeitura Municipal de Ananindeua, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Biblioteca central da Universidade Federal do Pará- UFPA, bem como em dados histórico-documentais encontrados no CENTUR - Centro Cultural

Tancredo Neves.

Foram realizadas observações sistemáticas junto a porção sul de Ananindeua e a forma de moradia da população residente da área, observação que de acordo com Gil (2008) é utilizada em pesquisas que tem como objetivo a descrição precisa dos fenômenos. O pesquisador ao adotar esta técnica elabora previamente um plano de observação onde estabelece o que deve ser observado, em que momento, bem como a forma de registro e organização das informações, devidamente ligados aos objetivos definidos na pesquisa. Num primeiro momento, fizemos juntamente com o grupo de pesquisa LAHAM (laboratório de habitação e moradia) dois trabalhos de campo onde tivemos a oportunidade de conhecer algumas formas de moradia da porção sul de Ananindeua, ouvir alguns líderes comunitários sobre a infraestrutura dos bairros e posteriormente fazer os registros fotográficos. Num segundo momento, tivemos a oportunidade de voltar com alguns moradores e caminhar pelos bairros da porção sul (Águas Lindas, Júlia Seffer, Águas Brancas e Aurá) fazendo registros fotográficos e aplicando os questionários aos moradores.

Em virtude do período pandêmico em que foi realizada a pesquisa, também adotamos o questionário como recurso metodológico. De acordo com Gil (2018), o questionário constitui uma importante técnica disponível para obtenção de dados nas pesquisas sociais. Para ele o questionário é definido como uma técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões representadas por escrito as pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, expectativas, situações vivenciadas, etc. O questionário foi aplicado aos moradores que compõem os bairros da porção sul de Ananindeua.

A pesquisa contou com a produção cartográfica de um mapa de localização da porção sul do município de Ananindeua, com dados do IBGE, 2020 e PMA, 2006 e um segundo mapa da densificação urbana na porção sul de Ananindeua, com base de dados disponibilizados pelo MAPABIOMAS coleção 6, ano 2021, referente aos anos de 1985 e 2020, além de um mapa do avanço das obras urbanas no sul ananindeuense, com bases de dados do IBGE, 2020, INCRA, 2016, SEDEME-PA, 2017 e IDEFLOR-BIO, 2021.

A pesquisa contou com a produção de tabelas referente ao aumento da população do município de Ananindeua, bem como do aumento da população dos bairros do sul do município (Águas Lindas, Águas Brancas, Júlia Seffer e Aurá) com estimativa para o ano 2021, baseado no crescimento linear da população em cada década. Assim como tabelas de déficit habitacional, carência de infraestrutura e inadequação fundiária do para o município, baseados em dados da FJP e PHISA (2012).

Este trabalho se divide em três capítulos, no primeiro capítulo faz-se uma revisão teórico-conceitual, sobre o conceito de território, metropolização, e vulnerabilidade socioespacial. No segundo capítulo faz-se uma abordagem do processo de metropolização no município de Ananindeua com uma breve periodização da sua formação territorial. No terceiro capítulo faremos uma discussão sobre a expansão da metropolização na porção sul do município de Ananindeua, como as ações do Estado, as ações do mercado de terras, a vulnerabilidade socioespacial da população e a luta dos moradores por melhores condições de moradia. Em seguida teremos as considerações finais onde faremos um breve comentário acerca dos resultados obtidos e por fim as referências.

CAPÍTULO 1 – TERRITÓRIO USADO, METROPOLIZAÇÃO E VULNERABILIDADE SOCIOESPACIAL: REVISITAÇÃO TEÓRICA E CONCEITUAL.

1.1. Território: suas perspectivas teóricas e conceituais.

O conceito de território aparece nos estudos do geógrafo alemão Friederich Ratzel (1882), representante intelectual do projeto expansionista alemão, com o objetivo de conquistar novas áreas. O conceito para ele está baseado na ideia de espaço vital, dependência do solo, o progresso significaria um maior uso dos recursos do meio, pois consequentemente quem tivesse o maior vínculo com o solo maior seria para a sociedade a necessidade de manter sua posse. A perda do território é a maior prova de decadência de uma sociedade. Por esta razão a sociedade cria o Estado para defender o território que “representa as condições de trabalho e existência de uma sociedade”. A partir da análise do território Ratzel também cria o conceito de espaço vital, como uma proporção de equilíbrio entre a população de uma sociedade e seus recursos definindo assim suas preeminências territoriais. (MORAES, 1997).

Para Rafesttin (1993), Ratzel concentrava o poder na figura do Estado, tudo estava no controle do Estado. E faz então a separação entre Estado e poder, pois para ele o poder nasce muito antes com a história. E o autor destaca que não existe geografia de um único poder, mas de múltiplos poderes. Diz que há poder em toda a organização que luta contra a entropia de desordem. Enfatiza o “Poder” como nome próprio, mais marcante, pois se manifesta através dos aparelhos complexos que cercam o território, controlam a população e dominam recursos. O “Poder” é compreendido primeiramente pela “multiplicidade das relações de força que são imanentes ao domínio em que elas se exercem e são constitutivas de sua organização”. O “Poder” está intrinsecamente ligado a toda relação social (em termos foucaultianos), o que fundamenta a sua multidimensionalidade.

Através dessa breve reflexão sobre o “Poder”, Rafesttin (1993) nos traz sua análise acerca do conceito de território e consequentemente de espaço. Para ele ambos os conceitos não são termos equivalentes. O espaço é a realidade material pré-existente a qualquer conhecimento e prática que o ator manifeste para dele se apoderar. Aqui a importância do conceito de “Poder”. O território é uma produção a partir do espaço. Produzir uma projeção do espaço já é uma apropriação, isto é, qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação, revela a imagem desejada de um território, de um local de relações. Portanto, o espaço representado não é mais espaço,

mas a imagem do território visto ou vivido numa relação social de comunicação (Poder). Segundo o autor:

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator territorializa esse espaço”. (RAFESTTIN, 1993, p. 143).

Para Souza (2018) o território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e partir de relações de poder. Acrescenta que a questão primordial do conceito é quem ou como domina, governa ou influência esse espaço. Falar de território o remete a conjunção dos conceitos de espaço e poder, uma vez o espaço territorializado é um instrumento de exercício de poder. Então para o autor o que define o território em primeiríssimo lugar é o poder, ou em outras palavras o que o determina é a dimensão política das relações sociais, mas isso não quer dizer que a cultura ou a economia não sejam contempladas. Acrescenta ainda que não se deve negar que esses aspectos (economia e cultura) são de vital importância para compreender a gênese de um território ou as razões de mantê-lo, mas seu verdadeiro “leitmotiv” é político. É o que podemos observar na sua definição de território no trecho a seguir:

O território (...) é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. A questão primordial, aqui, não é, na realidade, quais são as características geoecológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço. Estes aspectos podem ser de crucial importância para a compreensão da gênese de um território ou do interesse de tomá-lo ou mantê-lo (...), mas o verdadeiro Leitmotiv é o seguinte: quem domina ou influência e como domina ou influência esse espaço? (SOUZA, 2018, p. 89).

Souza (2018) acrescenta ainda que essa definição inicial para o território é extremamente sintética, por isso diz que os territórios são antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos, como “relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial, como um campo de força.” Afirma assim, que o território não é palpável, mas sim um campo de força e que só existe enquanto durar as relações sociais projetadas num dado espaço.

Para Haesbaert (2014) território como em qualquer acepção tem a ver com o poder, e não apenas o tradicional poder político, ligado ao papel administrativo do Estado, mas a partir de uma visão lefebvrieriana, o território pode ser compreendido através da lógica de dominação (valor funcional e/ou valor de troca), e da lógica de

apropriação (valor simbólico e/ou do valor de uso) do espaço, uma vez que para ele espaço e território são conceitos intrinsecamente relacionados. O território, a territorialização, (estratégias política-cultural) e as dinâmicas de desterritorialização¹, devem ser distinguidos através dos sujeitos que efetivamente exercem o poder que de fato controlam seus espaços e conseqüentemente os processos sociais que o compõem. Assim, o território e suas respectivas territorializações, é entendido através da relação entre o poder político, econômico e simbólico. Como vemos a seguir:

Território assim, em qualquer acepção tem haver com poder, mas não apenas o tradicional poder político. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico de apropriação. Lefebvre distingue apropriação de dominação (“possessão”, “propriedade”), o primeiro sendo um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do vivido, do valor de uso, o segundo mais objetivo, funcional e vinculado ao valor de troca. (HAESBAERT, 2014, p.57).

De acordo com o Haesbaert (2014) o mais importante ao analisar o conceito de território é sua variação conforme o contexto histórico e geográfico que está sendo investigado, melhor dizendo, entendê-lo dentro dos diversos períodos e regiões do capitalismo em que são produzidos. Afirma que o capitalismo se funda sobre dois grandes padrões territoriais, um referente à lógica estatal tradicional, preocupada com o controle das áreas quase sempre contínuas e de fronteiras bem definidas, outro mais relacionado à lógica empresarial, controladora de fluxos e nódulos de conexão de alcance global. Complementa que são duas lógicas não excludentes, pois historicamente funcionam em conjunto num dado contexto espaço-temporal. Neste ponto, pode-se falar em “dominância” de uma lógica sobre a outra.

Desta maneira Haesbaert (2014) nos traz o entendimento do conceito de multiterritorialidade que trata da sobreposição lógica de territórios, hierarquicamente articulados, encaixados. A partir do novo aparato tecnológico-informacional, de uma multiterritorialidade não apenas em deslocamentos físicos, mas por conectividade virtual, a multiterritorialidade zonal e a reticular, respectivamente. A multiterritorialidade contemporânea inclui uma mudança quantitativa, pela maior diversidade de territórios, e qualitativa pela vivência concomitante de uma enorme gama de territórios e/ou territorialidades.

¹ Haesbaert (2016) destaca os conceitos de desterritorialização e territorialização segundo Deleuze e Guatari (1997), onde “a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território, e a reterritorialização é o movimento de reconstrução do território”.

Santos (1999) nos diz que dentro de um tipo de economia hegemônica há espaços que são mais produtivos que outros, então deveria considerar-se produtividades espaciais diferentes segundo os lugares, o que tornaria possíveis participações diferentes no processo global. Nos espaços de globalização haveria as horizontalidades e verticalidades que resultariam nos espaços banais, espaços de comunhão, comunicação de todos, não apenas em contraposição aos espaços de fluxos, seria o espaço de todos, sem excluir qualquer que seja a instituição ou empresa. Assim haveria a volta noção de territorialidade dos atores agindo no espaço.

Acrescenta que temos que entender o território como território usado, o território como um todo, território da nação, do país, como uma totalidade que representa o dinamismo social. Território usado pode ser mais adequado como a noção de território em mudança, um território em processo. Como um quadro da vida de todos na sua dimensão global, nacional, intermediária e local. Como nos mostra a seguir:

(...) é o território que constitui o traço de união entre o passado e o futuro imediatos. Ele tem que ser visto- e a expressão é (...) de François Perroux – com um campo de forças, como o lugar do exercício, de dialéticas e contradições entre o vertical e o horizontal, entre o Estado e o mercado, entre o uso econômico e o uso social dos recursos. (SANTOS, 1999, p.19).

Ribeiro (2003) acredita que o território usado abordado acima por Milton Santos está pautado numa dinâmica socioterritorial que possui uma dimensão horizontal e vertical, indispensáveis as estratégias dos autores dominantes e para o local/lugar como resistência sociocultural. A dimensão horizontal correspondendo as atividades e ações que possibilitem a estruturação da vida social. E a dimensão vertical correspondendo aos fatores e processos que criam a modernização alienada distante da vida dos homens.

Assim o território usado de Milton Santos, reafirmado pela autora, é a expressão latente da sociedade civil, cuja reunião estabelecida no e entre os lugares poderá a vir a apoiar a configuração da vontade coletiva e o desenvolvimento de novos projetos futuros. Assim o território não seria apenas a ação tática e estratégica, mas a manifestação de outras dimensões da experiência humana, envolvidas no teórico-político de apreensão da totalidade concreta.

A revalorização do território de Santos exige a superação do economicismo e do mecanicismo. Busca a superação teórica e política de análise do território que se restringem a conhecer os seus usos, sem articulá-los a práxis. O território usado constitui uma configuração espessa de mediações que concretiza o agir político. O território é usado e praticado. E a territorialidade como sinônimo de pertencer aquilo

que nos pertence. Assim, a revalorização do território afirma-se a relevância da ação política a vontade coletiva.

Para Silveira (2011) o território usado inclui todos os atores e não apenas o Estado como na acepção herdada na modernidade. O território usado envolve todos os atores, espaço de todas as existências, pois a história se produz com todas as empresas, todas as instituições, todos os indivíduos, independente de toda sua força diferente, mesmo que desigual. O território usado abriga as ações passadas, já cristalizadas nos objetos e normas e as ações presentes, aquelas que se realizam diante dos nossos olhos. Por isso o território usado é tudo aquilo que o constitui materialmente, as infraestruturas de engenharia, agricultura, indústria, meio construído urbano, as densidades demográficas, como também o que constitui imaterialmente, as ações, normas, leis, cultura, movimentos da população e fluxo de toda ordem.

Com efeito a abordagem que iremos adotar como chave analítica para a nossa análise será pautada na perspectiva de território usado, posto que a mesma perspectiva possibilita entender as multiterritorialidades, dinâmicas, processos, escalas e ações que tem interferido na produção das relações sociais de produção na porção sul de Ananindeua.

1.2- Espaço e metropolização: noções e elementos teóricos conceituais para pensar a moradia.

Tradicionalmente o termo espaço evocava aos matemáticos que o tratavam como um recipiente sem conteúdo, pela filosofia que o tratava como uma categoria a priori (Kant) e as ciências que dele se ocupavam e o repartiam. Atualmente essa planificação foi rompida considerando o espaço (social) não mais como fatos da natureza, nem como simples fato de cultura, mas como produto. (LEFEBRVE, 2000).

A produção do espaço (e do tempo) não os considerava como “objetos” e “coisas” insignificantes, saindo das mãos ou das máquinas, mas como os aspectos principais da segunda natureza, efeito da ação das sociedades sobre a “primeira natureza”; sobre os dados sensíveis, a matéria e as energias. (LEFEBRVE, 2000, p.5).

Tendo a concepção do espaço como um produto social, conjunto de relações e não, um produto como sinônimo de coisas ou objetos, exigiu-se o aprofundamento das noções de produção, de produto de suas relações. Conforme nos mostra Lefbrve no trecho a seguir:

O espaço não pode mais ser concebido como passivo, vazio, ou então, como os “produtos”, não tendo outro sentido senão o de ser trocado, o de ser consumido, o de desaparecer. Enquanto produto, por interação ou retroação, o espaço intervém na própria produção: organização do trabalho produtivo, transportes, fluxos de matérias-primas e de energias, redes de repartição de produtos. À sua maneira produtivo e produtor, o espaço (mal ou bem organizado) entra nas relações de produção e nas forças produtivas. Seu conceito não pode, portanto, ser isolado e permanecer estático. Ele se dialetiza: produto-produtor, suporte de relações econômicas e sociais. (LEFBRVE, 2000, p.7).

Acrescenta o autor que, o espaço está nas forças produtivas, na divisão do trabalho, nas relações com a propriedade com as terras, instituições, cultura, saber. Ele se vende, se compra, ele tem valor de troca, valor de uso. Assim, não se situa em níveis planos distinguidos e planificados.

(...) o espaço aparece, se forma, intervém ora a alguns “níveis” ora a outros. Ora no trabalho e nas relações de dominação (de propriedade), ora no funcionamento das superestruturas (instituições). Portanto, desigualmente, mas por toda parte. A produção do espaço não seria “dominante” no modo de produção, mas religaria os aspectos da prática coordenando-os, reunindo-os, precisamente, numa “prática”. (LEFBRVE, 2000, p.8).

Se o espaço social intervém no modo de produção, ele muda com esse modo de produção. Ele muda com as sociedades. Portanto há uma história do espaço. O conceito de espaço reúne o mental e o cultural, o social e o histórico. Reconstruindo um espaço complexo de descoberta de espaços novos, produção da organização do espaço da sociedade e da criação da cidade. (LEFBRVE, 2000).

De acordo com Santos (2006) o espaço é formado por um sistema indissociável de um sistema de objetos e sistemas de ações que interagem. De um lado os sistemas de objetos que condicionam a forma como se dão as ações e de outro o sistema de ações que leva a criação de objetos novos ou se realiza sobre os objetos pré-existentes. Assim o espaço se dinamiza e se transforma como nos diz a seguir:

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico. (SANTOS, 2006, p. 39).

Santos (2014) acrescenta que “Um conceito básico é que o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação”. Por isso para estudar o espaço, cumpre apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especificamente as noções de forma, função e estrutura, uma vez que sempre que a sociedade sofre uma mudança, as formas, os objetos geográficos, novos e velhos, assumem novas funções, e a totalidade da mutação sofre uma nova organização. A compreensão da organização espacial só se torna possível mediante a interpretação do processo dialético entre forma, estrutura e função, através do tempo.

O autor apresenta a “forma” como o aspecto visível de uma coisa, a “função” como uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, uma pessoa, uma instituição ou coisa. A “estrutura” como a inter-relação de todas as partes de um todo, o modo de organização ou construção, e o “processo” como uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado, implicando conceito de tempo e mudança. (SANTOS, 2014).

Quando se estuda a organização do espaço, esses conceitos são necessários para explicar como o espaço social está estruturado, como os homens organizam a sua sociedade no espaço e como a concepção e o uso que o homem faz do espaço sofre mudanças. O movimento da totalidade social acarreta mudanças no equilíbrio entre as diferentes instâncias ou componentes da sociedade, modificando os processos, exigindo novas funções e atribuindo diferentes valores as formas geográficas. Afirma o autor, que somente com o uso simultâneo das quatro categorias estrutura, processo, função e forma é que nos permitirá apreender a totalidade em seu movimento. (SANTOS, 2014).

De acordo com Carlos (2020) pensar as relações sociais em sua dimensão espacial aponta para a ideia de que a sociedade ao produzir-se, o faz num espaço determinado, como condição de sua existência, mas através dessa ação, produz conseqüentemente um espaço que lhe é próprio, histórico e com especificidades em diferentes escalas no globo. Desse modo a noção de produção revela os conteúdos dos processos produtivos, os sujeitos produtores, os agentes da produção material do espaço, as finalidades que orientam essa produção, bem como as formas, como são apropriadas. Se ela tem conteúdo, as relações sociais, tem também uma localização no espaço. Dessa forma há produção do espaço onde as atividades humanas se encontram diferencialmente localizadas. O ato de produzir da sociedade seria o ato de produção do espaço. Conforme trecho a seguir:

Desse modo, o ato de produzir da sociedade, no sentido de permitir sua reprodução como espécie, como ato de produção da vida em todas as suas dimensões, seria apresentado como ato de *produção do espaço*, deste que, ao mesmo tempo, é condição e meio de realização das atividades humanas em toda sua totalidade. (CARLOS, 2020, p.62).

A produção do espaço nesse sentido é anterior ao capitalismo e se perde na história em que o homem deixou de se coletor e caçador e criou condições, através do trabalho, de transformar a natureza em algo que é próprio do ser humano. O espaço emerge da relação do homem com a natureza. O ato de produção da vida é conseqüentemente um ato de produção do espaço. Afirma-se o espaço como condição, meio e produto da reprodução social. (CARLOS, 2020).

A noção de produção do espaço obriga-nos a considerar o sujeito da ação como o Estado, o capital e os sujeitos sociais que têm o espaço como condição, meio e produto da sua ação.

Obriga-nos a considerar o sujeito da ação: o Estado como aquele da dominação política; o capital com suas estratégias objetivando sua reprodução continuada (e aqui nos referimos às frações do capital, o industrial, o comercial e o financeiro e suas articulações com os demais setores da economia, como o mercado imobiliário); os sujeitos sociais que em suas necessidades e seus desejos são vinculados à realização da vida humana, temo espaço como condição meio e produto da sua ação. (CARLOS, 2020, p.64).

Assim, pode-se afirmar que a noção de produção do espaço revela um processo real, amplo e profundo como um conjunto de relações, modelos de comportamento e sistema de valores formalizando e fixando entre os membros da sociedade, e nesse processo produzindo uma dimensão prática. (CARLOS, 2020).

De acordo com Corrêa (2004) o espaço urbano é um produto social resultado de ações acumuladas através do tempo e engendradas por agentes sociais que produzem e consomem o espaço. As ações desses agentes derivam da dinâmica da acumulação do capital, da reprodução das relações sociais e dos conflitos que elas geram.

O espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campos de lutas- é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que consomem e produz espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato. A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução, e dos conflitos de classe que dela emergem. (CORRÊA, 2004, p. 11).

A complexidade das ações dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial de diversas áreas no espaço urbano, densificação de uso do solo, deteriorização de certas áreas, renovação urbana, realocação diferenciada da infraestrutura e mudança coercitiva ou não do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade. Segundo o autor os agentes que fazem e refazem a cidade são: os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. A ação desses agentes serve ao propósito dominante da sociedade capitalista. No estágio atual do capitalismo, o capital industrial, financeiro e imobiliário, compram, especulam, financiam e produzem espaço urbano. As estratégias desses agentes variam no tempo e no espaço. (CORREA, 2004)

Então, pensar a produção do espaço urbano nos remete ao atual estágio do neoliberalismo, da globalização financeira do capital e da atuação do Estado e dos seus rebatimentos na vida cotidiana, numa sociedade desigual e conflituosa onde o capital é reproduzido a partir da produção de bens, de ideologias e de valores de troca. (DIAS, 2018, p. 166).

O neoliberalismo exprime uma ação, uma ideia e ideologia, um modo de ser no mundo permeado de contradições que visam sustentar o poder de uma classe dominante, que detém as maiores riquezas mundiais, grande volume de ações em fundos de pensão, a indústria, de seguros, a indústria de produção de bens e serviços e os grupos que hegemonizam o Estado, quando vão de encontro a manutenção das condições de reprodução do capital produtivo e financeiro. (DIAS, 2018, p. 167).

Ainda segundo a autora no campo das ações, elas podem ser observadas pelas políticas econômicas e monetárias dos países, assim como pela redução do Estado enquanto garantidor dos direitos sociais. Práticas que podem ser materializadas na cidade, a qual é alvo de disputa, uma vez que o solo urbano, a localização, e infraestrutura, podem ser aí estabelecidas, e conseqüentemente a existência do mercado, possibilita a expansão do capital, à medida que a cidade tem valor. Assim o processo de produção do espaço nas cidades tem sido tensionado pela necessidade de absorver o capital no contexto do neoliberalismo e mais recentemente pela financeirização. (DIAS, 2018).

De acordo com a autora pensar a financeirização é pensar no modelo de desenvolvimento capitalista nas últimas décadas, que reflete um desenvolvimento geográfico desigual, que após a crise do modelo fordista, crise da produção dos padrões de consumo e acumulação, chega os governos neoliberais com a inserção de novas

tecnologias e a integração dos mercados financeiros a escala global. Com um Estado regido pelas finanças e a serviço delas.

A produção do espaço, sob o capitalismo, torna-se fonte de privação da vida pelo desenvolvimento sem limites do mundo da mercadoria. Na contemporaneidade a sociedade é dominada pelo econômico, de maneira que a acumulação se concretiza na produção de um espaço mundializado e a incorporação de novas produções ao processo de acumulação, dentre elas a produção do espaço urbano que se efetiva com a hegemonia do capital financeiro. (DIAS,2018).

Assim, entender a organização do espaço na contemporaneidade, nos remete ao processo de urbanização extensiva, que deriva do termo de Lefebvre “zona urbana” o qual se refere ao estágio de organização espacial onde o capitalismo industrial se estabelece dentro da cidade e controla toda a sua região de influência provocando a ruptura da cidade em duas formas o centro núcleo/urbano e o tecido urbano. (MONTE-MOR, 1996).

A urbanização extensiva - esta urbanização que se estende para além das cidades em redes que penetram virtualmente todos os espaços regionais integrando-os em malhas mundiais - representa, assim, a forma socioespacial dominante que marca a sociedade capitalista de Estado contemporânea em suas diversas manifestações, desde o centro dinâmico do sistema capitalista até - e cada vez mais - às diversas periferias que se articulam dialeticamente em direção aos centros e subcentros e subsubcentros... (MONTE-MOR, 1996, p.3)

De acordo com Limonad (2005) essa extensão da urbanização prescinde como um modo de vida das populações a partir de sua condição de existência e sua inserção no processo produtivo e não apenas de uma cultura urbana. A nova escala da urbanização ocorre de forma distinta da anterior, dá-se de forma difusa, sem que haja contiguidade física, emergindo diversos pontos e malhas. Assim, de acordo com a autora as novas condições de urbanização, estende-se além do ambiente construído, - a cidade, difunde-se como um modo de vida a partir da inserção do processo produtivo. Afirma que *“tornar urbano/urbanizar implica introduzir no espaço algo que não existia, pela ação dos homens”*.

Para explicar esse novo padrão espacial Brenner (2018) distingue urbanização concentrada de urbanização extensiva. A primeira refere-se as geografias de urbanização concentradas se assemelham as áreas metropolitanas compreendidas como produto de formações históricas da organização territorial urbana. Em contrapartida, a segunda denota a produção e reorganização permanente das paisagens operacionais cada vez mais vastas- incluindo as infraestruturas aí instaladas para extração de recursos,

logísticas e comunicação, energia e produção de alimentos, abastecimento e gerenciamento de água, eliminação de resíduos e planejamento ambiental, que sirvam de apoio a dinâmica econômica das aglomerações espaciais. A urbanização extensiva foi largamente ignorada por se tratar de lugares rurais localizados no campo.

Essas últimas não são mais tratadas como locais “atrasados” ou de abastecimento de recursos, e/ou onde se implantam lixões ou descarte de resíduos. Hoje essas paisagens da urbanização extensiva estão cada vez mais sistematizadas, privatizadas, industrializadas, infraestruturadas, financiadas, interligadas e geridas para fins funcionais específicos dentro da divisão do trabalho peculiares ao processo de urbanização planetária em rápida evolução. (BRENNER, 2018).

Lencioni (2003) nos diz que estamos vivendo um novo contexto cujo processo o corresponde a um momento mais avançado do processo de urbanização, sem significar, contudo, que não haja mais o processo de urbanização. Este continua existindo e transformando o território; no entanto, é o processo de metropolização que se constitui numa determinação histórica da sociedade contemporânea. Esse processo é expressão de uma nova época, na qual a metrópole se coloca ao mesmo tempo como uma condição para a reprodução do capital, um meio utilizado para a sua reprodução e, ainda, um produto do próprio capital. Isso, num quadro de profundas alterações na dinâmica do capital imobiliário e financeiro, como estratégias de renovação da reprodução capitalista.

O processo de metropolização é uma fase do desenvolvimento urbano, com uma natureza diferente, pois não se trata mais de criar cidades, de desenvolver a rede urbana ou de desenvolver a urbanização em seu sentido restrito; trata-se, agora, de produzir e de desenvolver novas condições metropolitanas que são imprescindíveis para a reprodução do capital, subvertendo toda a lógica urbana herdada. Essas condições privilegiam e produzem a nova metrópole, fazendo-se presente tanto no centro metropolitano como em territórios mais distantes, que passam a apresentar características que no passado só eram encontradas no centro. (LENCIONI, 2003)

O processo de metropolização do espaço se expressa na intensificação e multiplicidade dos fluxos de pessoas, mercadorias e informações, bem como pelo crescimento do número de cidades conurbadas, onde não se distingue muito bem, na continuidade da área construída, o limite municipal de cada uma delas. E, também, pela expansão territorial do aglomerado metropolitano e pela extensão e densificação territorial da concentração das infraestruturas. (LENCIONI, 2003, p.136).

O processo de metropolização do espaço é a grande metamorfose que vêm ocorrendo, uma metamorfose social e espacial que Lencioni (2003) nos elenca em 8 aspectos considerados básicos para o entendimento do processo de metropolização, como podemos ver a seguir:

A primeira é que seu fundamento não diz respeito apenas à transição do rural para o urbano, muito embora o processo possa contê-la; porque seu núcleo é a urbanização. A segunda é a de que a metropolização do espaço conforma uma região de grande escala territorial, com limites extremamente dinâmicos e difusos. A terceira característica é a dessa região expressar ao mesmo tempo uma nítida e intensa fragmentação territorial e transparente segregação social, até então nunca vistas, ao lado de espaços com aspectos bastante homogêneos. A quarta característica deve-se à redefinição das antigas hierarquias entre as cidades da região e da rede de relações entre elas. A quinta diz respeito ao expressivo número de cidades conurbadas com incrível polinucleação e intensa e múltipla rede de fluxos. A sexta característica está relacionada à diminuição relativa do crescimento demográfico da cidade central, acompanhada de expansão demográfica e desenvolvimento do ambiente construído de outros municípios da região. A sétima característica se pauta pela redefinição das pequenas cidades dessa região, conformando um novo tipo de integração dessas pequenas cidades com os espaços polinucleados. A oitava diz respeito à intensidade dos expressivos movimentos pendulares entre algumas cidades da região, consagrando uma expressiva estrutura regional em rede. (LENCIONI, 2017, p. 30).

Nas palavras de Diméo (2008) a metropolização permite formas de ocupação do solo mais diluídas e mais ruralizadas que aquelas das cidades modernas e compacta de outrora.

Independente do que elas sejam estas formas dinâmicas e circulatórias da metropolização, planejadas ou espontâneas, senão caóticas, organizam novos tipos de paisagens, de equipamentos e de habitats, de relações tanto sociais quanto espaciais, de movimentação de habitantes, de atividades econômicas, de gestão e de apropriação de lugares, de terrenos baldios ou esperando um novo uso, de modos de governança, de transtorno também... Notar-se-á que neste universo em mutação, a inovação social, territorial, política e econômica é frequentemente aberta. (DIMÉO, 2008, p.1)

Ao todo, o termo metropolização faz referência a processos. Ele caracteriza tanto as formas quanto as funções e as dinâmicas dos maiores agrupamentos humanos de nosso tempo. Os espaços de metropolização registram em suas extensões as repercussões múltiplas de ondas variadas econômicas e sociais, assim como técnicas e tecnológicas, gerados em todas as escalas. O que gera novas formas e novas paisagens urbanas. Cria também novos poderes e sistemas de governança, que acompanham valores, funções e combinações territoriais até então desconhecidas. (DIMÉO, 2008)

Desse modo, o processo de metropolização constitui uma ampliação globalizada das dinâmicas urbanas favorecido pela reestruturação do capital

que busca espaços para sua (re)produção e, nessa lógica, congrega uma intensa rede de fluxos, cuja expressão no território ultrapassa os limites estabelecidos, por exemplo, por uma determinada divisão político-administrativa, influenciando diretamente a vida dos cidadãos. (MELO FILHO, 2018, p. 6)

Para o entendimento do processo de metropolização, é importante levar em consideração a dinamicidade dos processos que a compõe, e ainda, as características inerentes as suas dinâmicas, que são estabelecidas em razão do tempo e do espaço em que foram constituídas. Assim a metrópole torna-se expressão dos processos de metropolização e por sua vez, a definição do seu conceito busca englobar aspectos que incidem sobre o espaço. (MELO FILHO, 2018).

Lencioni (2017) afirma então que na nova fase do capitalismo faz-se crescer os mecanismos do capitalismo sobre o imperativo das rendas (financeiras e imobiliárias). A metrópole acentua sua centralidade, revelando-se mais pela produção de serviços e pela produção imobiliária do que pela produção industrial. Produzir imóveis de escritório, passou a ser um bom negócio, uma vez que, poderiam render através do aluguel e também porque a propriedade imobiliária constitui uma reserva de valor. Um valor de troca e não de uso. Como nos diz a seguir:

O que menos importa é o uso, ou seja, produzir habitação ou imóveis de escritório não tem como objetivo o seu valor de uso, de servir de moradia ou de escritório. A finalidade principal é a produção do imóvel em si, mirando seu valor de mercado. O feito principal é a troca, a realização da mercadoria, sobrepondo-se ao intuito do uso. Compreende-se, assim, a expansão do setor imobiliário e à amplificação do crédito para financiar a comercialização e a própria produção. (LENCIONI, 2017, p. 65)

De acordo com Ribeiro (1997) a incorporação imobiliária corresponde ao momento mais desenvolvido da produção capitalista da moradia. Contudo, a sua emergência é fruto de transformações econômicas no ramo imobiliário e na própria economia que cria as condições para o surgimento e autonomia de um capital em circulação que terá o papel de investir na produção de moradia. Conforme podemos ver no trecho a seguir:

Para que exista a produção capitalista é necessário que ocorra a transformação no conteúdo da propriedade imobiliária. Isto é, a separação entre produção e consumo, ou seja, a transformação da moradia em mercadoria. Enquanto, com efeito, as necessidades de moradia forem predominantemente supridas pela autoprodução nenhum capital terá condições para ser valorizado na sua produção. Isto ocorre com o próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista, que separa os produtores das condições de produção, através, sobretudo, da migração campo/cidade e da pauperização dos trabalhadores independentes instalados na cidade –

artesãos, pequenos comerciantes, etc. Em suma o processo de proletarização implica não só na separação entre o produtor e os meios de produção, mas também na separação entre o produtor e propriedade da moradia. Ocorre, então, a transformação da moradia: de valor de uso possuído pelos produtores como herança de outras fases, a moradia passa a ser mercadoria. (RIBEIRO, 1997, p. 151).

A produção da moradia em mercadoria ocorrerá sob a dominação da propriedade fundiária, surgindo a figura do rentista, que em cada formação social assumirá conotações diferentes. A modificação do conteúdo moradia de mercadoria para moradia-capital exigirá que se opere uma separação entre propriedade fundiária e capital, surgindo um mercado de terras e que apareça um capital funcionando em condições adequadas ao financiamento do seu “consumo”, seja pelo aluguel seja pela difusão de propriedade.

A transformação da moradia em mercadoria realiza-se sob o controle da propriedade e/ou de um capital mercantil. Pode-se dizer, portanto, que a primeira investida do capital no setor imobiliário se dá na esfera de circulação, na procura de grandes, rápidos e seguros rendimentos. Esta seria gênese do capital imobiliário. (RIBEIRO, 1997, p. 154).

O fluxo de capitais para o ramo imobiliário cria, pouco a pouco, um mercado de terras. Ele se concretiza, inicialmente no processo de parcelamento de terra- loteamento – pelo qual o proprietário renuncia à renda imobiliária apropriando-se apenas da renda da terra. Então podemos dizer que o loteamento é um momento de transição entre a moradia enquanto mercadoria e a moradia enquanto capital. O autor continua que as formas de produção então são definidas pela relação entre três agentes: proprietário fundiários, capitalista e usuário. (RIBEIRO,2017).

Ribeiro (2017) nos diz que as formas de produção podem aparecer sucessivamente na história ou podem coexistir. O surgimento de uma forma é produto dos desdobramentos das contradições internas das formas anteriores, o que implica a destruição ou marginalização em relações sob as quais a moradia era produzida.

Ainda segundo o autor na produção não capitalista de produção da moradia, as decisões sobre onde e como construir, não visam o lucro, mas o valor de uso, e quando as moradias são colocadas no mercado seus preços são fixados por condições totalmente alheias a sua produção, sendo consideradas moradias mercadoria e não capital. A produção mercantil, segundo o autor, se efetiva quando a propriedade fundiária e a produção imobiliária estão nas mãos do mesmo agente, visando a renda imobiliária ou fundiária. Somente quando ocorre a separação entre a propriedade fundiária de

produção e consumo da habitação com objetivo de lucro, é que passa ser considerada a produção capitalista da moradia.

A habitação é, direta ou indiretamente, fruto de um processo de produção capitalista. Este processo de produção tem como base de sua lucratividade a apropriação dos benefícios gerados pela extrema diferenciação do espaço urbano em termos de equipamentos, serviços e amenidades, diferenças que são reproduzidas e aprofundadas pelo processo de produção. Os processos privados de produção habitacional tenderão a adotar um comportamento especulativo, retendo a terra na espera da valorização e apostando sempre na elevação dos preços relativos. O resultado deste processo é que a produção privada atinge apenas um pequeno grupo social, formado pelas camadas de renda alta ou média-alta que se apropriam dos terrenos que apresentam melhores condições de acessibilidade às áreas centrais, melhores ofertas de infraestrutura e maior nível de amenidades. (CARDOSO, 2021).

Além das empresas voltadas para a produção imobiliária, existe ainda um conjunto de capitais voltados para a produção e reprodução do ambiente construído. Estas empresas produzem, em geral sob a encomenda do Estado, toda a infraestrutura urbana – sistema viário, redes de abastecimento de energia, água, coleta de esgotos etc. A agenda de contratação de obras públicas pelo Estado responderá, então, entre outros fatores, aos interesses econômicos específicos das empreiteiras. Além destas empresas, existem outras voltadas para a exploração de determinados serviços de interesse público, sob a forma de concessões. O espaço da cidade é também disputado por grupos sociais, cujo acesso diferenciado a determinados bens, serviços, equipamentos ou amenidades gera a identificação de determinados espaços da cidade com certos grupos sociais dominantes, e a exclusão de outras parcelas da população da utilização destes bens. (CARDOSO, 2021).

Podemos então caracterizar o espaço urbano como uma arena onde se defrontam interesses diferenciados em luta pela apropriação de benefícios em termos de geração de rendas e obtenção de lucros, por um lado, e em termos de melhores condições materiais e simbólicas de vida, por outro. (CARDOSO, 2021).

Nesta luta pelo espaço, podemos identificar os interesses dos grupos econômicos acima descritos, ligados aos processos de acumulação urbana, as camadas médias e, defrontando-se com estes agentes, as camadas populares, que guardam na sua origem uma desigualdade oriunda da sua inserção no processo de produção e distribuição da riqueza social. Suas estratégias de sobrevivência no espaço urbano têm se materializado

nos processos de favelização, encortamento e periferação, onde prevalecem a irregularidade e a ilegalidade do acesso à terra e precárias condições de sobrevivência, pela carência quantitativa e qualitativa dos equipamentos e serviços urbanos, e por grandes dificuldades de acesso ao sistema de transportes, impedindo assim sua mobilidade plena no espaço da cidade. (CARDOSO, 2021). Por isso, o autor afirma que a moradia é a habitação em si, somada ao conjunto de equipamentos e serviços indispensáveis para a sobrevivência. Conforme podemos ver no trecho a seguir:

A habitação é um direito básico de cidadania. O exercício deste direito, no entanto, tem como pressuposto a possibilidade de acesso ao solo urbano que por sua vez, deve ser compreendido como um bem de caráter social, e, tal como a habitação, uma condição básica e indispensável para a sobrevivência. E o acesso à terra implica o acesso a um conjunto de equipamentos e serviços que lhe são próximos, física e socialmente. Entende-se a moradia, portanto, de uma forma ampliada, como a habitação em si e também como o solo e o conjunto de equipamentos, serviços e amenidades, cuja acessibilidade ela possibilita. (CARDOSO, 2021).

Então, ocupar estrategicamente o espaço urbano tem sido, diante da falta de moradia, uma busca por formas alternativas de racionalidade face ao modelo dominante de produção da moradia. (RIZZATI, 2014) Ou como nos diz Milton Santos (2006) as contra-racionalidades que se localizam, de um ponto de vista social, entre os pobres, os migrantes, os excluídos, as minorias; de um ponto de vista econômico, entre as atividades marginais, tradicional ou recentemente marginalizadas; e, de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos modernas e mais ‘opacas’, tornadas irracionais para usos hegemônicos. [...]. O que muitos consideram, adjetivamente, como ‘irracionalidade’ e, dialeticamente, como ‘contra-racionalidade’, constitui, na verdade, e substancialmente, outras formas de racionalidade, racionalidades paralelas, divergentes e convergentes ao mesmo tempo.

Por isso para Motta (2011) a luta pela moradia refere-se à reivindicação do direito de permanência através da regularização fundiária pelo acesso com diálogos junto as secretarias de habitação, mas também diz respeito ao acesso de infraestrutura, como implantação e melhoria do saneamento (rede de abastecimento de água, rede coletora de esgoto, etc.), além de perpassar pela resistência aos processos de implementação de obras urbanas. Dessa forma a luta por habitação ultrapassa o acesso a moradia e abrange outros direitos, como viver em condições ambientais dignas.

Assim a produção de moradia se materializa também através das condições de infraestrutura. Através da distribuição desigual dos equipamentos urbanos e prestação

de serviços que são de caráter essencial para a manutenção da vida da população, cuja ausência de planejamento e investimento público, condicionam a cidade a precarização, e conseqüentemente subordina grande parte da população a enfrentar problemas de locomoção, saneamento e mesmo de saúde. Cabendo ao Estado promover a adequação da infraestrutura econômica, social e urbana, concomitantemente com a equidade social, a sustentabilidade ambiental e a redução das desigualdades espaciais em diversas escalas. (RODRIGUES, ET AL., 2021).

Contudo tratar da regulação neste momento histórico demanda uma análise sobre a multipluralidade de agentes produtores de normas, uma vez que outros agentes institucionais e corporativos interferirem no modo de produção jurídica do país, agentes que estruturam a ordem mundial para além do Estado. A flexibilização das fronteiras para o comércio e para o fluxo de capitais no período atual culminou na não participação, ou pelo menos na não participação direta do Estado. Segundo a tese de que o espaço geográfico é instância da sociedade, à medida que as transnacionais passam a controlar e produzir grandes sistemas de engenharia (telecomunicações, energia, entre outros) regulam o território. (ANTAS JR. 2004).

O processo de internacionalização e de globalização fazem com que o Estado se torne ausente das preocupações sociais, e assim o território nacional passa a ser regulado segundo o interesse de um grupo seletivo de empresas privadas. Estas inserem no conteúdo dos territórios racionalidades específicas particulares muito caras ao caráter neoliberalista de governo, tal como denuncia a prática do Estado. A regulação, a produção das normas do uso territorial pelo Estado, é muitas vezes endereçada ao interesse e às ações das empresas privadas, que assumem nesta virada de século um papel de extrema importância na tarefa de gestão do território. (PEREIRA, 2007).

No entanto, não se trata da “morte” do Estado e nem mesmo do seu enfraquecimento, visto que os Estados continuam agindo e a política se torna elemento essencial ao funcionamento e regulação do território e do trabalho nele realizado. O Estado ainda é, por excelência, o principal agente orientador e formulador das regras e normas que balizam os usos territoriais. O que ocorre é um processo que poderíamos denominar de “casamento perfeito” entre os interesses das grandes empresas e as políticas promovidas pelo poder público, nos seus diferentes níveis, destinadas a facilitar a ação econômica hegemônica no conjunto do território nacional, principalmente quando se trata dos territórios nacionais dos países pobres e política e financeiramente dependentes. (PEREIRA, 2007).

O Estado e suas “políticas públicas” voltam-se para os interesses das grandes empresas, dos agentes privados que hoje possuem estratégias e propostas muito mais direcionadas de uso do território do que o próprio poder público. Estas práticas

neoliberalistas, ou ainda poderíamos pensar, esta *gestão neoliberal do território*, acabam por tornar a sociedade, em suas atividades e necessidades mais triviais, vulnerável ao interesse de grandes empresas, que, declaradamente, só se prestam a atingir as suas metas de crescimento e acumulação, ignorando tudo o mais. (PEREIRA, 2007).

1.3- Vulnerabilidade socioespacial: o direito ao território.

As noções de vulnerabilidade e exclusão estão ligadas a compreensão de pobreza como privação, e dos que de uma forma ou de outra são participantes de algum tipo de privação e/ou perderam sua participação em uma ou mais forma de relação social. O termo exclusão surge para designar os novos pobres por conta dos fenômenos sociais que fazem com que a sociedade seja dual, de um lado os que participam dos benefícios da modernidade e de outro os excluídos desses benefícios (renda insuficiente e trabalhos precários). Nesse sentido o conceito de vulnerabilidade se refere à diversidade de situações intermediárias e ao processo pelo qual se corre o risco de cair no espaço de exclusão. (PERONA, ET AL., 2001).

En este sentido el concepto de vulnerabilidad refiere a aquella diversidad de "situaciones intermedias" y al proceso por el cual se está en riesgo de engrosar el espacio de exclusión. Vulnerabilidad no es exactamente lo mismo que pobreza si bien la incluye. Esta última hace referència a una situación de carencia efectiva y actual, mientras que la vulnerabilidad trasciende esta condición proyectando a futuro la posibilidad de padecerla a partir de ciertas debilidades que se constatan en el presente. (PERONA, et al., 2001, p. 3)

Vulnerabilidade não é o mesmo que pobreza, embora a inclua. A pobreza é uma situação de privação e a vulnerabilidade a transcende, projetando no futuro a possibilidade de sofrer dela (pobreza) com base em certas fraquezas observadas no presente. Em seu sentido amplo a vulnerabilidade refere-se a duas condições: a dos vulneráveis, que assimilada a condição de pobreza, que sofrem com a sustentabilidade, desenvolvimento e incapacidade futura, e dos vulneráveis, para os quais a deterioração de suas condições de vida ainda não está materializada, mas é uma probabilidade futura por conta de sua fragilidade atual. (PERONA, 2001)

Assim, segundo a autora, o uso da noção de vulnerabilidade social está ligado a linha conceitual que considera a pobreza como privação e a vulnerabilidade social como uma ferramenta analítica para estudar o que acontece neste grande espaço de marginalização da pobreza. O conceito permitiria a aproximação da diversidade de

situações dos participantes de algum tipo de privação, inclusive a mais grave a exclusão.

Em termos operacionais a autora define vulnerabilidade social:

Como una condición social de riesgo, de dificultad, que inhabilita e invalida, de manera inmediata o en el futuro, a los grupos afectados, en la satisfacción de su bienestar en tanto subsistencia y calidad de vida en contextos sociohistóricos y culturalmente determinados. (PERONA, et al., 2001, p. 4)

Perona (2001) nos diz que o conceito de vulnerabilidade alude a situações de fraqueza, de precariedade, de fragilidade nos laços relacionais, e não apenas aqueles que são definidos como pobres. As famílias e indivíduos vulneráveis enfrentam o risco de deterioração, perda e impossibilidade de acesso à moradia, saúde, educação, emprego, pensões, participação, acesso diferenciado a informação e oportunidades. Com relação ao habitat as condições de moradia, os indicadores, permitem avaliar o acesso passado e atual das condições materiais de moradia das famílias. Abaixo tabela ilustrativa dos indicadores de vulnerabilidade:

Tabela 1: Dimensiones Indicadores en Encuesta Permanente de hogares

Habitacional	Saneamiento Hacinamiento Tipo de materiales y forma de tenencia Equipamiento Acceso a servicios	Disponibilidad de agua corriente (Agua) Disponibilidad de baño (Baño) Tipo de materiales predominantes en la vivienda (Materiales) Régimen de tenencia de la vivienda (Tenencia) Relación número de cuartos/número de personas
--------------	---	--

Fonte: Perona, et al., 2011.

De acordo com Janczura (2012) esclarece-nos que vulnerabilidade não pode ser identificada como risco, embora mantenham uma intrínseca relação. Para ela, a noção de risco implica a iminência de um perigo, assim como pela possibilidade de num futuro próximo ocorrer uma perda de qualidade da vida, pela ausência de uma ação preventiva. A ação preventiva não se refere apenas em minorar o risco, mas de minimizá-lo significativamente ou mesmo fazer com que inexista. Por isso a autora resume o risco as condições fragilizadas da sociedade tecnológica contemporânea e a vulnerabilidade como as condições dos indivíduos nessa sociedade.

De acordo com Penna e Ferreira (2014) “a vulnerabilidade caracteriza-se pela concentração da precariedade (ou falta) de serviços coletivos e de investimentos públicos em infraestruturas, que desse modo provocam a desproteção social das comunidades mais carentes.” Esses locais são produtos da produção capitalista, do espaço que valoriza alguns lugares em detrimento de outros. Desvalorizados e

esquecidos pelo capital, são também abandonados pelo poder público e tornam-se possíveis lugares de moradia da população pobre e/ou excluída que vulnerável se insere informal e precariamente no espaço urbano. Assim esses lugares sem infraestrutura, sem oportunidade de trabalho e de condições de vida formam territórios de risco que aumentam o ciclo vicioso da vulnerabilidade.

É importante destacar que a interação dessas ciências espaciais como as fragilidades sociais econômicas e culturais da população do lugar resulta no grau de vulnerabilidade dos lugares diminuindo suas potencialidades de enfrentamento das situações vivenciadas pela escassez de oportunidades. As contradições e conflitos sociais na formação do território das cidades constituem ainda um tema de pauta dos estudos urbanos, do planejamento e da gestão de grandes cidades principalmente no que se refere a moradia da população mais carente. (PENNA E FERREIRA, 2014).

Por isso para as autoras a vulnerabilidade socioespacial é um processo no qual interagem as condições do território e as potencialidades da população que nele habita, conforme podemos ver no trecho a seguir:

A partir de uma análise mais ampla, a questão da vulnerabilidade social enfocada numa perspectiva socioespacial é entendida como um processo no qual interagem as condições do território e as potencialidades da população que nele habita. É a interação dessas características com as sociais, econômicas e culturais da população do lugar (suas potencialidades) que resultaria no grau de vulnerabilidade dos lugares. Procura-se detectar a estrutura de oportunidades que o território apresenta para a população e a interação delas com as potencialidades sociais da população. Essa interação entre as estruturas de oportunidades e os ativos presentes no território originaria um processo de vulnerabilidade da população que vive em determinado lugar. (FERREIRA EPENA, 2004, p. 6)

A noção de vulnerabilidade incorpora a capacidade de resposta aos riscos a população, indivíduos, família e a comunidade. E pode ser aplicada a vários processos e diversos tipos de risco, tais como baixo nível educacional, moradia precária, insegurança, imobilidade social. O potencial de vulnerabilidade definido como processo é reforçado pelas diferentes situações geográficas do território, bem como pelo tecido social do lugar, pela experiência da comunidade com as situações de risco, pelas políticas públicas, etc. O processo de vulnerabilidade é influenciado pelas forças econômicas, características demográficas e as formas de acesso a ativos importantes como a qualificação profissional, o acesso à informação e as condições de cidadania. (PENNA E FERREIRA, 2014).

Para Cutter (2011) a vulnerabilidade para o autor é a potencialidade para a perda. A vulnerabilidade inclui elementos de exposição ao risco. Segue ressaltando que a

ciência da vulnerabilidade procura analisar os fatores que influenciam a capacidade local na resposta para recuperação de desastre.

A vulnerabilidade, numa definição lata, é o potencial para a perda. A vulnerabilidade inclui quer elementos de exposição ao risco (as circunstâncias que colocam as pessoas e as localidades em risco perante um determinado perigo), quer de propensão (as circunstâncias que aumentam ou reduzem a capacidade da população, da infraestrutura ou dos sistemas físicos para responder a e recuperar de ameaças ambientais). (CUTTER, 2011, p.3)

A vulnerabilidade tem origem no potencial de perda e de impactos negativos que estes sistemas e/ou estruturas tem nas pessoas ou famílias. Outro princípio fundamental da ciência da vulnerabilidade é o conhecimento geoespacial, com base nos locais, já que os desastres são locais e as respostas também são. A ciência da vulnerabilidade ajuda a perceber como o mesmo acontecimento pode produzir impactos muito diferentes nas zonas envolventes. (CUTTER, 2011).

Segundo o autor a vulnerabilidade social é o conceito que traduz a propensão da população para os impactos negativos dos perigos e desastres. Ela identifica a capacidade de resposta a recuperação de um acontecimento perigoso ou desastroso. Abaixo temos uma tabela explicativa:

Tabela 2: Exemplos de características que influenciam a vulnerabilidade social

Conceito	Fundamentação	Variável	Natureza da influência
Populações com necessidades especiais	Difíceis de identificar (doentes ou temporárias), muitas vezes invisíveis nas comunidades	População sem – abrigo Residentes em lares	Aumenta
Idade	Afeta a mobilidade; requer cuidados especiais; maior susceptibilidade para se magoar	Idosos Crianças	Aumenta Aumenta
Estatuto Socioeconómico	Capacidade de absorver danos e de recuperar; mais bens materiais a perder	Ricos Pobres	Diminui Aumenta
Raça e Etnia	Barreiras linguísticas e culturais; falta de acesso a recursos pós-desastre; tendência para ocupar zonas de perigosidade elevada	Hispânicos (EUA)	Aumenta
Sexo	Empregos com altas taxas de feminização podem ser afetados; salários mais baixos; tarefas de prestação de cuidados	Mulheres	Aumenta
Tipo de habitação e título de propriedade	Com frequência, os inquilinos não têm seguro nem investem na comunidade; tipo de habitação e construção	Inquilinos Habitação móveis	Aumenta

Fonte: Heinz Center, 2002; Cutter et al., 2003.

Ao representar a vulnerabilidade local é importante considerar não apenas um dos elementos da vulnerabilidade física ou social, mas sua interseção. Em alguns lugares a vulnerabilidade física pode ser bastante elevada, mas se a população residente for rica, com recursos para a resposta a desastres, a comunidade será capaz de se recuperar rapidamente, mas por outro lado se a comunidade apresentar características sociais diferentes do primeiro caso, então precisará de mais tempo para se recuperar. (CUTTER, 2011).

Para Marandola e Hogan (2009) a vulnerabilidade na sociedade contemporânea requer associá-la ao risco e ao perigo, assim como ao entendimento da espacialidade (localizações) especialmente nos espaços urbanos, pois os lugares também podem ser entendidos como vulneráveis ou expostos a riscos. Em ambientes intensamente modificados pelo homem, a matriz causal de riscos e de elementos que podem interferir na vulnerabilidade é maior. Em vista disso, os autores afirmam, que olhar para os perigos e a vulnerabilidade do lugar é uma estratégia que permite, em microescala, apreender os elementos que interferem na produção, aceitação e mitigação dos perigos. As ações de mitigação (respostas e ajustamentos) e a vulnerabilidade são resultado da interação particular desses elementos. O aumento das ações mitigadoras poderá significar a diminuição do risco e conseqüentemente da vulnerabilidade do lugar. Por outro lado, o risco poderá aumentar se houver alterações no contexto geográfico ou na produção social, por sua vez aumentando a vulnerabilidade social e geográfica. (MARANDOLA E HOGAN, 2009).

Segundo os autores a importância desse enfoque está no fato de permitir um olhar geográfico, pois a análise parte das dinâmicas que configuram uma dada espacialidade e procura circunscrever sua escala (região, cidade, bairro, etc.) identificando nas interações sociedade-natureza os riscos e perigos que atingem o lugar. A abordagem busca na delimitação escalar-espacial para compreender o contexto da produção do perigo em conexão com o contexto geográfico. Conforme podemos ver no trecho a seguir:

A vulnerabilidade é, portanto, um qualitativo, ou seja, envolve as qualidades intrínsecas (do lugar, das pessoas, da comunidade, dos grupos demográficos) e os recursos disponíveis (na forma de ativos) que podem ser acionados nas situações de necessidade ou emergência. Assim, tanto o contexto social quanto o geográfico possuem atributos que fornecem elementos para pessoas e lugares estabelecerem seus sistemas de proteção. A relação entre o coletivo (o que não está ao alcance direto de intervenção individual, pois é produzido socialmente e historicamente) e o particular (aquilo que pessoas e lugares podem construir de forma direta) é uma chave importante para compreender o desenho das diferentes vulnerabilidades. (MARANDOLA E HOGAN, 2009, p. 166).

Acrescentam, os autores, que a vulnerabilidade pode ser entendida como a interação risco-perigo em um determinado lugar, onde certos grupos serão afetados. Os recursos e as estratégias que estes terão para responder ao perigo (próprios ou externos) que determinarão como aquele perigo afetará o espaço. Quando um perigo supera a habilidade da população ou do lugar em responder ao evento pode se configurar um desastre, cabendo a necessidade de recompor as perdas e danos, tal regeneração é chamada de resiliência.

Para Acserald (2006) a vulnerabilidade pode ser entendida como processo e como relação. Como processo é associada a fatores individuais, políticos-institucionais e sociais. A abordagem pelo lado dos indivíduos sugere as escolhas individuais que se expõem a morte ou deixam de investir na carteira de ativos (acesso a estrutura e oportunidade sociais), mas mesmo quando se trata da vulnerabilidade socialmente produzida, ainda a abordagem ainda se destaca o indivíduo e não o processo. Uma alternativa politizadora seria a análise dos vulneráveis como vítimas de uma proteção desigual de responsabilidade do Estado. Ai a análise seria nos mecanismos que tornam os sujeitos vulneráveis e não sobre a condição de defender-se das decisões que impõem riscos aos mais desprotegidos. Decisões como locativos de equipamentos, dinâmicas igualitárias de mercado de terras, onde o Estado dará aos vulneráveis, defesas contra os danos, aumento do capital social e cultural, uma suplementação de uma carência.

A vulnerabilidade como relação está associada a exposição aos riscos e designa a maior ou menor susceptibilidade de pessoas, lugares, infraestrutura a se tornarem menos ou mais vulneráveis – via mobilidade espacial, processos decisórios, controle do mercado das localizações, assim como fatores subjetivos, pois ocorrem diferentes concepções do que pode ser tolerável ou não numa condição de existência. A vulnerabilidade é, pois, socialmente produzida. A vulnerabilidade será definida via de regra pelo Estado ou por movimentos sociais que denunciam o espaço público e a inaceitabilidade de determinadas condições de existência. Então se a vulnerabilidade é uma relação e não uma carência, não poderá ser atacada através da oferta compensatória de bens. Com frequência, o sujeito social, será incluído na categoria que o define, como na espera de algo, casa, comida, saúde. (ACSERALD, 2006)

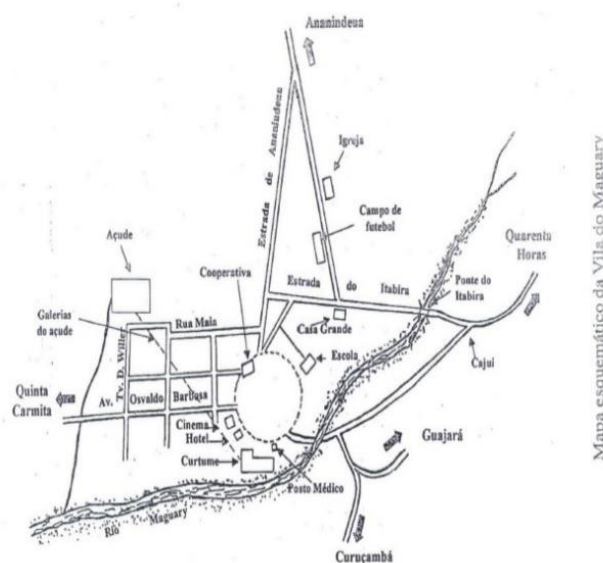
Dessa forma, para Acserald, (2006), de acordo com cada contexto, há diferentes vulnerabilidades. Diferentes situações e condições se articulam nos distintos momentos e localizações. Nesta perspectiva, para se capturar a dimensão social da vulnerabilidade deveria ser acompanhada de uma contextualização dos processos de vulnerabilidade para os fins de sua posterior interrupção.

foram os primeiros proprietários de terra a se estabelecerem no Maguary, sendo que o registro mais antigo é o de Francisco Gregório, datado de 1856. Até este momento percebe-se que formação de Ananindeua esta voltada para uma dinâmica ribeirinha.

De acordo com Penteadó (1967) no século XIX e início do século XX houve muitas transformações no território amazônico, o “boom” da borracha, a construção da estrada de ferro de Belém-Bragança, que culminou na incorporação das áreas do nordeste paraense, para as demandas alimentares da capital. Tal evento possibilitou a implantação de colônias agrícolas e o surgimento de povoados nas imediações das paradas da Estrada de ferro Belém-Bragança – E.F.B.

No início do século XX o pequeno povoado de Ananindeua constituído nas imediações da estação da E.F.B. logo ganharia novas dimensões e se articularia com o segundo núcleo do futuro distrito belenense, qual seja, a Vila Operária, localizada ao Norte da Estação da referida E.F.B. A construção da Vila é voltada para a atividades extrativa de madeira, para abastecer as caldeiras Parah Electric Railways and Lighting Company (1902) fazendo surgir a colônia agrícola do Curuçambá. Com a substituição deste combustível por óleo (1906) a firma inglesa Sounders & Davis implantou o curtume do Maguary. (ANANINDEUA, 2006). Com a instalação do curtume do Maguary, cria-se a segunda aglomeração urbana em Ananindeua. A vila operária ou vila Maguary, constituída de moradia destinada aos seus funcionários, com equipamentos de assistência médica, educação, esporte e lazer. (ANANINDEUA, 2006). Na Figura 2 podemos visualizar a planta da vila Maguary:

Figura 2: Planta da Vila Maguary



Fonte: Leão, 1999.

Em 1938 Ananindeua é elevada a sede distrital de Belém e em 1943 é emancipada constituindo-se município pelo Decreto-Lei N°4.506 de 30/12/1943 promulgado pelo interventor Federal Magalhães Barata (ANANINDEUA, 2006). O recém município contava com os seguintes distritos: Ananindeua, Benevides, Benfica e Engenho do Arari, contudo em 1968 pela Lei n° 2.460 as áreas de seu distrito constituíram o município de Benevides. Ananindeua recentemente emancipada era eminentemente rural, dos seus 13.303 habitantes, apenas 1000 pessoas ocupavam as 120 casas na sede do município. (PARÁ, 2009).

Ananindeua possui 190 km², pertence á mesorregião metropolitana de Belém e a microrregião de Belém. A sede municipal tem as seguintes coordenadas geográficas: 01°21'58" de latitude sul e 48°22'22" de longitude oeste de Greenwich. Seus limites são, ao norte, o município de Belém, ao sul o rio Guamá, ao leste como os municípios de Benevides e Marituba e a oeste ao município de Belém (PARÁ, 2009). O solo do município, no geral é caracterizado como concrecionário laterítico indiscriminado distrófico. A vegetação é caracterizada pela floresta secundária. Ananindeua apresenta um relevo relativamente uniforme com pouquíssimas alterações altimétricas, com cotas em média de 16 metros. O clima é megatérmico, úmido e possui temperatura em torno de 25°. O regime pluviométrico está em torno de 2.250 a 2.500mm e umidade do ar em torno de 85%. (PARÁ, 2009). O PIB de Ananindeua no ano de 2019 é R\$ 15.389,79, representando a 144° posição do estado. (IBGE, 2019).

A partir de 1960, Ananindeua é caracterizada por uma grande transformação no seu território, a partir da construção da Rodovia Belém-Brasília e conseqüentemente em 1964 pela implementação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), do Banco Nacional de Habitação (BNH) e das Companhias de habitação (COHABS), os quais marcaram um acelerado processo de expansão urbana em Belém, que se estendeu para o território de Ananindeua, caracterizado por um intenso processo de favelização, pela constituição de loteamentos irregulares e por invasões de áreas públicas e privadas. (ANANINDEUA, 2006). Conforme veremos no tópico a seguir.

2.2- As dinâmicas de metropolização e sua expressão em Ananindeua-Pa.

No plano de estruturação do espaço metropolitano até a década de 1950, Belém apresentava a não ocupação de suas áreas de baixadas, consideradas insalubres e sem infraestrutura, priorizando terrenos com cotas altimétricas mais elevadas. Contudo a partir desse momento, a cidade se densificou em vários setores como a ocupação dos próprios terrenos de cotas mais baixas (as baixadas) para em seguida ultrapassar o

cinturão institucional, áreas que passaram a formar uma espécie de cinturão em torno da parte mais densamente construída da cidade, obstaculizando a expansão horizontal contínua. (TRINDADE JR. 1998)

Segundo o autor, com a ultrapassagem a partir da década de 70 a malha urbana se expandiu para localidades até então consideradas distantes como a rodovia Augusto Montenegro (eixo Belém-Icoaraci) e para BR- 316 e estrada do coqueiro (Eixo Belém-Ananindeua), ou seja, para além dos bairros integrantes da primeira légua patrimonial - área de aproximadamente 4.100 hectares, que constitui o patrimônio fundiário inicial da municipalidade, doado pela coroa portuguesa em 1627.

O município de Ananindeua no início da década de 70, com a institucionalização das regiões metropolitanas² passou a fazer parte da região metropolitana de Belém-RMB, aí se instalando o distrito industrial de Ananindeua. Esses vetores de expansão horizontal foram estimulados a partir da localização de novos empreendimentos industriais e principalmente dos primeiros conjuntos habitacionais, cuja ideologia da casa própria dos governos militares, foi responsável por atrair um significativo número de pessoas para essas áreas. Alcançando definitivamente a 2º légua patrimonial - outra légua acrescentada a 1º légua patrimonial no final do século XIX doadas pelo governo do Estado. (TRINDADE JR. 1998)

E só a partir da densificação da segunda légua patrimonial que passa a se definir com maior nitidez uma forma metropolitana, tal a intensidade da urbanização, do crescimento da malha urbana e dos fluxos de população para essa área. Até então a forma metropolitana mostrava-se compacta com uma significativa concentração populacional e densidade construtiva dentro da primeira légua patrimonial. (TRINDADE JR. 1998).

Rodrigues (1998) nos diz que a evolução demográfica, no período de 1970/80 mostra o dinamismo de Ananindeua, onde a taxa anual de crescimento de sua população total chega a 11,4% e no período de 1980/91 representa um crescimento de 84% de sua população total, dada a implementação dos conjuntos, entre os quais Cidade Nova e invasões. O conjunto Cidade Nova é considerado um complexo habitacional viabilizado através da COHAB e financiado pelo BNH, construído em área contígua no município de Ananindeua, da região metropolitana de Belém. Sua implantação faz parte da estratégia do capital imobiliário, construindo habitações para as camadas populares ou

² Revelando que a partir da Lei Complementar nº 14/1973, Belém e Ananindeua começam formalmente a serem consideradas as cidades da RMB, no decorrer dos anos, algumas, foram anexadas à RMB, tais como Marituba, Benevides, Santa Isabel e Castanhal, assim a RMB é composta por sete cidades, articuladas em diferentes dinâmicas de incorporação à urbanização de caráter metropolitano. (MENDES, 2018).

classe média, sob diferentes formas, desde os grandes e médios conjuntos horizontais, condomínios fechados e prédios verticalizados.

O BNH se constituiu no principal produtor de habitações em toda história da política habitacional brasileira. Durante o seu funcionamento, estima-se que o BNH foi responsável pelo acréscimo de mais de 4 milhões de unidades habitacionais. As faixas de financiamento demonstram a grande gama de sujeitos envolvidos na materialização dessa política e as marcas deixadas por esse período são bem evidentes no espaço urbano, marcado pela presença de vários conjuntos habitacionais. Os segmentos atendidos pela política foram divididos em três, cada qual com agentes e financiamentos diferenciados: a) mercado popular- caracterizado pelas famílias com renda mensal de até três salários mínimos, limite posteriormente ampliado para cinco b) mercado econômico- caracterizado pelas famílias com renda mensal entre três e seis salários mínimos, c) mercado médio- caracterizado pelas famílias com renda mensal mínima de seis salários mínimos. (SILVA, 2014).

De acordo com Costa (2021) a maioria das unidades habitacionais construídas na RMB durante o período de atuação do BNH foram destinadas ao segmento popular, tendo sua construção administrada pela COHAB-PA e a maior parte desta produção está concentrada no município de Ananindeua, visto que o número de unidades habitacionais corresponde a 82% da produção habitacional desenvolvida naquele município, sendo 13% destinada ao segmento médio e 5% ao segmento econômico. Contudo, vale salientar que durante a implantação do conjunto ou complexo Cidade Nova, a faixa do mercado popular já havia sido ampliada para abranger a demanda solvável de até 5 salários mínimos, portanto, como, explicitado por Silva (2014), não se pode considerar essa produção habitacional como legitimamente popular ou de interesse social.

De acordo com Rodrigues, et al. (2018) o período entre os anos de 1980 e 1990 ocorre um momento de inflexão, onde a população urbana supera a rural em número de habitantes de 10,4% em 1980 para 79,5% em 1990. Acrescentam que a população total do município saltou de 80.000 no ano de 1991 para 400.000 habitantes nos anos de 2000, fato que demonstra a intensa dinâmica populacional em direção ao município de Ananindeua que compõem a região metropolitana de Belém. Na tabela 3 podemos visualizar o crescimento populacional do município de acordo com o censo demográfico do IBGE, com estimativa para 2021:

Tabela 3: Dinâmica populacional no município de Ananindeua, Pará.

Período	Pop. Urbana	Pop. Rural	Pop. Total	Taxa de Urbanização
1960	3.353	16.977	20.330	16,50%
1970	2.916	19.611	22.527	12,90%
1980	6.858	59.169	66.027	10,40%
1991	70.051	14.100	88.151	79,50%
2000	392.627	942	393.569	99,80%
2010	470.819	1.161	471.980	99,80%
2021	539.329	1081	540.410	99,80%

Fonte: IBGE. Censos Demográficos (1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010, estimativa 2021).

Ainda segundo Rodrigues et al. (2018), o período que compreende os anos 2000 até o momento atual, constitui um novo momento de formação do espaço metropolitano belenense, marcado por uma sucessão de rupturas e metamorfoses espaciais relacionados ao processo de *urban sprawl*, produto do processo de mundialização do capital associado aos novos agentes econômicos que passaram a territorializar os eixos BR-316 e Augusto Montenegro, desterritorializando a antiga população para outras áreas mais afastadas do município.

Essa expansão urbana faz referência principalmente ao avanço dos conjuntos habitacionais para as áreas periféricas de Ananindeua, que de acordo com Silva (2014) deve-se as principais políticas habitacionais que marcaram a região metropolitana a partir dos anos 2000, à aprovação do Estatuto das Cidades na constituição federal de 1988 que culminou com a criação do Ministério das Cidades e a elaboração da nova Política Nacional de Habitação (PNH), lançada em 2004, e do Plano Nacional de Habitação (PLANHAB), em 2008. Neste período também foi lançado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2007. E, posteriormente em 2009, é lançado o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

O PMCMV se assemelha em alguns aspectos à política do BNH, sobretudo, no que se refere à produção em massa de conjuntos habitacionais destinados às diferentes faixas de financiamento. Assim como no período inicial do BNH, o PMCMV foi dividido em três faixas: 0 a 3 salários mínimos (faixa 1), 3 a 6 salários mínimos (faixa 2) e 6 a 10 salários mínimos (faixa 3). Cada faixa apresenta um tipo de financiamento diferenciado. (SILVA, 2014).

O PMCMV foi disparado o programa que mais efetivou ações na construção de

conjuntos habitacionais no período em questão. De um modo geral, a lógica da localização desses conjuntos vem se traduzindo na repetição de antigas práticas espaciais voltadas à busca de terrenos cada vez mais baratos, convertendo muitas vezes área rural em urbana, tal como no período do BNH com o “mercado popular”. A diferença estaria no fato de que as áreas “disponíveis” estão cada vez mais escassas e caras, sobretudo, em Belém e Ananindeua, forçando as construtoras a se direcionarem para setores mais afastados quer seja em outros municípios ou até mesmo em áreas periféricas como o bairro do Aurá, em Ananindeua, onde já se observa a presença dos conjuntos Ananin (595 unidades habitacionais-casas) e Padre Pietro Gerosa (500 unidades habitacionais- apartamentos). (SILVA, 2014).

Na Tabela 4, observamos empreendimentos habitacionais implantados até 2005 em sua área urbana, a qual conta com 4 grandes conjuntos: Cidade Nova e suas 9 glebas, o Guajará e o PAAR, todos ao Norte da Rodovia Br-316 e o conjunto Júlia Seffer ao sul. Na Tabela 5, destacamos os condomínios de alto padrão, com o Jardim Amazônia II, inicialmente sendo loteamento. Dos conjuntos e loteamentos menores temos: Conjunto Geraldo Palmeira, Jardim Amazônia, loteamento Laranjeiras, Conjunto Abelardo Conduru, Conjunto Stelio Maroja, Conjunto Val Paraíso, Conjunto Antônio Queiroz, Conjunto Uirapuru, Residencial Tauari, Roraima-Amapá, Jardim América, Conjunto Tropical, Jardim Jader Barbalho e Girassol, os quais podemos observar na Tabela 6. Na Tabela 7, apresentamos os principais empreendimentos verticalizados implantados até 2005. (PHISA,2012).

Tabela 4: Principais conjuntos habitacionais implantados em Ananindeua até 2005.

NOME	NÚMERO DE UNIDADES
CIDADE NOVA I	600
CIDADE NOVA II	1.000
CIDADE NOVA III	461
CIDADE NOVA IV	2.005
CIDADE NOVA V	3.173
CIDADE NOVA VI	4.000
CIDADE NOVA VII	700
CIDADE NOVA VIII	1.879
CIDADE NOVA IX	120
PAAR	6.426
GUAJARÁ I	1.105
GUAJARÁ II	910
GUAJARÁ III	1.088

JÚLIA SEFFER	1.481
JADERLÂNDIA	1.401
UIRAPURÚ	1.116
STÉLIO MAROJA	1.640
ANTÔNIO QUEIROZ	418
TROPICAL	192
TUCURUVY	116
PAULO FONTELES I	264
RESIDENCIAL TAUARI	701
RESIDENCIAL CARNAÚBA	200
RESIDENCIAL MURURÉ	440
SAINT CLAIR PASSARINHO	179
GERALDO PALMEIRA	870
JARDIM AMAZÔNIA I	310
JARDIM ANANINDEUA	190
ICUÍ-GUAJARÁ	104
JARDIM AMÉRICA	392
VALE VERDE	213
VAL PARAÍSO	437
ALFREDO GOMES FERREIRA	50
TOTAL	34.181

Fonte: PHISA, 2012, adaptado.

Tabela 5: Principais condomínios fechados implantados em Ananindeua até 2005.

NOME	NÚMERO DE UNIDADES
AZPHAVILLE	65
JARDIM AMAZÔNIA II	732
CITY PARK	57
GREEN GARDEN	109
LAGO AZUL	307
AMAZON RIVER	131
CYPRESS GARDEN	70
CHÁCARA TERRA NOVA	90
VILA FIRENZI	517
PARK ITÁLIA	140
RESIDENCIAL CASTANHEIRA	308
AMAZON VALLEY ACADEMY	68
CONDOMÍNIO OÁSIS	208
TOTAL	2.802

Fonte: PHISA, 2012, adaptado.

Tabela 6: Principais loteamentos implantados até 2005.

NOME	NÚMERO DE UNIDADES
LOTEAMENTO SABIÁ	408
ABELARDO CONDURU	267
ARIRI	223
JARDIM JADER BARBALHO	1268
GIRASSOL	1600
CAIXAPARAH	107
RORAIMA - AMAPÁ I	1274
JADERLANDIA II	351
LOTEAMENTO TOKYO	631
LOTEAMENTO JAPONÊS	212
LOTEAMENTO PARK LAGUNA	139
FLORESTA PARK	362
JARDIM DOM BOSCO	409
PARK ANNE	375
ELO PERDIDO I	595
TOTAL	8.221

Fonte: PHISA, 2012, adaptado.

Tabela 7: Principais conjuntos verticalizados até 2005.

NOME	NÚMERO DE UNIDADES
RESIDENCIAL ARAÇARI	70
XAPURI (ocupação)	448
IZABELA GARDEN (ocupação)	336
DENIZE MELO	384
ILHAS DO PARÁ	272
BIARRITZ	192
SAINT MORRITZ	112
OASIS	192
PARK ROYAL	112
QUINTA DA CASTANHEIRAS	160
TOTAL	2.278

Fonte: PHISA, 2012, adaptado.

De acordo com o Plano habitacional de interesse social de Ananindeua -PHISA (2012), empreendimentos implantados a partir de 2006, reforçam a tendência de imóveis voltados principalmente para a classe média. Ananindeua está presenciando um boom imobiliário dentro de sua área urbana. Na sua maioria conjuntos residenciais verticalizados com prédios de 8 a 10 pavimentos. Esse boom deve-se a programas como o Minha Casa Minha vida do Governo Federal, contudo ainda restrito a população com renda acima de 3 salários mínimos.

Mesmo com o crescimento de programas habitacionais pelo poder público para suprir a carência habitacional, esse objetivo está longe de ser alcançado, principalmente para a população de menor poder aquisitivo, mesmo com o atual programa Casa Verde e Amarela³ do Governo Federal que substituiu o programa Minha Casa Minha Vida. De acordo com o déficit habitacional apresentado pela Fundação João Pinheiro - FJP (2021), o déficit habitacional só tem crescido tanto a nível nacional como local, como podemos visualizar na tabela 8. É importante frisar que o conceito de déficit habitacional apresentado pela fundação se refere ao déficit de habitações e/ou existência de habitações em condições inadequadas como noção mais ampla de necessidades habitacionais, ou seja, déficit e inadequação de moradia podem ser entendidos como a falta de moradias e/ou a carência de algum tipo de item que a habitação deveria estar minimamente fornecendo e que por algum motivo não está. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2021).

Tabela 8: Deficit Habitacional de Ananindeua-PA

DÉFICIT HABITACIONAL					
	2011	2014	2017	2019	2022
BRASIL (TOTAL)	5.581.968	6.068.061	5.157.195	5.044.322	
REGIÃO NORTE	613.188	632.067	520.727	522.599	
PARÁ	292.813	286.766	217.645	229.536	
RMB	70.686	77.406	65.933	78.300	76.063
ANANINDEUA	14.551	15.934	13.572	16.118	15.657

Fonte: FJP (2011, 2014, 2017, 2019); PHISA, 2012 e estimativa 2022.

Na Tabela 8⁴ temos o déficit habitacional segundo a FJP para o país, região norte, RMB e o déficit habitacional segundo o plano habitacional de interesse social de Ananindeua- PHISA do ano de 2012, e estimativa para o ano de 2022 que mostra uma leve decrescência, fato que se deve aos crescimentos de programas habitacionais como programa minha casa minha vida, atualmente substituído pelo programa casa verde e amarela.

Sabendo que a produção de moradia se caracteriza também através da materialização das condições de infraestrutura (Rodrigues et al, 2018), temos na RMB e especificamente no município de Ananindeua uma crescente na carência de

³ Programa de habitação popular do Governo Federal que está substituindo o programa minha casa minha vida, desde 2021, e que tem como principal mudança a redução da taxa de juros que é ainda maior para as regiões norte e nordeste. Enquanto o PMVMC focava na produção habitacional, a Casa Verde e Amarela foca na regularização fundiária e melhoria habitacional financiada. Também traz novos grupos de renda (faixa 1 – até 2 mil, faixa 2-de 2 mil a 4 mil e faixa 3-entre 4 e 7 mil reais). (ISERVIÇOS, 2022).

⁴ Em consideração aos dados do IBGE, FJP, analisou-se um comportamento linear dos dados ao longo do tempo. Comportamento este que foi estendido para a estimativa.

infraestrutura segundo PHISA-2012 e estimativa para 2022, conforme podemos visualizar na Tabela 9, fato que se deve ao processo de autoconstrução e da falta de políticas públicas de infraestrutura e saneamento principalmente para periferia.

Tabela 9: Carência de Infraestrutura de Ananindeua-PA.

CARÊNCIA DE INFRAESTRUTURA			
	2011	2014	2022
BRASIL (TOTAL)	10.240.927	11.275.888	
REGIÃO NORTE	1.706.816	1.955.353	
PARÁ	834.575	955.083	
RMB	192.970	202.191	227.728
ANANINDEUA	78.649	82.407	92.816

Fonte: FJP 2011, 2014; PHISA, 2012 e estimativa 2022.

Essa carência de infraestrutura também pode ser observada a partir do ranking de saneamento desenvolvida pelo Instituto Trata Brasil no ano de 2022, onde o município de Ananindeua aparece na nonagésima quinta colocação, uma posição acima da capital metropolitana com indicador de 33,80% de atendimento total de água e 30,18% de atendimento total de esgoto. Na Tabela 10 temos uma parte do ranking de saneamento das 20 piores cidades dos últimos 8 anos, período em que Ananindeua se encontra presente em todos os anos:

Tabela 10: 20 piores cidades no ranking do saneamento nos últimos 8 anos.

Município	UF	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	Anos entre os 20 piores
		SNIS 2020	SNIS 2019	SNIS 2018	SNIS 2017	SNIS 2016	SNIS 2015	SNIS 2014	SNIS 2013	
Porto Velho	RO	99	99	98	100	100	97	99	100	8
Ananindeua	PA	95	98	100	99	99	100	100	98	8
Macapá	AP	100	100	99	96	95	96	98	96	8
Santarém	PA	98	95	97	97	97	98	96	99	8
Manaus	AM	89	89	96	98	96	95	97	92	8
Belém	PA	96	96	95	90	98	90	87	93	8

Fonte: Instituto TRATA BRASIL, 2022.

A região metropolitana de Belém é a muito conhecida pelos indicadores urbanísticos habitacionais e infraestruturais críticos, que se intensificou ainda mais com a pandemia do novo corona vírus (SARS-COV2-causador da doença chamada covid-19) que em registros mundiais iniciou-se em dezembro de 2019. A pandemia afetou diretamente as moradias precárias, pois além dos aspectos socioeconômicos que o

impedem de um isolamento social, a dimensão da infraestrutura o impedem de fazer a proteção básica como lavar as mãos, pois é baixa cobertura das redes públicas, levando a população carente ao uso de poço sem licenciamento, com profundidade baixa, com alto risco de contaminação. Os pobres pela dificuldade de acesso ao saneamento básico e ação simples de lavagem das mãos e o acesso a água seriam penalizados. Em dados de 06 de julho de 2020 a RMB apresentava 29,9 mil casos, dos quais 15% compunha Ananindeua, segundo maior município depois de Belém em casos de contaminação. (PONTE ET AL., 2020).

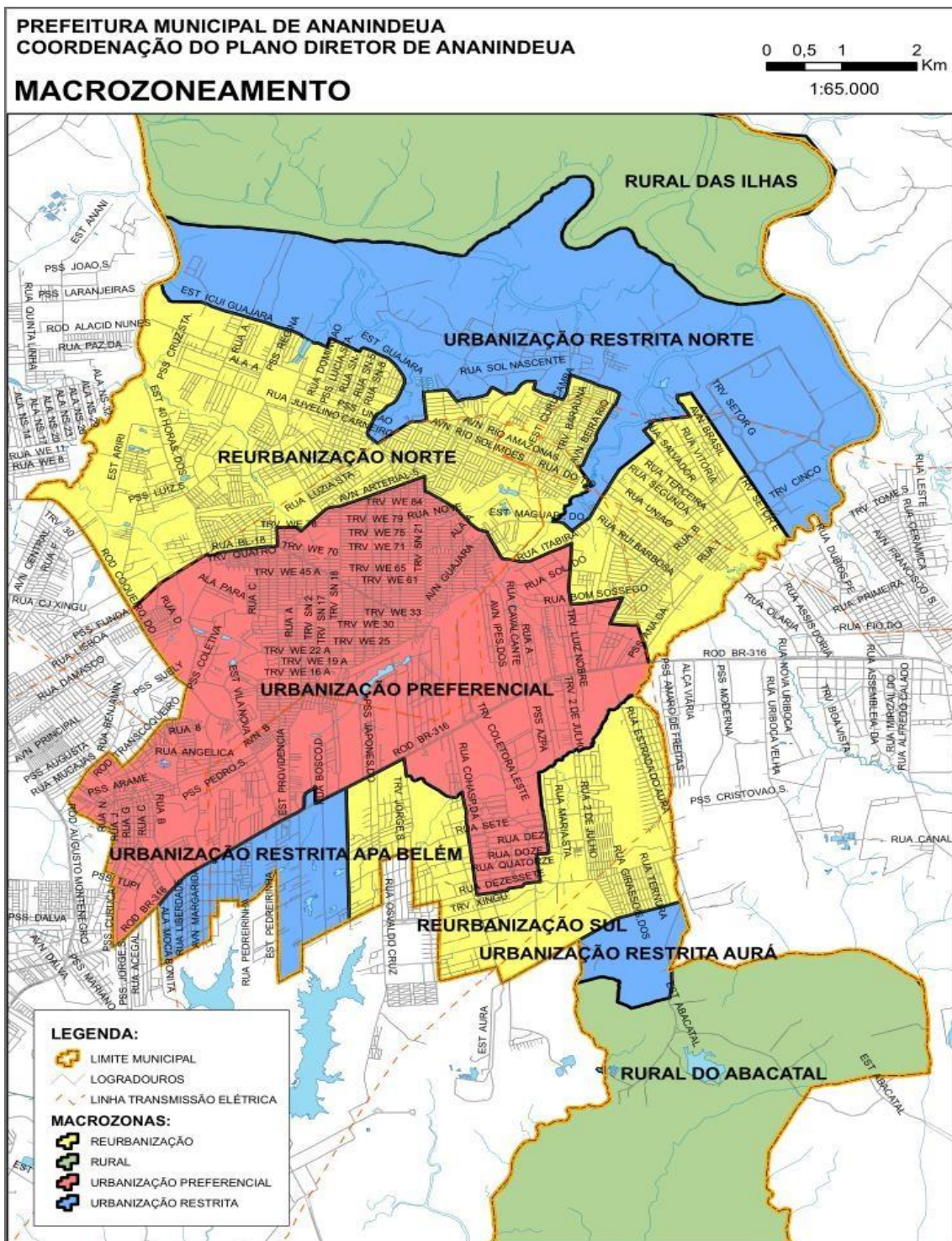
Como podemos perceber o município de Ananindeua ainda apresenta um alto déficit habitacional, assim como carência de infraestrutura, e saneamento básico, que veremos refletidas nos bairros que compõem a porção sul de Ananindeua, e que contradiz as propostas estabelecidas no plano diretor do município que visa a moradia e infraestrutura para a população ananindeuense.

2.3. O uso no território na porção sul de Ananindeua-PA.

De acordo com o plano diretor do município de Ananindeua-PA, instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, promulgado pela Lei N°2237 de 06 de outubro de 2006, tem por objetivo estruturar o meio urbano e rural com um desenvolvimento econômico sustentável integrado ao meio ambiente que vise a moradia adequada, infraestrutura e equipamentos urbanos suficientes para a promoção da qualidade de vida.

Para alcançar seu objetivo o plano diretor destaca o ordenamento total do território ananindeuense que tem como referência o macrozoneamento do município que por sua vez objetiva definir as grandes áreas estratégicas do uso do solo municipal, levando em consideração a preservação ambiental e o controle da ocupação do território. Para tal gestão seu território é dividido em: macrozonas urbanas diferenciadas por seus aspectos locacionais, naturais, culturais e de ocupação urbana; e macrozonas rurais caracterizadas pelo uso agropecuário e por atividades rurais complementares, pontuada por alguns núcleos urbanos isolados que caracterizam a sede das comunidades existentes nestas regiões.

Mapa 2: Macrozoneamento do Município de Ananindeua-PA.



Fonte: Plano Diretor de Ananindeua, 2006.

De acordo com o plano diretor as macrozonas urbanas são as ocupadas ou já comprometidas com a ocupação urbana pela existência de parcelamentos implantados ou em execução e a sua caracterização deverá levar em consideração o seu adensamento. O macrozoneamento urbano é dividido em macrozona de urbanização preferencial, macrozona de reurbanização e a macrozona de urbanização restrita.

As macrozonas rurais ficam subdivididas em duas categorias a insular e a continental sul. A primeira compreende toda a porção insular do município e a segunda compreende a porção sul do continente, incluindo o Abacatal até as margens do rio Guamá. No mapa 2, acima podemos visualizar as divisões das macrozonas por todo o município de Ananindeua.

Conforme o objetivo deste trabalho a delimitação da área de estudo se concentra na porção sul do território ananindeuense, mais precisamente, de acordo com o plano diretor de Ananindeua-PDA, a macrozona de reurbanização sul, macrozona urbanização restrita e a macrozona rural continental sul.

De acordo com o plano diretor as macrozonas de reurbanização são áreas que para a melhoria das condições urbanas exigem um projeto urbanístico para recuperação ou substituição da situação existente. E as macrozonas de urbanização restrita são aquelas destinadas a preservação ambiental, em que a ocupação deve ser desestimulada ou contida, em decorrência de:

- I - necessidade de preservação de seus elementos naturais;
- II - vulnerabilidade a intempéries, calamidades e outras condições adversas;
- III - necessidade de proteção ambiental e de preservação do patrimônio;
- IV - proteção aos mananciais, margem de rios, igarapés e furos.

Conforme o plano diretor a macrozona rural continental sul prevê as seguintes diretrizes:

I - do meio ambiente natural:

- a) controlar o uso e a ocupação desta unidade;
- b) implantar a faixa marginal de proteção - FMP do Rio Aurá, Igarapé Uriboquinha, Igarapé do Abacatal e Igarapé Pau Grande;
- c) criar a unidade de conservação das nascentes do Rio Aurá, do Igarapé do Abacatal e do Igarapé do Pato Macho.

II - da habitação:

- a) em parceria com a União, estruturar a comunidade quilombola do Abacatal;
- b) coibir a ocupação urbana destas áreas tendo em vista se tratar da área de proteção ambiental - APA de Belém.

III - do saneamento:

a) orientar os residentes desta unidade meios alternativos de saneamento básico.

IV - do transporte e mobilidade sustentável:

- a) promover o acesso através da Estrada do Aurá ao Rio Guamá e facilitar o transporte hidroviário para Belém a partir deste ponto;
- b) consolidar a estrada de acesso da Br 316 à comunidade do Abacatal.

V - da educação:

- a) promover uma educação às crianças residentes desta unidade.
 - b) ampliar e qualificar o transporte escolar dos estudantes.
- a) estimular nas escolas locais a discussão sobre a educação ambiental e educação urbana, começando pela história e desenvolvimento da cidade de Ananindeua.

VI - da cultura:

- a) tomba e preservar a área da comunidade quilombola do Abacatal.

VII - da saúde:

- a) em parceria com a União, promover programas de saúde para esta comunidade.

VIII - do desenvolvimento econômico:

- a) procurar reaproveitar economicamente as cavidades no solo remanescentes das explorações minerais existentes, assim denominadas "covões";
- b) incentivar a implantação de eletrificação rural.

IX - do desenvolvimento rural:

- a) apoiar e incentivar as atividades agrícolas da comunidade do Abacatal.

X - da exploração sustentável dos recursos naturais:

- a) regulamentar e normatizar as explorações de recursos nesta unidade

A partir dos trechos do plano diretor de Ananindeua podemos visualizar as determinações do poder público para o ordenamento do uso do solo no município de Ananindeua através das divisões em macrozonas urbanas e rurais para reduzir e mesmo coibir a ocupação urbana e seus impactos ambientais no território. Contudo como veremos no capítulo a seguir o processo de expansão urbana tem se intensificado no município em especial na parte sul de Ananindeua.

CAPÍTULO 3 – TERRITÓRIO PRATICADO, CONDIÇÕES DE MORADIA E O DIREITO AO TERRITÓRIO EM ANANINDEUA-PA.

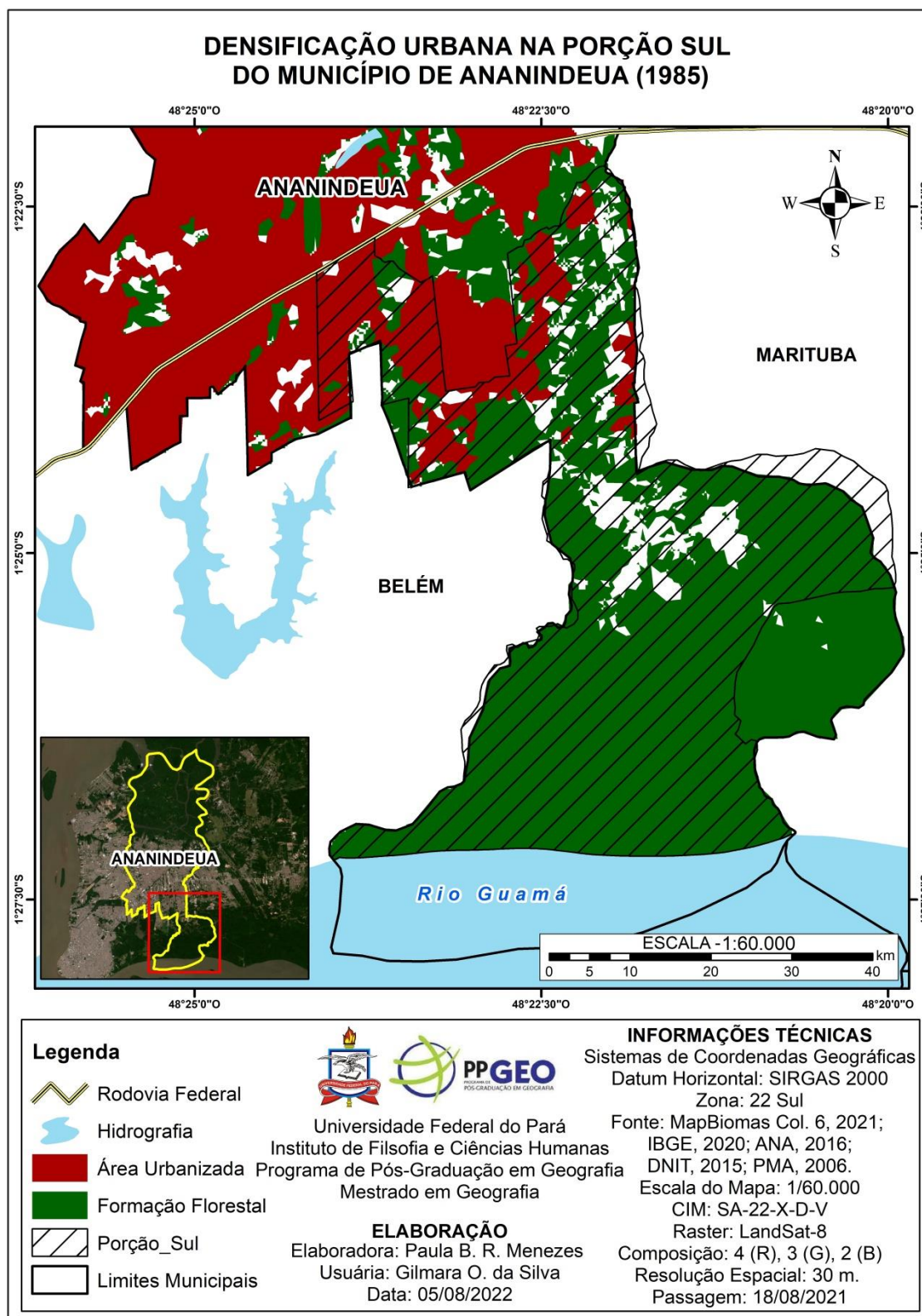
3.1. Território e infraestrutura nos espaços de moradia na porção sul de Ananindeua-PA.

Ananindeua desde seu período de formação territorial no século XVIII, está sendo transformada pelos sujeitos sociais que a compõem, sobretudo pelos atores que representam o capital, como as empresas imobiliárias, que transformam áreas antes rurais em urbanas. Contudo, Ananindeua é um território que é composto por outras territorialidades, que lutam por melhorias urbanas, que lutam por sua permanência no território, que lutam pela sua existência, o que ilustra o território usado de Santos (1999), como o quadro da vida de todos, como campo de forças, como lugar do exercício, de dialéticas e contradições entre o vertical e o horizontal, entre o Estado e o mercado, entre o uso econômico e o uso social dos recursos, um território como reforça Silveira (2011) que revela outras existências, todos os indivíduos, mesmo que desigual para a racionalidade econômica.

O território usado de Milton Santos pode ser visualizado a partir da racionalidade econômica, do ordenamento territorial do Estado bem como a partir de grupos sociais que lutam pelo direito ao território. Do ponto de vista da racionalidade econômica na contemporaneidade o território obedece ao processo de metropolização do espaço que se expressa, sobretudo com a renovação de áreas urbanas, para a reprodução do capital, a partir do imperativo das rendas financeiras e imobiliárias, pois tem na moradia uma reserva de valor. (LENCIONI, 2003, LENCIONI, 2017).

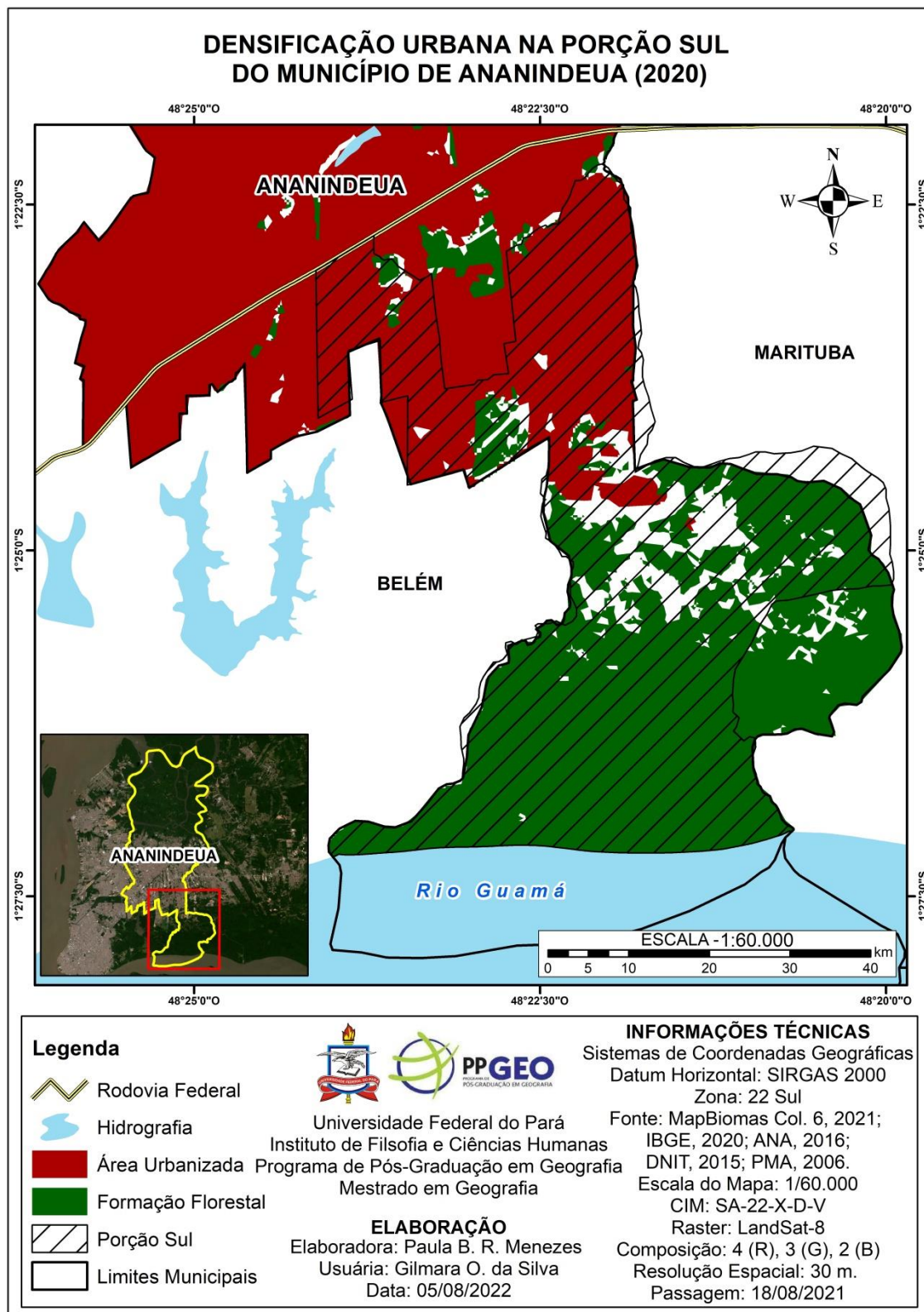
Através dos Mapas 3 e 4, podemos visualizar a densificação urbana na porção sul do município de Ananindeua, porção que de acordo com a gestão de macrozoneamento definida pelo PDA é uma área composta pela macrozona de reurbanização sul, macrozona de urbanização restrita Aurá e macrozona rural do Abacatal, no mapa na área hachurada. Nos referidos mapas podemos visualizar a desnificação urbana entre os anos de 1985 a 2020, com o crescimento da área urbanizada nesses aproximadamente 40 anos e a redução da cobertura florestal, ocasionado, sobretudo pela construção dos conjuntos habitacionais, ocupações “autoconstruídas” e ainda pelas obras de infraestrutura que veremos no decorrer da discussão.

Mapa 3: Mapa da densificação urbana na porção sul do município de Ananindeua-PA (1985).



Fonte: Mapbiomas, 2021, IBGE, 2020, ANA 2016, DNIT, 215, PMA, 2006 e Menezes, 2022.

Mapa 4: Mapa da densificação urbana na porção sul do município de Ananindeua-PA (2020).



Fonte: Mapbiomas, 2021, IBGE, 2020, ANA 2016, DNIT, 215, PMA, 2006 e Menezes, 2022.

. Também podemos visualizar essa densificação através do crescimento populacional que se instaurou entre os anos de 1970 e 1980 na porção sul de Ananindeua, com o surgimento dos bairros Águas Lindas, Júlia Seffer, Águas Brancas e Aurá. Na tabela 11 podemos visualizar uma estimativa do crescimento populacional dos bairros no ano de 2021 baseados nos dados de Sirotheau (2012) e estimativa da população dos bairros citados para o ano de 2000, 2010 e 2021, que mostra o crescimento linear da população em cada década.

Tabela 11: População dos bairros da porção sul de Ananindeua-PA.

POPULAÇÃO DOS BAIRROS DA PORÇÃO SUL DE ANANIDEUA-PA			
	2000	2010	2021
ÁGUAS LINDAS	14.500	21.818	28.204
JÚLIA SEFFER	9.000	11.147	13.021
ÁGUAS BRANCAS	8.800	12.149	15.072
AURÁ	9.700	16.574	22.573

Fonte: IBGE (2000,2010 e 2021). Sirotheau (2012) e estimativa de 2021.

De acordo com Santos e Nogueira (2020) o bairro de Águas Lindas tem sua fundação entre meados dos anos de 1970 e anos de 1980, originando-se a partir de ocupações irregulares e construção de conjuntos habitacionais. O bairro é dividido pelos conjuntos verdejantes (Etapa I e II), loteamento Olga Benário e conjunto residencial Park Anne. Ressaltam os autores que o loteamento Olga Benário. Um dos aspectos voltados a questão do bairro Águas Lindas, é em relação ao limite do mesmo, devido à proximidade com o município de Belém algumas áreas como os Loteamentos Olga Benário e Conjunto Verdejante (etapas I ao II), acabam por ocasionar aspectos de conflito com a administração municipal de Belém, como podemos ver no trecho a seguir:

O bairro de Águas Lindas tem sua fundação entre meados dos anos 1970 e anos 1980, a partir das ocupações irregulares e construção de conjuntos habitacionais por parte de projetos desenvolvidos entre a COHASPA (Companhia Habitacional dos Servidores Públicos da Amazônia), BNH, SUDAM e a COHAB. Essa situação é destacada principalmente no Conjunto Julia Seffer, cuja análise de Trindade Jr. (2016) cita o registro desta localidade na COHAB-PA, como entregue em 1984. (SANTOS E NOGUEIRA, 2020).

De acordo com Araújo et al. (2016), o bairro em si apresenta algumas características comuns a áreas de expansão urbana, notadamente visíveis na

precarização dos padrões habitacionais, ao mesmo tempo em que se evidenciam condomínios verticais e horizontais se erguendo ao lado de áreas inadequadas à habitação. Observa-se que o bairro cresceu a partir dos limites estabelecidos por significativas vias, como é o caso da BR 316, pelo Parque Estadual do Utinga, e margeado pelo “extinto” lixão do Aurá e Rio Guamá. Tal observação é importante e pertinente, pois sinaliza de maneira evidente a problemática ambiental em que a comunidade está inserida.

Foto 1: Residencial Nascente das Águas- Águas Lindas.



Fonte: Trabalho de campo, 2022.

Na Foto 1 podemos observar a construção do condomínio Nascente das Águas pelo agora programa Casa Verde e Amarela do Governo Federal numa das principais ruas do bairro de Águas Lindas, Rua Oswaldo Cruz. O condomínio apesar de deter de uma boa infraestrutura, ainda é pontual perto da maioria das habitações ao seu redor, que em sua grande maioria encontram-se com inúmeras carências socioespaciais, o que podemos observar na fala da moradora L.S.⁵, que reside no bairro, mais precisamente na rua Oswaldo Cruz desde o ano de 2002:

⁵ Para evitarmos exposição dos moradores adotamos nomes simbólicos e assim preservamos a identidade dos mesmos.

Em geral as casas são de madeira, até hoje não possuímos água encanada, usamos água de poço, a prefeitura faz coleta de lixo, antes era jogado em terrenos baldios, o que ocorre ainda. Gostaria que a prefeitura melhorasse o saneamento, desentupisse os esgotos e trouxesse água encanada. Podia melhorar a saúde também, tem posto de saúde, mas podia ser melhorado, pois agora que sei que fazemos parte de uma área de proteção ambiental, poderíamos ser mais bem assistidos e assim adotar uma qualidade para todos não só para os que moram em condomínios. (L.S., 2022).

Em trabalho de campo no dia 19 de maio de 2022 tivemos a oportunidade de ouvir alguns moradores da parte do bairro de Águas Lindas que pertence a Ananindeua, mais precisamente membros da ASMOJE (Associação de moradores Moara e Jerusalém) localizada na Avenida União. Onde uma das principais reclamações está na falta de assistência do poder público para com a comunidade do bairro, dentre elas a falta de saneamento básico, principalmente a falta de água encanada. Como podemos ver nos relatos a seguir:

“O bairro de Águas lindas está cercado de lixo. Os moradores convivem com muita insalubridade, só depois de 40 anos que está chegando água potável. Na pandemia se tornou ainda muito mais difícil, e precisamos estar ainda mais na luta.” (Senhor M.S, 2022).

“O abastecimento de água ainda é poço artesiano. Por conta do chorume do lixão nossa água tem um cheiro e gosto diferente. A chegada das tubulações, como vocês podem ver, não é porque o poder público é bonzinho, como aparece na mídia, mas sim é fruto de muita luta da comunidade, pois quando precisa fechamos a entrada do lixão, vamos pra mídia, etc. Ainda tem a briga por quem é responsável pelas políticas públicas para o bairro, já que do lado daqui (associação) é Ananindeua e do lado de lá é Belém”. (Senhor J.M., 2022).

Pela fala dos moradores da comunidade podemos visualizar o processo de produção do espaço de cunho capitalista e suas desigualdades, onde determinadas áreas dentro do mesmo bairro detém de uma melhor infraestrutura e serviços, mas que atinge apenas uma pequena parcela da sociedade que detém de um certo poder aquisitivo, como os condomínios fechados, em contrapartida aos arredores dos condomínios, que sem a devida assistência do poder público, não detinha até o presente momento, nem mesmo de água encanada. Na Foto 2 podemos visualizar, na Avenida União, a estrutura das casas em alvenaria incompleta, rua sem asfaltamento e recebendo as primeiras obras para o fornecimento de água encanada.

Foto 2: Casa ao longo da Avenida União – Águas Lindas.



Fonte: Trabalho de campo, 2022.

Dentre os bairros da porção sul de Ananindeua, temos uma peculiaridade, no que se refere as políticas de ordenamento territorial⁶, trata-se do conjunto Júlia Seffer, onde o governo, por meio da caixa econômica federal (CEF) buscou construir um conjunto habitacional que tivesse o máximo de infraestrutura para a população que ali residiria, mostrando o poder do Estado no planejamento urbano, com metas e políticas de desenvolvimento para o território, exigindo considerar alternativas possíveis, elegendo usos mais adequados do território com práticas de ocupação que respeitem os ajustes, econômicos, sociais, técnicos e ambientais.

O conjunto Júlia Seffer data do ano de 1984, com uma peculiaridade que até hoje se discute, inclusive pela prefeitura, que ora o vê como uma área do bairro de Águas Lindas e por outra como um bairro independente, Santos e Nogueira (2020) com base no decreto N°15.163/2012 (Plano municipal de desenvolvimento Rural Sustentável- PMDRS) o colocam como bairro.

De acordo com o jornal da época (1985) o conjunto foi inicialmente destinado ao atendimento dos servidores da SUDAM (Superintendência de desenvolvimento da Amazônia) com 1172 unidades residenciais, mas tarde estendida aos funcionários da administração pública direta e indireta. O conjunto abrange 142 hectares de área, e cada

⁶ O ordenamento territorial deve sempre ser pensado como políticas nacionais implementadas pelo Governo Federal. (PELLATO, 2010).

residência ocupa de 600 e 700 metros. Com escolas e linha de ônibus para servir o conjunto. E também a formação de um centro comunitário.

Foto 3: Conjunto Júlia Seffer



Fonte: Trabalho de campo, 2022.

Em trabalho de campo podemos observar o ordenamento territorial no conjunto a partir do ordenamento das casas que dispõem de terrenos extensos, com ruas largas, com calçadas e canteiros, além de uma intensa arborização, com a presença de bosques como o Marajoara e o Uirapuru (ver Foto 3). O conjunto detém de inúmeros serviços como posto de saúde, escola e mesmo mercados de médio porte, demonstrando uma urbanização planejada para a população. Também podemos perceber esse planejamento a partir das falas dos moradores L.C. moradora do conjunto desde 1980 e L.N. moradora desde 1985:

Aqui por ser um conjunto (Júlia Seffer) as casas são próximas umas das outras. Todas as casas de alvenaria, e o conjunto sempre teve áreas verdes, mas antigamente tinha mais mata fechada ao redor do conjunto do que nos dias atuais. (L.C., 2022).

As casas são de alvenaria (conjunto da COHAB) bem estruturadas, com terrenos regulares, com bastante espaçamento entre elas, as ruas (a princípio sem asfalto, mas já retilíneas) interligadas. Com bastante vegetação, inclusive o conjunto possui dois bosques. Logo no início não tinha o fornecimento regular de água, faltava bastante e tínhamos que fazer o armazenamento em baldes, ou quem pudesse tinha poço artesiano. Mas distribuição de água sempre foi feita pela associação do conjunto (ACHAJUS). Acredito que tem

uns 30 anos que água chega nas residências. Água encanada de qualidade excelente. Sempre houve coleta regular de lixo pelos carros de lixo da prefeitura em dias certos, quanto à saúde sempre fui bem atendida no posto de saúde do bairro, mas que ainda pode ser melhorado e expandido. (L.N., 2022).

Contudo, o conjunto mesmo tendo sido planejado pelo Estado com o máximo de infraestrutura possível desde sua implantação, ainda necessita de muitas melhorias, uma vez que o mesmo está tendo um grande crescimento de condomínios habitacionais e junto com eles a presença de ocupações urbanas, conforme podemos visualizar na fala do morador a seguir:

Primeiramente o conjunto foi construído e ao redor dele surgiram as ocupações irregulares. E recentemente começaram a surgir inúmeros condomínios residenciais. Atualmente isso contribuiu para deixar o local mais movimentado e ser mais bem visto, aumentando a densidade demográfica, melhorando a infraestrutura do entorno, aumentando a interligação entre os locais próximos. O crescimento recente por conta das ocupações urbanas, tem atraído infraestrutura, mas prestação de serviços ofertados na região, desenvolvimento do comércio local, mas ainda está longe de se sustentar. Ah...lembrando que agora está sendo construída uma das estações do BRT, o que aumenta ainda mais a expectativa de crescimento e desenvolvimento para a porção sul de Ananindeua. Necessita-se de melhoria no transporte público, melhoria na área urbana, tanto com pavimentações como com sinalizações, melhoria na iluminação pública, da saúde pública, da rede sanitária, da segurança pública, pois apesar de estar presente no bairro esses pontos, eles ainda precisam melhorar muito para atingir a toda população (L.N.,2022).

O bairro de Águas Brancas e Aurá refletem uma realidade do intenso crescimento de condomínios residenciais privados e públicos pelos programas do Governo Federal, mas que não abrangem a maior parcela da população carente. Por isso esses bairros também são marcados por intensas ocupações espontâneas ao redor desses condomínios.

O bairro do Águas Brancas, localiza-se entre o Águas Lindas e o Aurá, a sua divisão corresponde aos conjuntos Jardim Amazônia (Etapa I e II), Girassol onde está a maior parte de sua amplitude. (SANTOS E NOGUEIRA, 2020). No bairro podemos visualizar novamente que as moradias próximas a BR 316, sobretudo os condomínios residenciais, são os que detém de uma melhor infraestrutura, retomando o que Cardoso (2021) nos diz sobre a produção de moradia para um pequeno grupo social, formado pelas camadas de renda alta ou média-alta que se apropriam dos terrenos que apresentam melhores condições de acessibilidade às áreas centrais, melhores ofertas de infraestrutura e maior nível de amenidades.

Foto 4: Residencial Jardim Amazônia II-Águas Brancas



Fonte: Trabalho de campo, 2022

O Residencial Amazônia II, como podemos ver na foto 4, é um condomínio fechado, que está localizado na principal rua do bairro, 02 de junho que liga a BR 316 a rua das orquídeas. A rua 02 de junho encontra-se pavimentada em toda a sua extensão, com residências, posto de saúde, escola e clubes campestres. No residencial, de acordo com o relato do morador senhor E.D. que mora no mesmo por 20 anos, é um residencial que possui toda a infraestrutura necessária para uma boa qualidade de vida, como podemos ver na fala a seguir:

“Moro no residencial desde 2001, no início era um lote, hoje temos uma casa com água encanada, coleta de lixo regular e área de lazer. No bairro temos posto de saúde, segurança e atualmente uma melhora na pavimentação asfáltica das vias, porém o bairro necessita de uma maior aplicação do código de postura do município.” (E.D., 2022)

Recentemente foi realizado pelo poder público (estadual e municipal) no igarapé ou canal das Toras que liga a Rua 02 de junho no bairro do Águas Brancas a estrada do Aurá no bairro de mesmo nome, uma obra de drenagem, terraplenagem e pavimentação asfáltica. Contudo em trabalho de campo podemos perceber que as condições de moradia na área expressam a desigualdade imposta pelo capitalismo como áreas de condomínio fechado ao lado de casa em palafitas e mesmo com impacto as margens do

rio já que se trata de uma APP- Área de proteção permanente⁷. Na Foto 5, temos o canal das Toras, com condomínio Juscelino Kubitschek ao fundo e a crescente ocupação urbana às margens do curso de água que foi inaugurado em maio de 2022:

Foto 5: Canal das Toras.



Fonte: Trabalho de campo, 2022.

No final da rua 02 de junho no encontro com a rua Orquídea temos o Conjunto Jardim Amazônia I, um conjunto residencial aberto, com um planejamento de ordenamento entre as vias, com asfaltamento e serviços. De acordo com a moradora D.L., de 53 anos, moradora do residencial há 6 anos, e 21 anos no bairro Águas Brancas, o conjunto necessita de algumas melhorias e manutenção.

Moro no conjunto desde 2014, as casas são de alvenaria, uma do lado da outra (conjunto habitacional), a fonte de água é poço artesiano, a prefeitura faz a coleta do lixo regularmente, e temos rondas policiais regularmente. Também estamos recebendo asfaltamento e saneamento básico. Mas é sempre importante manter, porque não adiante fazer melhorias e deixar ao tempo. (D.L., 2022)

Na Rua das Orquídeas temos o conjunto Girassol, área de maior extensão do

⁷ Segundo a Lei N° 12.651 de 25 de maio de 2012 a Área de Preservação Permanente – APP é uma área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

bairro Águas Brancas. O conjunto como a maioria das moradias na porção sul de Ananindeua encontra-se com inúmeras carências em relação ao saneamento básico, no momento do trabalho de campo podemos observar que o conjunto se encontra em processo de asfaltamento e outras intervenções urbanas, conforme foto 6.

Foto 6: Conjunto Girassol.



Fonte: Trabalho de campo, 2022.

De acordo com os moradores J.C. e V.N. moradores do conjunto há 21 anos, o conjunto vem passando por várias intervenções urbanas, mas voltadas principalmente para o setor imobiliário, deixando a infraestrutura da população ali existente, a margem desse processo, como podemos ver em suas falas a seguir:

Na época em que vim morar aqui havia poucas casas umas eram em alvenaria outras de madeira. Água aqui só de poço artesiano. A prefeitura faz coleta do lixo 3 vezes por semana. E atualmente está sendo feito trabalho de asfaltamento no Girassol. Contudo falta melhorar bastante o saneamento. Quanto a saúde temos postos que teve uma melhoria em sua estrutura nesse período de pandemia, mas que pode melhorar ainda mais. (J.C., 2022).

Moro desde 2002 no bairro, no começo era loteamento, as pessoas compravam terrenos e faziam suas casas, uma casa distante da outra, tinha muita vegetação e aos poucos foi aumentando a população, aí já vieram os empresários, que compraram terrenos para construir condomínios. O bairro melhorou um pouco, mas ainda falta muitas melhorias, temos posto de saúde, mas não possui médicos o suficiente para atender a população, é importante manter as ruas, aumentar os ônibus para termos mais acesso a outros lugares, pois só temos uma opção para o centro da cidade. (V.N., 2022).

Podemos perceber através das falas dos moradores o ramo imobiliário criando, pouco a pouco, um mercado de terras, e concretizando, no processo de parcelamento de terra- loteamento, momento de transição entre a moradia enquanto mercadoria e a moradia enquanto capital (RIBEIRO, 1997). Na fala da moradora V.N, também podemos perceber a compra de terrenos para a construção de condomínio que se intensifica ainda mais tanto no bairro Águas Brancas, como com o bairro de fronteira, o bairro do Aurá.

De acordo com Santos e Nogueira, o bairro do Aurá, que tem sua história ligada ao antigo aterro sanitário, conhecido como “lixão do Aurá”, atualmente corresponde ao Anita Gerosa, Santana do Aurá (etapas I e II), conjunto residencial Bem Viver, residencial Carlos Mariguella, Residencial Juscelino Kubistcheck, Conjunto Ananin, Residencial Pietro Gerosa, Residencial Pouso do Aracanga, conjunto Verdejante IV, Jardim Nova Vida, Jardim Hokkaido e jardim Jader Barbalho.

Foto 7: Bairro do Aurá.



Fonte: Trabalho de campo, 2022.

No bairro do Aurá também podemos observar o avanço dos conjuntos habitacionais com uma determinada infraestrutura, sejam eles verticais como o Residencial Portal do Aurá ao fundo da Foto 7 e horizontal como o conjunto habitacional Ananin, ambos as margens da estrada Santana do Aurá, com partes da pista sem pavimentação asfáltica, como podemos visualizar na Foto 7 acima.

No bairro também temos a presença de ocupações irregulares no final da estrada principal do Aurá próximo a estrada do Abacatal, com condições de moradia sem a infraestrutura necessária para uma boa qualidade de vida, ruas sem asfaltamento com casas em madeira e inserção de comércios improvisados, como podemos observar na Foto 8:

Foto 8: Ocupações irregulares.



Fonte: Trabalho de campo, 2022.

De acordo com os moradores mesmo com a chegada dos condomínios habitacionais e com algumas melhorias no quesito segurança, ainda muito se tem por fazer. O bairro ainda se encontra sem água encanada, sem local de destinação do lixo, sem asfaltamento em boa parte do bairro, conforme nos mostra o senhor N.D., de 39 anos e morador do bairro desde 2005:

As casas eram de madeira, uma distante das outras, tinha muita vegetação, hoje os condomínios representam uma melhoria para o bairro. Quanto a água desde que vim morar para cá não tínhamos água encanada, a fonte é poço artesiano, a prefeitura deixa a desejar na coleta de lixo, a alternativa é queimar. Mesmo com rondas policiais e no atendimento a saúde no bairro a prefeitura precisa ampliar esses serviços e o asfaltamento que ainda não chegou para todos. (N.D., 2022).

Dentre as produções de moradia no sul ananindeuense a partir dos bairros que o compõem, percebemos as desigualdades que permeiam a produção do território a partir da racionalidade capitalista, onde o processo de metropolização que cada vez mais

busca novos espaços para se incorporar, produz intensas desigualdades socioespaciais. Nem mesmo no território de unidade de conservação as condições de moradia se encontram mais bem planejadas, ou com menos desigualdades, como vimos a partir do bairro de águas lindas que compõem o território da APA⁸ metropolitana de Belém que de acordo com o decreto de N°1.329 de outubro de 2008 é chamada de Área de Proteção Ambiental da região Metropolitana de Belém – APA metropolitana de Belém. Com 7.500,00 ha, correspondendo 40,51% do município de Ananindeua e que abarca os bairros Curió-Utinga, Marco, Souza, Castanheira, Guanabara, Águas Lindas e Aurá.

Outro território que faz parte da porção sul de Ananindeua que também é uma unidade de conservação de acordo com o decreto N°2.211 de 30 de março de 2010 é o Refúgio de vida silvestre da metrópole da Amazônia-REVISMA⁹ que abrange os municípios de Ananindeua, Marituba Benevides e Santa Isabel. Com 6.367,00 ha, correspondendo a 5,77% do município de Ananindeua. Na referida Unidade de conservação residem famílias, parte delas consideradas tradicionais, pois estabeleceram residência as margens de rios e igarapés que perpassam a unidade de conservação. (FIGUEIRA ET AL., 2018).

No território ananindeuense, em sua porção sul, mais precisamente de acordo com o PDA na macrozona rural sul, temos também o território remanescente quilombola do Abacatal que ocupa o espaço a mais de 300 anos e que constantemente tem sido atingido pelo avanço da urbanização, contudo o território tem resistido e mantido seu modo de vida ao longo desses três séculos. (MARIN E CATRO 2004).

É importante frisar que Abacatal não é um bairro, área suburbana ou qualquer outro tipo de espaço do município de Ananindeua, como os conjuntos habitacionais ou as denominadas invasões. A população de Abacatal dedica-se a agricultura e decide o que cultivar de forma autônoma. A agricultura permite-lhe obter a subsistência e estabelecer relações econômica, sociais e políticas com a cidade, o Estado e outros grupos sociais. (MARIN E CATRO 2004).

A referida comunidade já é titulada tendo recebido o título pelo ITERPA (Instituto de Terras do Pará) em 13 de maio de 1999, contudo correspondendo a princípio 308 hectares, 15% do território original, onde grande parte foi cedida pelo

⁸ De acordo com o SNUS (sistema Nacional de unidade de conservação regido pela Lei N° 9.985 de 18 de julho de 2000 a área de proteção ambiental é uma área em geral extensa com um certo grau de ocupação humana, dotado de atributo abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importante para a qualidade de vida e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

⁹ De acordo com o SNUS (sistema Nacional de unidade de conservação regido pela Lei N° 9.985 de 18 de julho de 2000 o refúgio de vida silvestre é uma unidade de proteção integral que tem como objetivo proteger ambientais naturais onde se assegurem condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e fauna residente ou migratória.

Estado ao que atualmente é hoje o REVISMA (Nº2.211 de 30 de março de 2010), porém depois de uma solicitação de revisão de área territorial as dimensões foram ajustadas para 583,3 hectares, em 02/12/2008. (SIROTHEAU, 2012).

A maior parte da área é composta por mata secundária limitada ao norte com a fazenda Uriboça, que foi propriedade da empresa Guamá-Agroindustrial S/A (propriedade da empresa Pirelli), e ao sul, a jusante do igarapé Uriboquinha, com um terreno pertencente a empresa brasileira de pesquisa Agropecuária (Embrapa). Sua parte leste é também margeada pelo igarapé Uriboquinha e os fundos em todo lado oeste, é limitado por antigos terrenos da empresa Pirelli e algumas propriedades particulares. (SIROTHEAU, 2012).

Abacatal possui suas moradias, em maioria de alvenaria, seguido de madeira e pontualmente de barro. Apesar da comunidade se localizar a poucos quilômetros do centro urbano do município de Ananindeua, o sistema de distribuição de água por rede geral não atende ao Abacatal tendo a comunidade até presente momento a recorrer ao uso de poço. Quanto à eliminação de dejetos sólidos e líquidos, ainda que a maioria dos domicílios possua fossa séptica, o uso da fossa rudimentar e do banheiro no fundo do quintal faz-se presente na comunidade. O destino do lixo ocorre por incineração dos resíduos, não ocorrendo coleta regular. (FREITAS ET AL., 2018).

A comunidade dispõe apenas de uma escola municipal de ensino fundamental, obrigando aqueles que decidem continuar os estudos a se deslocar para escolas de ensino médio no centrourbano de Ananindeua/PA, e de uma unidade de estratégia da saúde da família-ESF que oferece o atendimento primário à saúde dos moradores. Contudo, apesar do alto índice de pessoas que já utilizaram os serviços de saúde da ESF, o número de pessoas que a procuram quando estão doentes é baixo, uma vez que o atendimento médico realizado na ESF ser disponibilizado para a comunidade apenas uma vez por semana. (FREITAS ET AL., 2018).

É importante frisar que a expansão urbana frente à porção sul de Ananindeua, juntamente com a porção norte do município, são áreas de interesse de ordem capitalista que tem nessas áreas a possibilidade de expansão de suas ações, sobretudo no ramo imobiliário já que as partes centrais do município se encontram escassas. Contudo, tem avançado em áreas que por lei, decretos ou outras formas de regulação do território não deveria ser permitido ou mesmo incentivado, cabendo ao Estado fazer tal mediação, contudo com a redução do mesmo em detrimento dos interesses capitalistas, às áreas protegidas são cada vez mais atingidas, conforme veremos no tópico a seguir.

3.2. Regulação do território e as desigualdades socioespaciais: lógicas, racionalidades e ações.

A produção do espaço urbano nos remete ao atual estágio do neoliberalismo, da globalização financeira do capital e da atuação do Estado e dos seus rebatimentos na vida cotidiana, onde o Estado que deveria ser o garantidor dos direitos sociais reflete um desenvolvimento desigual, onde o mesmo é regido pelas finanças e a serviço delas. O território nacional passa a ser regulado segundo o interesse de um grupo seleto de empresas privadas. O Estado e suas “políticas públicas” voltam-se para os interesses das grandes empresas, dos agentes privados que hoje possuem estratégias e propostas muito mais direcionadas de uso do território do que o próprio poder público. Estas práticas neoliberalistas, ou ainda poderíamos pensar, esta ‘*gestão neoliberal do território*’, acabam por tornar a sociedade, em suas atividades e necessidades mais triviais, vulnerável ao interesse de grandes empresas. (PEREIRA, 2007).

Podemos perceber essa política de regulação do Estado voltada para os interesses neoliberais quando em detrimento as normas já estabelecidas prevalecem-se interesses econômicos. Em relação a moradia podemos destacar duas normas muito importantes no que se refere esses direitos “humanos”, e que não é valorizada como deveria ser, trata-se do artigo XXV da declaração universal de direitos humanos, estabelecido pela organização das nações Unidas-ONU e do art.º 6º da Constituição Federal brasileira de 1988 como podemos ver respectivamente:

Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis e direito à segurança em caso de desemprego, doença invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle. (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, ART. XXV).

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (CF, ART. 6º).

No município de Ananindeua como visualizamos no decorrer deste trabalho, esses direitos vem sendo desrespeitados, quando os programas habitacionais de moradia estão longe de atingir suas metas, seja no que se refere à produção de moradia que não abarca a maioria da população, principalmente no que se refere às faixas mais populares dos programas e ainda no que diz respeito à manutenção da infraestrutura urbana e saneamento básico que se encontra aquém de oferecer uma boa qualidade de vida para a

população. Portanto, a produção de moradia é voltada para os interesses do capital em detrimento ao social, onde o capital, principalmente o imobiliário, tem penetrado cada vez mais em áreas que até então mantinha um modo de vida mais rural, se instalado para oferecer condições para uma determinada parcela da população com poder aquisitivo, sem se preocupar com a população ali existente.

Em Ananindeua, as áreas cobiçadas pelo capital imobiliário têm sido as áreas de sua porção norte e sul do município, que conforme plano diretor possui macrozoneamentos em que a urbanização precisa ser freada e mesmo coibida, pois são áreas que primam a preservação ambiental, contudo essas áreas, principalmente a porção sul de Ananindeua, nossa escala de estudo apresenta um grande crescimento da construção de conjuntos habitacionais já em áreas inclusive de urbanização restrita. Conforme podemos ver no trecho a seguir:

A porção sul do território do município de Ananindeua juntamente com as áreas insulares do norte, são os poucos espaços que ainda contem espaços para expansão urbana. Entretanto o plano diretor urbano (PDU) de Ananindeua através do seu macrozoneamento urbano delimita e direciona essa expansão da cidade em algumas áreas. (ACEVEDO E SABINO, 2018).

Os autores acima, acrescentam que na porção sul do município vem ocorrendo a instalação de vários empreendimentos ligados ao programa de aceleração do crescimento 2 (PAC 2) do Governo Federal, que envolve desde 2010 o programa Minha Casa Minha Vida. O primeiro empreendimento no final da estrada Santana do Aurá destacado pela autora trata-se do Conjunto habitacional Torres do Aurá II com 500 unidades habitacionais, frisam que esse conjunto ainda se encontra em área de reurbanização que conforme o plano diretor prevê a melhoria das condições urbanas exigindo um projeto urbanístico para recuperação ou substituição da situação existente.

E contrapondo o plano diretor em vigor em seu macrozoneamento municipal foram construídos os conjuntos padre Pietro Gerosa com 500 unidades habitacionais em 25 torres, o residencial Ananin com 450 unidades pelo programa minha casa minha vida e o Pouso do Aracanga (Foto 9) com 1.344 unidades habitacionais, situado à 500 metros da comunidade quilombola do Abacatal, e com ele a construção de um esgoto que despeja seus resíduos no rio Aracanga, que teve parte do seu curso aterrado e suas águas poluídas. (ACEVEDO E SABINO, 2018).

Foto 9: Residencial Pouso do Aracanga

Fonte: LAHAM, 2022.

A localização desses empreendimentos mostra as pressões diante de áreas que deviam ser preservadas e reguladas quanto a ocupação, pois gera inúmeros impactos, principalmente para a população que se mantém nesse território de forma menos impactante a natureza. Essa expansão urbana crescente atinge sobremaneira a comunidade remanescente de quilombo do Abacatal. (MARIN E CASTRO, 2004).

“As terras do Abacatal são cobiçadas por invasores urbanos e rurais, por empresários, por especuladores, e pelos sem-terra e sem teto. É preciso ainda sublinhar, que praticamente, a única opção de crescimento do município de Ananindeua é seguir em direção ao rio Guamá, afastando-se do leito da estrada BR-010.” (MARIN E CASTRO, 2004).

A comunidade do Abacatal caracterizada pelo PDA como uma área de uso agropecuário e atividades rurais complementares, com núcleos urbanos isolados, não se enquadra no projeto de habitação da região metropolitana de Belém, que tenta a todo custo urbanizá-la, se aproveitando de brechas na lei, como esbarrando o direito à moradia frente ao direito do território quilombola, também garantido em virtude de lei. No caso do Abacatal a chegada dos residenciais, além de forçar ainda mais os danos ambientais na localidade provocou uma insegurança na posse do território quilombola,

uma vez que as práticas neoliberais estimulam a propriedade privada individual diante do uso coletivo da comunidade quilombola do Abacatal. (CURCINO, 2021).

Propriedade privada individual, regulamentada pela Lei 13.465 de 11 de julho de 2017 que dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana. No município de Ananindeua de acordo com o PHISA-2012 ocorre uma ligeira tendência de decréscimo de inadequação fundiária, contudo na atualidade já vem demonstrando um novo avanço da inadequação, conforme podemos visualizar na tabela 12:

Tabela 12: Inadequação Fundiária de Ananindeua-PA.

INADEQUAÇÃO FUNDIÁRIA			
	2011	2014	2022
BRASIL (TOTAL)	2.117.960	1.888.384	
REGIÃO NORTE	63.353	76.065	
PARÁ	40.111	28.496	
RMB	22.262	14.998	28.291
ANANINDEUA	6.147	6.038	6.237

Fonte: IBGE (2000,2010 e 2021), PHISA, 2012 e estimativa de 2021

Dessa forma esse período de decréscimo nos índices de inadequação é fruto de projetos de regularização fundiária para o município de Ananindeua. Atualmente o município apresenta o projeto de regularização fundiária com parceria com o governo do Estado “Vamos Regularizar” que tem com o objetivo regularizar três mil imóveis no município e, com isso, fomentar a segurança fundiária e o desenvolvimento socioeconômico dos municípios paraenses. E o programa “Ananindeua Legal” que é coordenado pela Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) e tem o intuito de transformar o município em referência na Regularização Fundiária Urbana (REURB), entregando mais de 50 mil títulos definitivos de propriedades dos imóveis até o fim da gestão. De acordo com a prefeitura a regularização representa uma série de vantagens para os proprietários dos imóveis. Isso inclui: garantia de segurança jurídica do imóvel; facilita a obtenção de financiamentos para melhorias; acesso aos serviços públicos da cidade. (PMA, 2022).

Na figura 3 podemos visualizar na prática a entrega dos títulos fundiários aos moradores do Residencial Carlos Mariguela, no bairro do Aurá, porção sul de Ananindeua:

Figura 3: Entrega de títulos de regularização fundiária no bairro do Aurá.

Fonte: Prefeitura municipal de Ananindeua, 2022.

Contudo de acordo com Curcino (2021) à Regularização Fundiária Urbana (REURB), além de estabelecer novos critérios à lei supramencionada, também estabelece determinadas definições que evidenciam outras possibilidades de urbanização, o que nos remete às novas estratégias de privatização dos espaços e a financeirização da terra, inclusive de comunidades tradicionais, como acontece em relação as terras do Abacates. Conforme podemos ver no trecho a seguir:

Contudo, as possíveis reconfigurações territoriais decorrentes da financeirização da terra por meio da regularização fundiária urbana afetam diretamente os direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais que buscam ter uma segurança dos seus territórios. Em se tratando da comunidade quilombola do Abacatal, que tem a sua titulação de propriedade coletiva, a valorização da terra tem se tornado cada vez maior nas proximidades do TEQ. Com a Lei de Regularização Fundiária, a possibilidade de zoneamento de áreas de interesse social, tendo em vista o acesso à habitação adequada e a bens e serviços urbanos, que conduz à transformação da terra em terra urbana, agregando valor e atraindo investimentos, o território coletivo da comunidade se torna alvo constante das apropriações que podem ocorrer pelo exercício desta transformação. (CURCINO, 2021, 116).

Para além da produção habitacional, outras formas de financeirização da terra estão sendo planejadas ou já em execução na porção sul de Ananindeua e que afetam diretamente a população ali existente, trata-se da subestação da concessionária de energia elétrica de Marituba (foto 10) que compõem um amplo trajeto de linhas de transmissão perpassando pelos municípios de Barcarena, Acará, Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Isabel do Pará, Inhangapi, Castanhal e São Francisco do Pará, que já foi implementada e que está na fase inicial da sua operacionalização desde 22 de setembro de 2020, e a Rodovia Liberdade (PA020), sob o modelo de Parceria Público-Privada (PPP), concebido para ser uma via de escoamento alternativa à BR-

316, pretendendo interligar o Município de Belém com o Município de Marituba. A rodovia visa acompanhar as linhas de transmissão da Equatorial energia já licenciado. (CURCINO, 2021).

Foto 10: Subestação de energia de Marituba



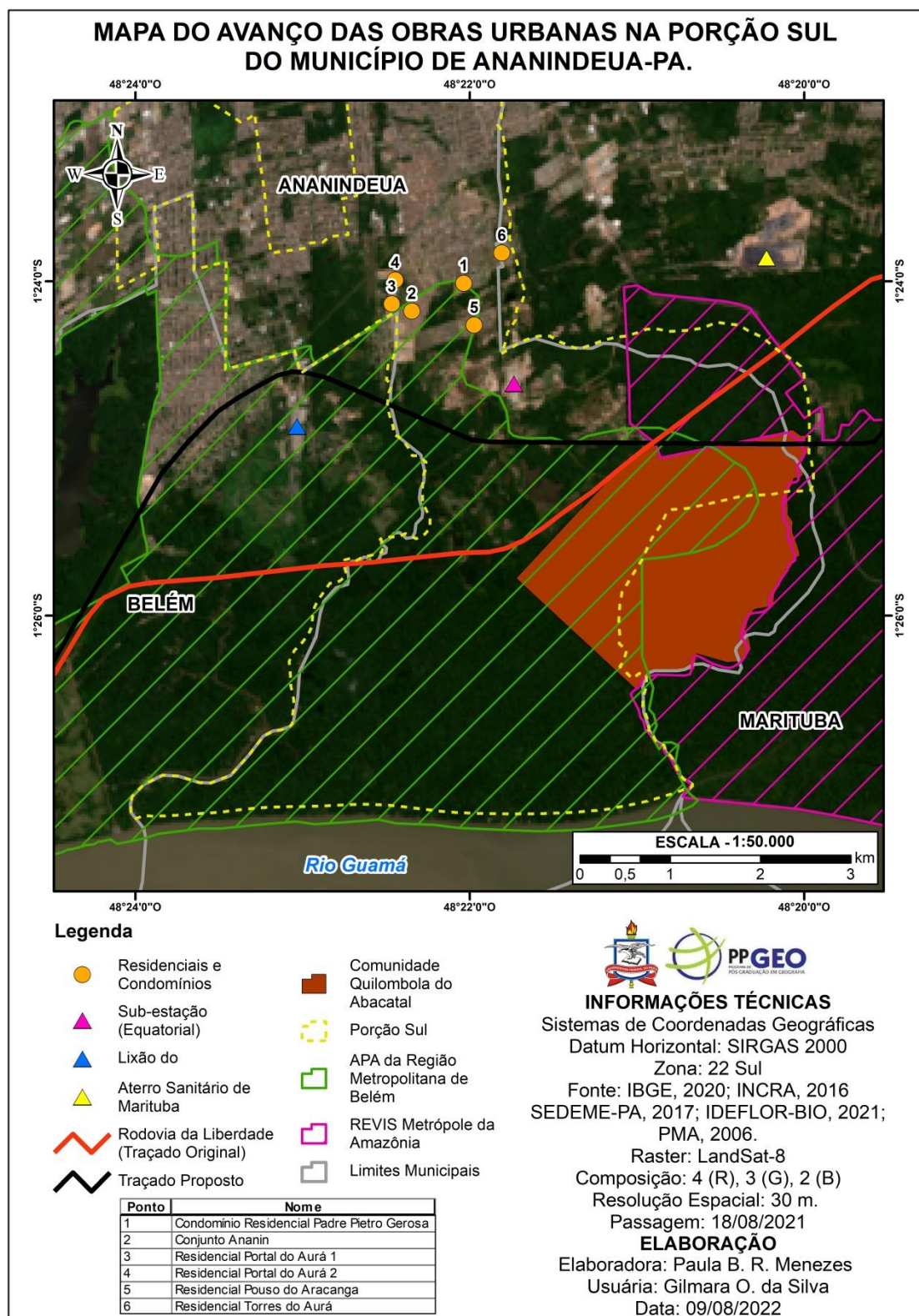
Fonte: LAHAM, 2022.

De acordo com Curcino (2021) a cidade que chega neste território tem sido construída sobre as bases de um ideário neoliberal que traça um caminho único de possibilidade de vida, consubstanciada na transformação do que não é urbano em urbano, na criação e manutenção de projetos de desenvolvimento que precarizam o ambiente, gerando desigualdade ambiental e despossessão do território como a do Abacatal.

No mapa 5 a seguir podemos visualizar o crescimento da construção dos conjuntos habitacionais na porção sul de Ananindeua, assim como o crescimento das obras de engenharia como a subestação de energia de Marituba e o trajeto proposto para a construção da Rodovia da Liberdade. Somado a isso podemos visualizar os territórios que compõem essa porção como a APA metropolitana de Belém, o REVISMA e o território do Abacatal que como vimos está contido nessas unidades de conservação.

Esses empreendimentos como os conjuntos habitacionais (Pouso do Aracanga), Subestação de energia de Marituba, Rodovia da Liberdade, estão localizadas em áreas que de acordo com o PDA, estão em áreas que objetivam a preservação ambiental e mesmo a coibição de urbanização.

Mapa 5: Mapa do avanço das obras urbanas na porção sul do município de Ananindeua-PA.



Fonte: IBGE, 2020, INCRA, 2016, SEDEME, 2017, IDEFLOR, 2021, PMA, 2006 e Menezes, 2022.

A construção desses empreendimentos, demonstra o avanço do processo de metropolização frente a áreas até então com características rurais, com um modo de vida próprio de comunidades tradicionais amazônicas, como o caso da comunidade do Abacatal. Interesses capitalistas que através da urbanização transformam a paisagem com obras de engenharia, construção de condomínios, rodovias, transformam a terra de um valor de uso, para um valor de troca. Contudo os sujeitos sociais criam formas de lutarem pelo espaço seja ocupando, seja cobrando do poder público saneamento básico e mesmo para permanecer em seu território, de acordo com a visão miltonsantiana, as outras racionalidades. Conforme veremos a seguir.

3.3. Territorialidade, contra racionalidades e a luta pelo direito ao território.

De acordo com o conceito de território usado de Milton Santos, o qual este trabalho está baseado, temos as racionalidades hegemônicas já discutidas anteriormente a partir do processo de metropolização e com ele a expansão urbana, enfatizado pela produção e condição de moradia no território, com uma regulação estatal voltada para os interesses do capital, mas também temos as contra-racionalidades, ou como diz Milton Santos (2020) outras racionalidades ou irracionalidades para aqueles que desejam ver como única, a racionalidade hegemônica.

Essas contra-racionalidades se localizam, de um ponto de vista social, entre os pobres, os migrantes, os excluídos, as minorias; de um ponto de vista econômico, entre as atividades marginais, tradicional ou recentemente marginalizadas; e, de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos modernas e mais 'opacas', tornadas irracionais para usos hegemônicos. [...]. O que muitos consideram, adjetivamente, como 'irracionalidade' e, dialeticamente, como 'contra-racionalidade', constitui, na verdade, e substancialmente, outras formas de racionalidade, racionalidades paralelas, divergentes e convergentes ao mesmo tempo. (Santos 2006, p. 210)

Podemos observar essas outras racionalidades a partir da questão habitacional, mais precisamente, a partir das ocupações urbanas, que nas palavras de Motta (2011) são ocupações ilegais que acabam sendo resultado da ausência das condições acessíveis e da falta de políticas habitacionais para as camadas mais baixas, configurando-se como a única possibilidade de acesso ao solo. Estas, sendo deliberadas ou não, são necessárias para a sobrevivência dos pobres na cidade devido ao novo uso dado ao solo urbano ao ser ocupado, bem como às condições de escassez generalizada, à rarefação dos sistemas de engenharia (de circulação, comunicação e energia) e dos fixos públicos (de saúde, educação e lazer), em diversas frações do meio

ambiente construído das grandes cidades e metrópoles brasileiras. (RIZZATI, 2014).

Foto 11: Condomínio Torres do Aurá II.



Fonte: LAHAM, 2020.

Foto 12: Condomínio Torres do Aurá II.



Fonte: LAHAM, 2022.

Em trabalho de campo com a equipe do LAHAM podemos perceber na porção sul de Ananindeua a crescente ocupação urbana próxima aos condomínios habitacionais, na (Foto 11) temos o condomínio Torres do Aurá II, ainda dentro da macrozona de reurbanização sul que de acordo com o PDA, exigem melhorias nas condições urbanas. Na Foto 11 temos o condomínio mostrando que até o ano de 2020 suas margens ainda não se encontravam ocupadas por moradias autoconstruídas.

Na Foto 12, temos uma mudança na paisagem onde a margem do condomínio já contém ocupações urbanas, com moradias que segundo a FJP, são caracterizadas como domicílios rústicos, sem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada, revestidas por madeira de material reaproveitado. Essa ocupação de acordo com relato de moradores iniciou-se em maio do ano de 2022 e já está sob liminar de despejo conforme podemos ver na fala a seguir do morador R.T, morador a 9 anos no bairro:

A ocupação do bairro remonta ao lixão do Aurá, a estrada do Aurá e Santana do Aurá e toda a ocupação territorial margeando essas estradas vicinais. Quando me mudei para cá em 2013 tinha a percepção de ser uma área mais rural, com o surgimento dos conjuntos habitacionais mudou muito a paisagem, no período da pandemia o bairro de Águas Brancas virou um verdadeiro canteiro de obras. Contudo a chegada dos condomínios é vista pela população anterior como precursor da criminalidade do bairro, já o contemplado morador do condomínio vê como a realização de um sonho, e há ainda os que veem como uma competição por infraestrutura. Eu, por exemplo, vivo as duas situações, morava no bairro em uma ocupação e hoje moro em um conjunto habitacional. Tratando-se do Aurá-Águas Brancas, podemos dizer que há bastante presença de ocupações inclusive consolidadas e caminhando para a regularização. O Conjunto Carlos Mariguela é uma das ocupações mais antiga do bairro, então vejo que as ocupações fazem parte do contexto da região há muitos anos. E quanto a regularização fundiária das mesmas é diverso, por exemplo, o Monte ou Jardim das Oliveiras está passando por um processo de regularização, enquanto a vizinha do empreendimento Torres do Aurá está sob liminar de despejo em andamento. (R.T., 2022).

Na fala do Sr. R.T., podemos visualizar o crescimento dos bairros a partir da construção de estradas, a transformação da paisagem rural para uma paisagem urbana representada pelo surgimento dos condomínios habitacionais e consequentemente das ocupações, ou vice-versa, como foi do morador supracitado. Assim nos diz que o bairro, ou melhor a área de fronteira entre os bairros Águas Brancas e Aurá é marcada por diversos processos de ocupação, alguns já regularizados, outros em processo de regularização e outros já com ordem de despejo. Essas ocupações representam então, as outras racionalidades, em que a população não fazendo parte da racionalidade econômica, sem poder aquisitivo para adquirir seu imóvel, acaba por construí-lo, com materiais reaproveitados e improvisados. Esse processo demonstra a luta dos sujeitos sociais pelo espaço

urbano.

É importante frisar que a luta em relação a moradia perpassa também pela luta a infraestrutura, pois mesmos nas moradias já regularizadas, temos uma grande parcela desprovida ou mesmo com uma infraestrutura e saneamento básico limitados, como vimos na discussão sobre os bairros da porção sul de Ananindeua. Essa luta faz os sujeitos sociais se organizarem em associações, como as associações de moradores, entre outras formas para lutar por seus direitos. Assim a luta pela moradia refere-se à reivindicação pela habitação em si, mas também ao acesso de infraestrutura, como implantação e melhoria do saneamento, rede de abastecimento de água, rede coletora de esgoto, etc. (MOTTA, 2011).

De acordo com o PDA, os bairros Águas Lindas, Julia Seffer, Águas Brancas e Aurá, se encontram em áreas de reurbanização sul que busca por melhores condições urbanas e por isso a população sul ananindeuense busca constantemente reivindicar seus direitos, sobretudo no que se refere ao saneamento básico. Como podemos ver na figura 4:

Figura 4: Moradores do bairro de Águas Lindas reivindicam saneamento básico



Fonte: Jornal o Liberal, 2021.

Essa luta pela moradia também perpassa pela resistência aos processos de implementação de obras urbanas. No tópico anterior vimos as inúmeras obras voltadas para porção sul de Ananindeua, inclusive dentro de áreas que de acordo com o PDA fazem parte de uma área de urbanização restrita, cujo principal objetivo dessa macrozona é a preservação ambiental. Contudo na porção sul, essas áreas estão sendo tomadas pela expansão urbana, e as áreas de preservação ambiental sendo diretamente atingidas.

Como vem ocorrendo com a comunidade quilombola do Abacatal que de

acordo com Jesus (2013) aparece neste momento, dentro de um campo de forças que se opunha ao sistema de dominação e organização territorial, pois mesmo a comunidade esteja amparada pelo art.º 68 do ato das disposições Constitucionais transitórias (ADCT) da constituição federal de 1988, que ressalta que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” quanto a posse do seu território, ainda está longe de passar segurança definitiva para a comunidade, em virtude da expansão urbana da porção sul de Ananindeua.

Essa luta frente a expansão urbana caracterizada como já vimos pela construção de condomínios residenciais, empresas de energia, subestação de Marituba, rodovias como a projeção da rodovia da Liberdade entre outras ações do poder público e privado que tem feito a comunidade buscar cada vez mais instrumentos de defesa para além da titulação do território.

Por isso, a comunidade quilombola do Abacatal, tem construído instrumentos de defesa do seu território, como o protocolo de consulta criado pelos moradores em 10 de julho de 2017. O protocolo de consulta está baseado na Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho-OIT¹⁰, que os assegura o direito de serem consultados previamente a instalação de projetos a comunidade. De acordo com o protocolo a comunidade busca o diálogo prévio dos órgãos governamentais e das empresas particulares sobre a implementação de projetos próximo a comunidade, para junto com ela fazer buscar caminhos justos e solidários para as atuais e futuras gerações como podemos ver no trecho contido no protocolo de consulta:

Vivíamos em paz, mas eis que chega o “progresso”, a urbanização que exclui, e com isso sofremos toda a sorte de mazelas e de ameaças à nossa comunidade. Nossas terras já foram invadidas, vendidas e nossas casas derrubadas. Lutamos, resistimos, vencemos. Agora nossos igarapés e o ar que respiramos estão poluídos pelo aterro sanitário (que para nós é um lixão) e pelo despejo de esgotos de condomínios. Na estrada que dá acesso à nossa comunidade tiram aterro e depositam lixo às suas margens. Estamos resistindo e não iremos ser derrotados. Agora o ataque e as ameaças só aumentam. Há previsão de diversos projetos sobre os quais nem sequer somos consultados, mas que podem atingir seriamente nosso território, como rodovias, instalação de indústrias, entre outros. Esses tipos de empreendimentos geram uma série de impactos à nossa identidade, que nos foi repassada pelos nossos ancestrais, através de memória e oralidade, e que é uma das nossas maiores riquezas. A perda da nossa cultura pode nos colocar numa situação de vulnerabilidade social, ambiental, cultural e econômica. (AMPQUA, 2017).

¹⁰ No Brasil o decreto N° 5.051 de 19 de abril de 2004 que promulga a convenção 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais, reconhecendo a aspiração desses povos de assumir o controle de suas próprias instituições e formas de vida.

De acordo com o protocolo de consulta quilombolas do Abacatal/Aurá (2017), ao longo desses três séculos, a comunidade vem lutando não só pela posse da terra, mas pelo seu território em todas as suas nuances, pois com o avanço do processo de urbanização, e com ele a construção de diversos elementos urbanos seu território fica vulnerável a essa expansão que de acordo com Acserald (2006) ficam expostos aos riscos e a susceptibilidade de pessoas, lugares, infraestrutura a mobilidade espacial, processos decisórios, controle do mercado das localizações, entre outros.

Para além do protocolo a comunidade quilombola vai as ruas protestar em relação aos projetos para a porção sul de Ananindeua, que em sua maioria não passam pela anuência da comunidade. Na figura 5 temos o protesto da comunidade frente ao projeto de rodovia da Liberdade que visa atravessar a porção sul.

Figura 5: Comunidade quilombola protesta contra o projeto de Rodovia



Fonte: G1, 2021.

Conforme podemos perceber na matéria do g1 (figura 5), a comunidade quilombola do Abacatal vem se organizando frente as obras urbanas que impactarão sobremaneira sua comunidade e arredores que assim como Abacatal fazem parte de unidade de conservação de área de proteção ambiental e que por força de lei precisam ser respeitados e consultados.

Esse cenário de luta mostra o que Gonçalves (2010) nos diz sobre a pluralidade Amazônica. Não que antes não fosse diversificada, mas que agora mostra mais do que nunca a manifestação da luta pelo direito ao território pelos povos tradicionais como os quilombolas, seringueiros, indígenas, quebradeiras de coco de babaçu, e muitos outros atores sociais que compõem o cenário Amazônico, considerados invisíveis pelo capital.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com uma visão miltonsantiana, compreendemos então que o espaço é um produto social em constante processo de transformação, pois sempre que a sociedade sofre uma mudança, as formas, os objetos geográficos, novos e velhos, assumem novas funções, e a totalidade sofre uma nova organização. Por isso que ao se estudar a organização do espaço, estuda-se como o espaço está sendo estruturado pelos homens e como eles se organizam em sociedade, e esse entendimento perpassa pela mudança no tempo, nas estruturas, formas e funções.

De acordo com os autores supracitados, pensar a produção do espaço urbano na contemporaneidade nos remete ao atual estágio do neoliberalismo, da financeirização do capital em escala global, e da redução do Estado a serviço do capital. Entender a organização do espaço na contemporaneidade é entender o processo de metropolização do espaço que corresponde a um momento mais avançado da urbanização que provoca mudanças expressivas de renovação de áreas urbanas cada vez mais difusa para atingir os interesses capitalistas

A metropolização faz referências a processos, as dinâmicas dos agrupamentos humanos que a cada período de tempo cria novos poderes, novos sistemas de governança, novas dinâmicas urbanas que influenciam diretamente na vida dos cidadãos. Na questão da moradia esse processo de metropolização pode ser visualizado no fluxo de capitais para o ramo imobiliário criando pouco a pouco um mercado de terras para áreas cada vez mais periféricas, transformando a terra de um valor de uso para um valor de troca, ou seja, transformando-a em mercadoria.

O resultado desse processo é a produção de um espaço desigual, onde apenas um pequeno grupo social formado por camadas de renda alta ou média é beneficiado, pois se apropriam de terrenos com melhores condições de acessibilidade, próximas às áreas centrais e com melhores infraestrutura, em detrimento das camadas populares que sem recursos, se materializam nos processos de favelização, encortçamento e periferização, com condições precárias de infraestrutura, e que de acordo com o interesse do capital são desterritorializadas e reterritorializadas para áreas cada vez mais distante dos centros.

Por isso a discussão se desenrola para além do conceito de metropolização, perpassa pelos conceitos de território e vulnerabilidade, como vimos no primeiro capítulo deste trabalho, uma vez que o território do ponto de vista do território usado (visão miltonsantiana), retrata o quadro da vida de todos, um território que envolve

todos os atores, todas as existências, empresas, instituições, sujeitos sociais, então entender o espaço a partir do território usado, nos traz a discussão das diversas territorialidades que compõem o espaço, sobretudo do território sob a égide do capital em detrimento do território das camadas populares, dos sujeitos sociais como um todo. Sujeitos sociais estes, que ficam vulneráveis aos riscos, isto é, expostos a uma desproteção socialmente produzida, que via de regra é produzida pelo Estado, ao se reduzir perante os interesses capitalistas. Os sujeitos ficam vulneráveis quanto à posse do seu território, a suscetibilidade de pessoas na gerência do espaço, na instalação de infraestrutura, mobilidade espacial, etc.

Entender as dinâmicas territoriais na Amazônia é entender essa relação entre os diversos atores sociais e suas ações no espaço, transformando a estrutura, forma e função de um dado lugar. Na formação territorial de Ananindeua, como vimos no segundo capítulo, essas mudanças ocorrem a partir do avanço da expansão urbana, com o crescimento da cidade de Belém, sobretudo a partir da construção da rodovia Belém-Brasília na década de 1960, que para além da construção da rodovia trouxe a implementação de várias obras habitacionais para o município de Ananindeua para abarcar a população que crescia de Belém. Com isso, as formas e funções da cidade de Ananindeua se transformava de uma lógica ribeirinha, com predominância do valor de uso, para uma dinâmica de organização do espaço estrada terra-firme-subsolo, com predominância do valor de troca. E a dinâmica urbana do município, contemporaneamente, continua em crescimento que pode ser visualizado a partir do intenso aumento do número de pessoas e sua densificação territorial cada vez mais difusa, avançando rumo a área norte e sul do município.

Essas dinâmicas territoriais provocam para o município de Ananindeua além do crescimento de moradias para a população que vem crescendo, um déficit habitacional para a cidade, que mesmo com as políticas habitacionais para suprir esse déficit, como o Programa Minha Casa Minha Vida, está longe de alcançar tal meta. O mesmo ocorre com a carência de infraestrutura para o município, que ao longo do tempo só tem crescido, como nos mostrou os dados do Instituto Trata Brasil do ano 2022 que destaca o município de Ananindeua em relação ao saneamento básico (distribuição de água encanada e tratamento de esgoto), nas piores colocações nos últimos 8 anos.

Direitos a moradia e saneamento básico que perpassam pela constituição Federal e mesmo pelos planos diretores municipais como o plano diretor de Ananindeua-PDA de 2006 que através da organização territorial por macrozonas ambientais (macrozona de reurbanização sul, macrozona de urbanização restrita e macrozona rural sul) prevê

para a porção sul do município melhorias as condições urbanas existentes, preservação ambiental e coibição urbana frente aos territórios tradicionais, contudo objetivos que como vimos durante a discussão nesse trabalho longe de serem alcançados.

No terceiro capítulo podemos perceber as condições e a produção de moradia no município de Ananindeua, sejam estas a partir de programas de habitação do poder público, ou mesmo privada, e ainda as autoconstruídas, “as ocupações” pela população que sem alternativas, busca sua inserção no espaço urbano mesmo sem a infraestrutura adequada. Situações que nos mostram que o déficit habitacional nacional e mesmo municipal, seja pela moradia em si, ou pelas políticas de infraestrutura e saneamento estão longe de oferecer a mínima condição necessária para uma boa qualidade de vida da população ananindeuense.

No referido trabalho temos na porção sul ananindeuense o crescimento dos conjuntos habitacionais e também o crescimento das obras de infraestrutura como subestação de energia de Marituba e o projeto de construção da rodovia da Liberdade, a qual ligará a capital da metrópole de Belém a Marituba, que beneficia os interesses do capital e uma pequena parcela da população que pode usufruir desses privilégios, o que gera intensos conflitos com a população ali existente e que não possui o mínimo de benefícios para uma boa qualidade de vida. Assim, intensifica-se na porção sul do município a luta dos moradores dos bairros (Júlia Seffer, Águas Lindas, Águas Brancas e Aurá), os moradores da área de proteção ambiental (APA metropolitana de Belém), da unidade de conservação (REVISMA), e da comunidade remanescente de quilombo (Abacatal) pela permanência, conservação e melhorias infraestruturais de seu território.

Dito isto, podemos destacar que o processo de metropolização sob a égide do capital organiza e transforma o espaço de forma desigual, onde apenas um grupo seletivo com um certo poder aquisitivo consegue viver em melhores condições de habitação, com toda a infraestrutura para uma boa qualidade de vida como os conjuntos habitacionais dos programas de governo e particulares como o caso do condomínio Jardim Amazônia II e bairros planejados como o Júlia Seffer. Enquanto a maioria da população reside em moradias inadequadas, sem saneamento básico como o caso das ocupações e dos bairros que ainda não possui nem mesmo água encanada depois de aproximadamente 40 anos de formação. Dinâmicas que mostram a redução do Estado frente às políticas públicas em detrimento dos interesses capitalistas.

Dessa forma destacamos a organização da sociedade civil para lutar pelo seu direito a cidade, com ele o direito a moradia, a infraestrutura, a segurança, a saúde, etc. Luta que ocorre pelo espaço urbano através da autoconstrução como o caso das

ocupações, luta que ocorre pela reivindicação junto ao poder público por saneamento básico como fazem a associação dos moradores dos bairros, e também a luta pela resistência aos processos de implementação de obras urbanas que sem diálogo com as comunidades pré-existentes ocasiona inúmeros impactos socioespaciais, como o que está ocorrendo com a implementação da subestação de energia Marituba e o projeto de construção da Rodovia da Liberdade frente à comunidade quilombola do Abacatal.

Comunidade tradicional, esta, que vem se organizando para fazer valer as leis pré-estabelecidas como a 169 da OIT que prevê que povos tradicionais podem de reunir e junto formarem pré-requisitos de atuação para se manterem em seu território, assim a comunidade cria o protocolo de consulta, de 2007, que prevê a consulta prévia em relação as obras urbanas que possam atingir a comunidade, um grande instrumento de defesa para os quilombolas do Abacatal, embora nem sempre respeitado pelas instituições, como podemos ver pela implementação de obras sem consulta na porção sul do município de Ananindeua.

Assim, esse trabalho fez uma discussão sobre o intenso processo de metropolização e sua conseqüente transformação no território sul ananindeuense para reprodução do capital, com obras urbanas que geram mudanças nas formas e funções da cidade, que geram desigualdades socioespaciais, conflitos territoriais e, sobretudo vulnerabilidade de populações que são desterritorializadas e territorializadas em lugares cada vez mais distantes do centro e mesmo vulnerabilidades de populações tradicionais, onde o capital visa seus territórios para expansão de seus interesses.

Dessa maneira a discussão sobre a metropolização e a vulnerabilidade socioespacial a partir das condições e luta pela moradia no sul ananindeuense não se encerra aqui, uma vez que o processo de metropolização é dinâmico e precisa ser discutido para que os futuros planejamentos urbanos e usos do território sejam pensados de forma a integrar a população nas discussões urbanas sobre a produção de moradia, sobre as infraestruturas e saneamento, uma vez que a moradia não se trata apenas de produzir habitações, e sim de gerir os espaços urbanos para que a população detenha de toda infraestrutura, saneamento e saúde para uma boa qualidade de vida, principalmente em tempos de Covid 19 que se intensificou nos anos de 2020 e perdura até os dias atuais.

5. REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. **Vulnerabilidade ambiental, processos e relações**. Comunicação ao II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais. Rio de Janeiro: FIBGE, 24 ago. 2006.

AMPUQUA. **Protocolo de consulta quilombola de Abacatal/ Aurá**. Aprovado na assembleia geral no dia 10 de julho de 2017.

ANANINDEUA. Lei nº 2.237/06, de 06 de outubro de 2006. **Institui o Plano Diretor do Município de Ananindeua**. Câmara Municipal, 2006.

_____. **Relatório Diagnóstico do Plano Diretor do município de Ananindeua**, 2006.

_____. **Plano Municipal de Habitação de interesse social**. Ananindeua: Secretaria Municipal de Habitação, 2012.

_____. Secretaria Municipal de Habitação. **3.600 títulos de regularização são entregues no Aurá**. Disponível em: <https://www.ananindeua.pa.gov.br/sehab/noticia/302/3.600-titulos-de-regularizacao-fundiaria-sao-entregues-no-aura>> Acessado em 30 de jun. de 2022.

ANTAS JR, R. M. **Elementos para uma discussão epistemológica sobre a regulação no território**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 16, pp. 81 -86, 2004.

ARAÚJO, A. R. et al. **Geografia e educação ambiental no bairro de Águas Lindas em Belém e Ananindeua– PA**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), Belém, v.3, n.01, p.51-70, jan/jun,2016.

BALBIM, R. KRAUSE, C. **Produção social da moradia: um olhar sobre o planejamento da habitação de interesse social no Brasil**. R.B. Estudos urbanos e regionais, v.16, nº1, p. 189-201,/maio 2014.

BRASIL. **Cidade-Brasil**. Disponível em <https://cidade-brasil.com.br/municipio-ananindeua.html>> acessado em 20/09/2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. Brasília, DF: Senado Federal, [1988] 2016.

_____. Decreto nº. 5.051, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. **Diário Oficial da União**, Brasília, Distrito Federal, 20 abr. 2004. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=20/04/2004&jornal=1&pagina=2&totalArquivos=412>. Acessado em: 14 jan. 2022.

_____. Lei nº. 13.465, de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana [...]. **Diário Oficial da União**, Brasília, Distrito Federal, 12 jul. 2017.

Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-no-13-465-de-11-de-julho-de-2017-19169182>. Acessado em: 14 jan. 2022.

BRENNER, N; Revolução Urbana. **In: Espaços da Urbanização. O urbano a partir da Teoria crítica.** 1º. ed. Rio de Janeiro: letra Capital: Observatório da Metrópole, 2018, Cap.10, p. 233-260.

CARDOSO, A. L. **Desigualdades Urbanas e Políticas habitacionais.** Rio de Janeiro, observatório de políticas urbanas e gestão municipal, UFRJ, Ippur, Fase 2001.

CARLOS, A.F.A. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: **A produção do espaço urbano. Agentes e processos, escalas e desafios.** CARLOS, A.F.A., SOUZA, M.L., SPOSITO, M.E.B. (org.). 1º ed. São Paulo: Contexto, 2020.

COSTA, L. M. G. **Metropolização e produção da moradia: uma análise das novas (velhas) condições do habitar e do morar na metrópole Belém.** Tese (doutorado). Universidade Federal do Pará. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Geografia, Belém, 2021.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano.** 4ª Ed. São Paulo: Editora Ática S.A, 2004.

CURCINO, T. T. A; **A sobreposição do planejamento urbano no território da comunidade quilombola do Abacatal (PA): a luta pela garantia da sustentabilidade da vida.** Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Belém, 2021.

CUTTER, S. L. **A ciência da vulnerabilidade: modelos métodos e indicadores.** Revista crítica de Ciências Sociais, p. 59-69, junho, 2011.

DIAS, S. **Urbanização rentável e questão da moradia no Brasil: da financeirização à reprodução dos grandes conjuntos habitacionais, novos e velhos padrões.** Para onde? UFRGS,10/08/2018.

DI MÉO, G. **Introdução ao debate sobre metropolização. Uma chave de interpretação para compreender a organização contemporânea dos espaços geográficos.** Tradução Aniel Lima dos Santos, Universidade de São Paulo. Confins, n° 4, 2004.

FIGUEIRA, R. B; et al. **Refúgio de vida silvestre Metrópole da Amazônia: percepção do conselho consultivo quanto ao aproveitamento turístico local.** Revista Ibero-americana de Turismo - RITUR, Penedo, Volume 8, Número 1, abr. 2018, p.177-205.

FREITAS, I. A; et al. **Perfil sociodemográfico e epidemiológico de uma comunidade na Amazônia Brasileira.** Revista Cuidarte, 2018.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit Habitacional municipal no Brasil**. Belo Horizonte: Centro de Estatísticas e Informações, 2021.

Quilombolas protestam contra projeto de rodovia que vai atravessar área de população tradicional da RMB. G1. Belém, 01 de julho de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/07/01/quilombolas-protestam-contraprojeto-de-rodovia-que-vai-atravesar-area-de-populacao-tradicional-na-rmb.ghtml>.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. 6° ed. São Paulo: Atlas 2008.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4° ed. São Paulo: atlas, 2002.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. ERA - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, vol. 35, n° 2, p.57-63, Mar./Abr. 1995.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2005.

HAESBAERT, R. Por uma Constelação Geográfica dos Conceitos. In: **Viver no Limite**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014, p. 19-51.

_____. Definindo Território para entender a Desterritorialização. In: **O Mito da Desterritorialização**. 9° ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016, p. 35-98.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Ranking do saneamento (SNIS 2020)**. São Paulo, março de 2022. Disponível em: < <http://www.tratabrasil.org.br/estudos/estudos-itb/itb/ranking-do-saneamento-2022>.> Acesso em: 28 de julho de 2022.

INAUGURADO CONJUNTO RESIDENCIAL “JÚLIA SEFFER”, COM 1.172 CASAS. 1985.

JANCZURA, R. **Risco ou Vulnerabilidade social**. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 11, n. 2, p. 301 - 308, ago. /dez. 2012.

JESUS, F. N. **Quilombo, contra racionalidade materialidade do território brasileiro**. In: Encontro de geógrafos de América Latina, 14, Lima, 2013. Anais. Lima: EGAL, 2013.

LEFEBRVE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006.

LENCIONI, S. **Uma nova determinação do urbano: o desenvolvimento do processo de metropolização do espaço**. In: Dilemas Urbanos: Novas abordagens sobre a cidade. CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. (orgs.). São Paulo, Contexto: 2003.

_____. **Metrópole, metropolização e regionalização**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

LIMONAD, E. **Entre a Urbanização e a sub-urbanização do território.** XI Encontro nacional da Associação nacional de pós-graduação e pesquisa em planejamento urbano e regional-AMPUR. Salvador, 23-27 de maio de 2005. Bahia-Brasil.

MARANDOLA, E; HOGAN, D.J. **Vulnerabilidade do lugar vs. vulnerabilidade sociodemográfica: implicações metodológicas de uma velha questão.** Revista Brasileira de Estudos Populacionais, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p.161-181, jul. 2009.

MARRA, N.C. **Políticas públicas de habitação e a efetivação do direito social e fundamental da moradia.** XIX Encontro Nacional do CONPEDI, Fortaleza-CE, 09-12/06/2010.

MARIN, R.E.A; CASTRO, E.M.R. **No caminho de pedras de Abacatal: experiência social de grupos negros no Pará.** Belém: NAEA/UFPA, 2º ed. 2004 (1º ed. 1999).

MARIN, R.E.A; SABINO, T. A. G. **Quilombo do Abacatal, Ananindeua, PA: Direitos territoriais e conflito socioambiental.** Informativo Projeto Nova Cartografia social da Amazônia nº17. Belém: 2015.

MELO FILHO, J.M.M. **O processo de metropolização e a metrópole: apontamentos para a compreensão da realidade brasileira.** Geographia Meridionalis, Pelotas, v. 04, n. 02 Jul-Dez/2018 p. 104–125.

MENDES, L.A.S. **A geografia-histórica da Região metropolitana de Belém.** Revista Espacialidades, 2018. 2, v. 14, n.1.

MORAES. A.C.R. **Geografia Pequena História Crítica.** 15º ed. São Paulo: Hucitec,1997.

MAPBIOMAS. **Coleção 6 da série anual de mapas de cobertura e uso do solo no Brasil.** Disponível em: <http://maobiomas.org>.> Acessado em: 21/06/2021.

MELAZZO, E. S; CASTRO, C.A. **A escala geográfica: noção, conceito ou teoria?** Revista Terra Livre, n. 28, p. 133-142, 2008.

MOTTA, L. D. **A questão habitacional no Brasil: Políticas públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade.** 2011. Disponível em <<https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br>> acessado em 10 de ago. de 2022.

MONTE-MOR, R. L. M. **Urbanização Extensiva e lógica de povoamento: um olhar ambiental. Território, globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994 (pp. 169-181).

MONTEIRO, A.R; VERAS, A.I.R. **A questão habitacional no Brasil.** Mercator, Fortaleza-CE, v.16, e 16015, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Brasília: UNESCO, [1948] 1998. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139423>. Acessado em: 11 de maio de 2022.

OLIVEIRA, D. **Rua Carlos Prestes. No limite entre Belém e Ananindeua, está abandonada pelo poder público.** O Liberal. Belém, 27 de novembro de 2021. Disponível em: <<https://www.oliberal.com/ananindeua/minhacidade/rua-carlos-prestes-no-limite-entre-belem-e-ananindeua-esta-abandonada-pelo-poder-publico-1.465198>> Acessado em 30 de jun. De 2022.

PARÁ. Decreto nº 1.329 de 02 de outubro de 2008. **Que institui a área de proteção ambiental da região metropolitana de Belém – APA metropolitana de Belém.** SEMAS, 2008.

_____. Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do Estado. Instituto de Desenvolvimento econômico, Social e Ambiental do Pará. **Estatística Municipal de Ananindeua.** 2009. Disponível em <<https://www.idesp.pa.gov.br/paginas/produtos/EstatísticasMunicipal/psf/Ananindeua.pdf>> Acessado em: 29 de jan.2021.

_____. Decreto Nº 2.211, de 30 De março DE 2010. **Cria o Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia nos Municípios de Ananindeua, Benevides, Marituba e Santa Isabel do Pará e dá outras providências.** SEMAS, 2010.

PENNA, N. A; FERREIRA, I. B. **Desigualdades socioespaciais e áreas de vulnerabilidades nas cidades.** Mercator, Fortaleza, v. 13, n. 3, p. 25-36, set./dez. 2014.

PENTEADO, Antônio Carlos Rocha. **Problemas da colonização e uso da terra na Região Bragantina do Estado do Pará.** Belém: UFPA, 1967.

PERONA, N; et al. **Vulnerabilidad y Exclusión social. Una propuesta metodológica para el estudio de las condiciones de vida de los hogares.** Revista Kairos, nº 8, 2001.

PEREIRA, M. F. V. **A gestão neoliberal do território: normas e viabilidade territorial nas concessões do sistema rodoviário paulista.** Geografia, Rio Claro, v. 32, n. 1, p. 153-162, jan./abr. 2007.

PIRES, Marília Freitas de Campos. **O materialismo histórico-dialético e a Educação.** Interface, Botucatu, vol.1, nº. 1, p.83-94, Ago. 1997.

POLETTO, E. R. **Ordenamento territorial no Brasil e a promoção do desenvolvimento local: uma aproximação geográfica.** Ágora, 14(1), 49-72. 2010.

PONTE, J.P.X; et al. **As Metrôpoles e a covid 19: Dossiê Nacional a região metropolitana de Belém: territórios precários, condições de infraestrutura e moradia e a covid 19.** Observatório das Metrôpoles. Instituto Nacional de Ciência e tecnologia. UFPA,2020.

PROGRAMA CASA VERDE E AMARELA (2022): COMO FUNCIONA, INSCRIÇÃO, CONSULTAR. Disponível em: <<https://www.iserviços.com.br>>Acessado em: 30 de junho de 2022.

RAFFESTIN, Claude. **O território e o poder.** In: Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, A. C. T. Territórios brasileiros: usos e abusos- Pequena reflexão sobre categorias da teoria crítica do espaço: território usado, território praticado. In: **Pequena reflexão sobre categorias da teoria crítica do espaço: Território Usado Território, Praticado**. Campinas: edição territorial, 2003, p. 20-40.

RIBEIRO, L. C. Q. **Dos cortiços aos condomínios fechados**: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: IPPUR, UFRJ: FASE, 1997.

RIZZATI, H; SILVA, A.M.B. **Cidades e contra-racionalidades: ocupações urbanas em campinas/sp (do parque Ozielao jardim Campo Belo)**. RA EGA- O espaço geográfico em análise, Curitiba, v.40, p. 211 -230, Ago/2017.

RODRIGUES, E. J. **Banidos da Cidade, Unidos na Condição: Cidade Nova – espelho da segregação social em Belém**. Belém: UFPA/NAEA, 1998.

RODRIGUES, J. C; et al. **O rural e o urbano na Amazônia metropolitana: reflexões a partir de Ananindeua, Pará**. Revista Nera, ano 21, n.42, p.256-280, Dossiê, 2018.

RODRIGUES, J. C; et al. **Urbanização, moradia e infraestrutura urbana: uma análise dos bairros Cidade Nova e Icuí Guajará, Ananindeua, Pará**. Brazilian Journal of development, Curitiba, v.7, n° 12, p.114789-114809 dec. 2021.

SANTOS, G. A. N, NOGUEIRA, R. J. B. **Novos espaços habitacionais e tipologias de transporte: notas relacionadas a casos em Ananindeua e Marituba, Pará**. Revista humanidades e inovação v.7, n° 16 -2020.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993. 157p.

_____. O território e o saber local. In: **Algumas categorias de análise**. Cadernos INPPUR, Rio de Janeiro. Ano XIII. N°2, 1999. P. 15 a 26.

_____. **Estrutura, Processo, Função e Forma. Como categorias do método geográfico**. In: Espaço e Método. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

_____. **A natureza do espaço. Técnica, razão e emoção**. 3° edição. São Paulo: Edusp (editora da USP), 2006.

_____. **Por uma outra Globalização-do pensamento único ao pensamento universal**. 31° ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação; **Lei 9.985 de 18 de julho de 2000**; Ministério do Meio Ambiente.

SILVA, M. L. **Habitação produzindo espaço urbano na reprodução de conjuntos habitacionais**: experiências e tendências na Região Metropolitana de Belém. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Geografia, Belém, 2014.

SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século 21– A história de um livro**. ACTA Geográfica, Ed. Esp. Cidades na Amazônia Brasileira, p. 151-163, 2011.

SIROTHEAU, J. L. T. **Impactos socioterritoriais e identidade quilombola em espaço metropolitano: o caso da comunidade do Abacatal (Pará)**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará. Belém, 2012.

SOARES, P. R. R. **Metropolização, aglomerações urbano-industriais e desenvolvimento regional no sul do Brasil**. Cad. Metrop., São Paulo, v. 20, n. 41, pp. 15-34, jan/abr 2018.

SOUZA, M. L. Espaço Geográfico, Espaço, Social, organização Espacial e produção do espaço. In: **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-Espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013, p. 21-42.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização**. 16. Ed. São Paulo: Contexto 2020.

_____. **O Desafio metodológico da abordagem interescalar no estudo de cidades médias no mundo contemporâneo**. Cidades, v. 3, n. 5, 2006, p. 143-157.

TRINDADE JR, S. C. **A cidade dispersa: Os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana**. São Paulo. 1998. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

APÊNDICE**Questionário sobre as condições de moradia na porção sul de Ananindeua-PA**

BAIRRO:

NOME: (Pode ser um nome simbólico)

IDADE:

Inicialmente, você conseguiria descrever sobre a sua visão do bairro, principalmente sobre a história do mesmo?

1- Em que ano você adquiriu sua moradia?

2- Como era a estrutura de moradia? A maioria das casas eram de madeira, alvenaria? Eram distantes uma das outras? Tinha muita vegetação?

3- A população já tinha acesso a água encanada? Caso não tivesse, qual era a fonte de água?

4- O bairro tinha local para depósito de lixo? A prefeitura faz a coleta?

5- Existem muitos condomínios no bairro, como a população visualiza a chegada desses condomínios?

6- O bairro possui áreas de lazer, como parques ambientais e praças?

7- Em relação a saúde, o bairro possui posto de saúde para atender a população? Você se considera assistido pelo poder público em relação à saúde, inclusive em tempos de covid 19?

8- O bairro possui segurança, com posto policial, rondas frequentes de viaturas pela comunidade? Você se considera assistido pelo poder público quanto a segurança? Por quê?

9- O que você considera de maior mudança na estrutura do bairro? Pode descrever?

10- Se você pudesse deixar uma sugestão para a prefeitura sobre a principal melhoria para o bairro o que você sugeriria?

Obrigada.